

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, trataremos da iminência da chegada da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-IV), capitaneada pela Petrobrás, à comunidade rural de Palhal, situada no município de Linhares-ES. Na divisão administrativa municipal Palhal pertence ao distrito de Bebedouro, cuja sede dista 15 km, sendo 6 km em estrada de terra e 9 km de asfalto. A área urbanizada mais próxima é a de Baixo Quartel, pertencente ao distrito de Rio Quartel, a 10 km via estrada de terra. Entre Baixo Quartel e Palhal uma estrada de 1 km nos conduz à Lagoa do Aguiar, localidade que leva o nome de uma grande lagoa que serve de limite entre os municípios de Linhares e Aracruz. Esses topônimos não são reconhecidos oficialmente, ainda que a distinção seja recorrentemente feita pelos moradores da região.

Abaixo um mapa em ortofoto com indicação das localidades aqui citadas nos dá uma visão tanto das disposições dos locais quanto da predominância de pastos e plantios na região. Bebedouro, sede do distrito a que pertencem Palhal e Lagoa do Aguiar não aparece no enquadramento.

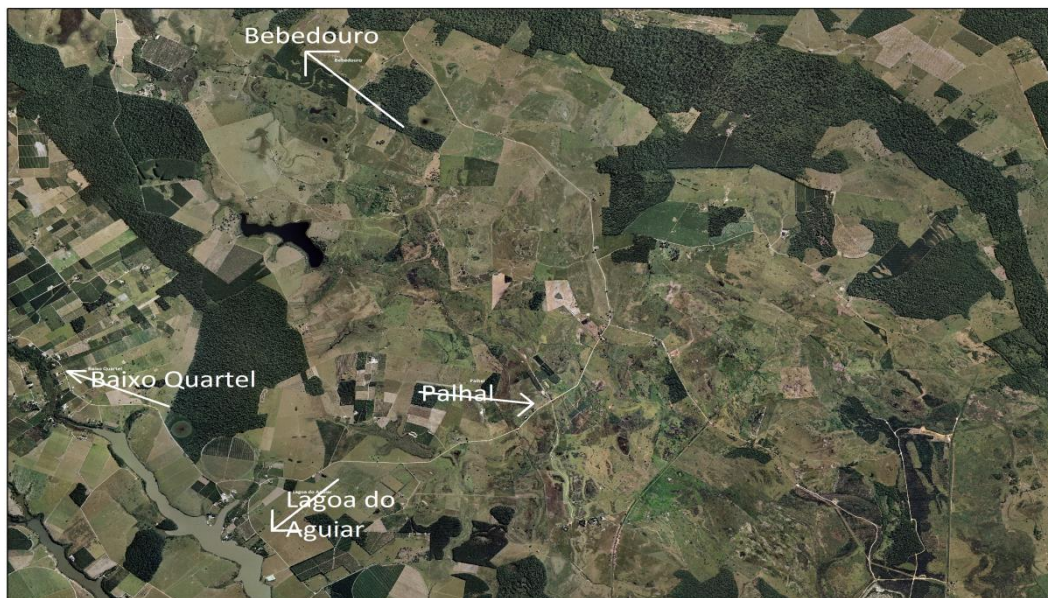


Figura 1, Mapa de Palhal e localidades vizinhas. Fonte Geoprocessamento da Prefeitura de Linhares, <http://187.60.167.210/sig-linhares/> acessado em 02/03/15

A presente pesquisa, atrelada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no ES (GEPPEDES) vinculado ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da UFES, propunha-se, inicialmente, a acompanhar as mudanças das relações entre os membros daquela comunidade, bem como a relação destes com o território, após a chegada do empreendimento capitaneado pela Petrobrás. Trata-se da instalação de um complexo gás-químico, a UFN-IV, que teria papel estratégico no processo de substituição de importações de fertilizantes e demais derivados químicos feitos a partir do gás natural, como o ácido fórmico e o ácido acético. Além da planta industrial, algumas intervenções *off-sites* estão previstas, como a adução de água desde o Rio Doce, a 13km do local, a instalação de linhas de transmissão de energia, o sistema de descarte de efluentes – também dirigido ao Rio Doce -, a construção de um gasoduto até uma base portuária que dista aproximadamente 19 km do complexo, onde deverão ser feitas adaptações ao já existente Terminal Aquaviário da Barra do Riacho, município de Aracruz (ESPÍRITO SANTO, 2011, p.2.5.5). Até 2012 Palhal era considerada Zona Rural pelo Plano Diretor Municipal (PDM) de Linhares, e a partir da Lei Complementar 11/2012, que dispõe sobre o PDM, passou a ser considerada Zona Industrial II, ou seja, passou a admitir indústrias de pequeno, médio e grande porte. O Complexo Gás-químico UFN-IV é considerado o vetor dessa Zona Industrial, o que significa que é o mais importante empreendimento da área e que pressupõe a instalação de diversos empreendimentos satélites, como indústria de fertilizante, empresas de logística etc. (ESPÍRITO SANTO:2011). Pelo PDM, Lagoa do Aguiar permanece como Zona Rural. Abaixo podemos ver cartograficamente o local de instalação do empreendimento, bem como suas ramificações *off-site*.

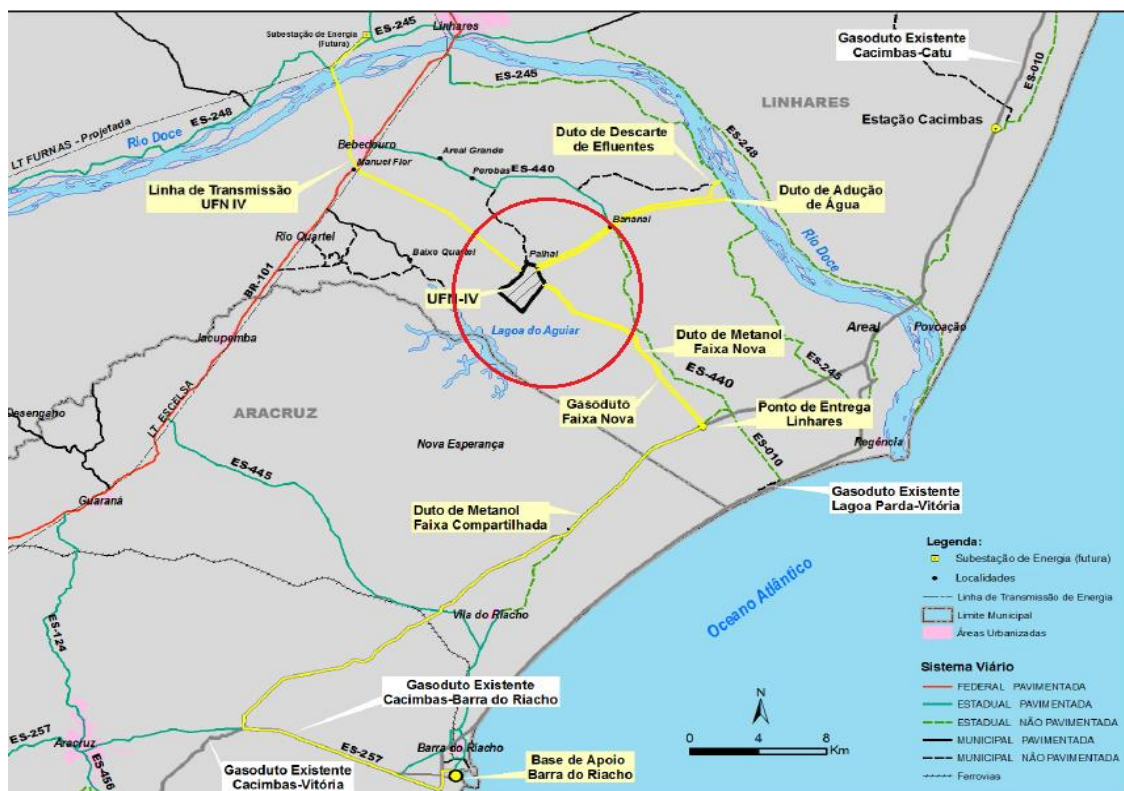


Figura 2, Localização do Complexo Gás-químico UFN-IV. Em destaque a localização de Palhal (fonte, EIA-Complexo Gás-Químico UFN-IV, p.71)

De acordo com o cronograma aprovado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA-ES) as obras da UFN-IV deveriam ter sido iniciadas em novembro de 2012, porém a Licença Prévia – primeiro passo para a autorização para início das obras de instalação- somente foi obtida em setembro de 2013. Ocorre que o desenvolvimento das demais ações previstas no cronograma não foi realizado, o que propiciou boatos de que o projeto da UFN-IV teria sido suspenso, ou que não seria mais implantado no local inicialmente destinado, ou que as denúncias de corrupção envolvendo dirigentes da petrolífera teria bloqueado os investimentos do complexo gás-químico, ou, ainda, que os aguaceiros na região em dezembro de 2013¹ teriam demonstrado que o solo não seria propício para a sustentação do empreendimento, ou, sabe-se lá, que as obras teriam sido simplesmente adiadas. Fato é que o empreendimento não ganhou corpo até o momento.

¹ Em dezembro de 2013 o Espírito Santo foi vítima de uma das maiores tempestades já registradas na história. As regiões próximas à bacia do Rio Doce foram as mais atingidas, causando longo período de alagamento. Palhal foi uma dessas localidades.

Independentemente das conjecturas aventadas sobre as causas da paralisação do projeto, o que procuraremos avaliar é como as expectativas construídas, as interpretações sobre o que será *quando* e *se* o empreendimento chegar, enfim, que as projeções do agora elaboradas pelos moradores da comunidade de Palhal, por si só, trazem alterações substantivas nas relações entre os sujeitos e dos sujeitos com o território a partir das representações e dos imaginários que provocam. Para tanto, intentamos compreender quais representações circulam sobre o empreendimento, bem como os atores agem segundo tais representações. Será cara uma reflexão acerca, recorramos a um oxímoro, da *concretude do imaginário social*, da efetiva atuação das mentalidades na conformação da organização social cotidiana, tendo como permanente referência o debate desenvolvido pela teoria das representações sociais (JODELET, 2002; MOSCOVICI, 1978; MOSCOVICI, 2004) e, especialmente, a discussão de Castoriadis em *A instituição imaginária da sociedade* (2007).

Dentro da ampla literatura sobre o discurso do desenvolvimento, bem como nos inúmeros estudos de caso que a alimentam, achamos relevante refletir sobre um recorte específico e até aqui pouco explorado, qual seja, as representações que circulam e seus correspondentes fazeres sociais no momento que antecede a efetivação do empreendimento, mais especificamente, num momento em que as representações se referem ao incerto e as respectivas decisões indexam-se na turbidez do porvir. O que esperamos é que as reflexões suscitadas sobre os “relatos do porvir” – as representações de um grande empreendimento que não se sabe se irá chegar e as ações que daí decorrem por parte dos sujeitos locais – possam fomentar reflexões subsequentes sobre o *momento*² que escolhemos fazer o recorte dentro dos debates acerca do desenvolvimento.

É preciso salientar que tal recorte foi pensado e construído com a mudança imposta pelo campo de pesquisa. Em princípio, nossa intenção era analisar o processo de transformação social – abarcando, então, a questão territorial – que ganharia corpo com a chegada de um dos maiores investimentos da história do Espírito Santo, já que a UFN-IV conta com um orçamento inicial de R\$ 6,7bi (ESPÍRITO SANTO, 2011, p. 2.1.3). No entanto, com a suspensão das atividades, uma nova configuração do campo se constituiu, impossibilitando a primeira proposta e abrindo duas possibilidades imediatas: ou

² Do latim *momentum* “instante, poder de mover algo”, contração de *movimentum*, que é “deslocar, mover” (Nascentes, 1955).

manteria recorte similar e procuraria outro local onde um Projeto de Grande Escala estivesse para chegar em uma zona ainda não industrializada, ou permaneceria com Palhal como campo de pesquisa, mas me debruçando sobre as novas relações que se estabeleciam com a suspensão do projeto industrial. A segunda alternativa oferecia uma perspectiva particularmente importante, pois sugeria que o *momento* em que as representações sociais circulam sobre a contingência da realização do empreendimento deve entrar para o cômputo da literatura sobre os conflitos e as transformações concernentes às práticas desenvolvimentistas.

Ora, se falamos no *momento* em que surgem representações, podemos inverter a sentença e falar das *representações* que caracterizam o momento. Daí a necessidade de se investigar o conteúdo das representações que têm como referente o Complexo Gás-químico e tudo que esteja a ele atrelado e verificar quais são os sentidos emprestados pelos sujeitos a esse referente. Mas não só, quais as dúvidas suscitadas por sua iminência? Devemos descobrir também quais as “certezas” então construídas, ou, posto de outra forma, quais as respostas oferecidas pelos sujeitos a essas dúvidas. Lembrando, com Castoriadis, que o representar nunca está apartado de um fazer social (CASTORIADIS:2007, p. 177), como esses sentidos, essas dúvidas e essas respostas são expressadas, na prática, nas decisões dos sujeitos e dos grupos?

Apontamentos metodológicos

Comumente são duas as posturas diante do objeto. Para uma postura primordialmente dedutivista, recomenda-se “imaginar” proposições que caracterizem (o como) e expliquem (o porquê) do fenômeno sobre o qual se pretenda debruçar. Tanto o fenômeno quanto as proposições não são “imaginadas” *ab nihil*, mas segundo referências de trabalhos que tenham sido produzidos acerca do fenômeno, como forma de evitar proposições repetidas e já testadas, ou como queiram, hipóteses confirmadas ou já falseadas. Ou seja, o que o pesquisador leva a campo são as suas deduções na espera que o campo as corrija, sendo, pois, imprescindível uma imersão prévia em trabalhos produzidos que se imaginem pertinentes. Já numa postura indutivista, a ordem cronológica das tarefas se inverte, exige-se não a ciência prévia do que já se disse sobre o campo, mas que a presença no campo direcione o conteúdo da bibliografia específica. Quanto mais

desarmado estiver o olhar do pesquisador melhor, e se é, pois, impossível desvencilhar-se das categorias construídas em sua biografia, que ao menos não restrinja o que o campo *pode* mostrar ao já escrito e lido. Esse “pode”, as possibilidades do campo que desconhecemos de antemão, livra o objeto da circunscrição às hipóteses e desobriga o pesquisador de adequar aquilo que observa àquilo que já sabe.

Quando eu soube que estava para chegar ao sul de Linhares um dos maiores investimentos da história do estado e que esse empreendimento seria o vetor de um parque industrial a ser instalado numa comunidade rural, fiz uma visita à Palhal curioso para ter uma ideia do lugar antes das transformações anunciadas. Impossível deixar de imaginar como ali se tornaria algo completamente diferente quando ao invés dos pastos, dos quintais e das roças, estivesse construído um complexo industrial. Então, meses depois, resolvi iniciar uma pesquisa sobre os primeiros movimentos que seriam realizados naquele lugar no sentido de observar essas transformações, percebendo que assim teria a possibilidade de vislumbrar “um caso particular do possível” (BOURDIEU, 2012, p. 32), aliás um dentre os muitos casos passíveis de pesquisa e análise em considerando os inúmeros Projetos de Grande Escala desenvolvidos em todo o território capixaba em suas diversas fases de implantação. O que particulariza o caso escolhido foi justamente a conjugação de uma “expressão extrema de uma série de fenômenos” (KROEBER *apud* RIBEIRO:2008, p. 111) – tendo em vista o porte da UFN-IV – com o seu caráter pioneiro e vetorial na dada localidade. Interessava-me, especialmente, pelos sentidos emprestados pelos sujeitos daquela comunidade tendo em vista, especificamente, o processo de implantação da unidade fabril.

Logo surge a questão das estratégias metodológicas para viabilizar tal proposta. A forçosa modificação do objeto quando da suspensão das atividades do empreendimento, impôs-nos uma reavaliação da própria postura do pesquisador. Quando o próprio objeto muda sua natureza, o pesquisador se vê obrigado não somente a se dedicar a leituras diferentes, mas também a rever o próprio processo entre campo, teoria e análise, fazendo-nos ver concretamente o que Johannes Fabian quis dizer em uma entrevista:

Antes de mais nada, deve ficar claro que não há uma separação nítida entre a realização da investigação e o registro escrito porque, quando se olha para o que fazemos, vê-se que escrevemos desde o primeiro momento. Isso, aliás, vem junto com outra coisa sobre a qual venho sempre insistindo, não há separação entre os dados e a teoria. Não existe uma fase

em que você apenas colhe os dados, apenas anota as coisas, e daí uma outra, na qual você faz teoria sobre aquilo (FABIAN, 2006, pp. 510-511).

Aliás, é inevitável o distanciamento temporal entre as informações de campo e a produção do texto, ou como diz o próprio Fabian, “o presente do objeto está fundamentado no passado do autor” (FABIAN, 2012, p. 115), e a presentificação desse passado é realizada através da memória (idem, p.118). Para que as informações de campo não sejam entendidas como fatos consumados – ou “dados objetivos” – devemos adotar uma postura reflexiva e autorreflexiva diante do objeto da nossa memória, de modo que as “nossas experiências ‘voltem’ para nós” (ibidem). A autorreflexividade exige que o pesquisador se enxergue enquanto subjetividade participante, portanto engendradora, de uma relação intersubjetiva³, e a postura hermenêutica diante do objeto de memória é deliberadamente um ato produtor de sentido e não presunção de explicação sobre um fato pressuposto (idem, pp.117-120), ainda se considerando que nós pesquisadores somos também parte do passado do outro. Levando em conta essas pontuações, eventualmente serão encontradas, ao longo do presente texto, passagens que possam soar algo anedóticas, mas que na verdade são tentativas de apresentar ao leitor a importância dos eventos que marcaram tanto a delimitação do objeto quanto as opções teóricas.

Se, então, o interesse de pesquisa recai sobre a importância social daquilo que as pessoas “imaginam”, o que as pessoas elaboram para dar sentido a um determinado evento, seriam pouco proveitosos métodos que estabilizam as posições, pesquisador/pesquisado; entrevistador/entrevistado/; perguntas/respostas; questões/ dados etc., ainda que o recorte seja “o que imaginam com relação à UFN-IV”. Isso porque, primeiro, limitaria as respostas às possibilidades das perguntas por mim elaboradas, comprometendo claramente a espontaneidade com que as representações devem ser apreendidas e, segundo, fica estabelecida uma relação em que o interlocutor interpreta o procedimento de entrevista e escolhe o conteúdo e estratégias de respostas dentro da situação, sendo que as respostas aos questionamentos tornam-se apenas *uma* informação dentro

³ Ainda segundo o antropólogo holandês, o ato hermenêutico autorreflexivo possibilita a intersubjetividade na própria retomada dos dados da experiência através da memória, “Temos a habilidade de apresentar (tornar presentes) nossas experiências passadas a nós mesmos. Mais do que isso, essa habilidade reflexiva nos permite estar na presença de outros precisamente na medida em que o Outro se tornou conteúdo de nossa experiência. Isso nos leva às condições de possibilidade do conhecimento intersubjetivo” (idem, p. 117).

do quadro. No outro extremo, a realização de uma etnografia exigiria um investimento tal para a geração de dados minuciosos em que o recorte proposto poderia ficar diluído meio ao volume de informações. Convimos com Boumard (1999) em adotar uma postura etnográfica, “a ideia de ir ao campo e dele não fazer elemento da administração da prova, mas o material indispensável para que o discurso sobre o outro tenha sentido” (idem, 1999, p.2). Ainda segundo Boumard:

A metodologia da observação participante, na qual se inscreve a postura etnográfica, interessa-se por certos objetos da mesma forma que é por eles legitimada [...] O objeto teria, enquanto tal, uma influência bastante considerável sobre a situação de análise produzida pela investigação, quaisquer que fossem a postura e mesmo os critérios utilizados (idem, p. 4).

A essa colocação do autor francês acrescentaríamos a crítica à observação participante imposta pela autorreflexividade, que nos guiaria para uma opção análoga àquela que Bourdieu chamaria de “objetivação participante” isso é, a inclusão do pesquisador no objeto de crítica (BOURDIEU, 2012, p. 51).

Atentos a essas considerações, percebemos que o lugar e o tempo em que surgem as interpretações; em que as representações são construídas, significadas e resignificadas; em que as imagens são expostas e então trocadas e recriadas; por fim, o lugar e o tempo em que os sentidos são partilhados é a conversa. Portanto privilegiar, nas idas a campo, as conversas como foco de análise foi bastante natural, algo como uma objetivação participante das práticas conversacionais.

Surgem daí duas dificuldades. A primeira de caráter mais geral: as dificuldades bastante claras dos métodos mais convencionais como a entrevista – limitação das respostas ao interesse do pesquisador e perda da espontaneidade na interação - aparecem aqui de maneira mais sutil, mas não menos real. Impossível ignorar que as conversas que foram estabelecidas comigo após minha apresentação enquanto pesquisador tenham um conteúdo e uma forma condicionados por minha presença, seja numa conversação estabelecida exclusivamente comigo, seja as quais eu fui um dos participantes ou até mesmo as que eu estive simplesmente presente sem participar propriamente.

A segunda dificuldade, de cunho mais específico, é que tanto em Palhal quanto em Lagoa do Aguiar – comunidades vizinhas que partilham escola, igrejas, a mercearia, o bar, o campo de futebol, parentes, amigos e desafetos – os espaços e ocasiões em que

os moradores se encontram são restritos, de modo que as observações pretendidas para a elaboração de nossas reflexões ficam condicionadas a essa limitação. Além dos espaços acima citados, acrescentaríamos o período de trabalho, essencialmente os trabalhos com lavoura ou pastoris⁴. Desses espaços compartilhados a escola abarca apenas o primeiro ciclo fundamental, as igrejas são exclusivas – os fiéis de uma não vão em outra, sem contar que existem fiéis que vão a igrejas em Baixo Quartel ou Bebedouro -, os encontros na mercearia são esporádicos e de curta duração, o bar não tem horário nem dias definidos para funcionamento e no campo de futebol há pouco espaço para conversas. Muitas visitas, feitas entre os moradores, apesar de constituir uma importante e muito recorrente ocasião de trocas conversacionais são difíceis de rastrear. O que quero dizer é que a maior parte das conversas que presenciei, foram provocadas por mim mesmo, seja numa visita a um dos moradores, seja em algum dos espaços citados, o que reforça a primeira dificuldade.

Entre o ideal, que seria a apreensão da circulação dos sentidos em sua forma mais espontânea e imediata, e as inevitáveis variações que minha presença por si só provoca no campo, pensamos ser o esforço autorreflexivo a única postura que consiga conciliar o distanciamento interpretativo e as viabilidades práticas. Não é por acaso que as informações sobre as quais se debruça o presente trabalho são claramente parciais, e não haveria pretensões de não sê-lo. Pautado por essa crítica, desenvolvemos a pesquisa de campo, tendo como estratégia para primeira abordagem a procura por aqueles espaços comuns acima citados.

O primeiro local visitado foi a mercearia que, conforme soube posteriormente, está situada na área onde seria instalado o empreendimento. O merceeiro, que mora numa casa sobre o estabelecimento, e alguns parentes – irmãos, filhos e suas respectivas famílias – foram os únicos que se negaram a receber a indenização e resistem juridicamente contra a realocação. Entrevistei o próprio merceeiro, sua esposa, dois de seus filhos e uma nora e a partir de então procurei saber se existia alguma liderança local para que eu pudesse me apresentar e explicar a proposta de pesquisa. Foi essa liderança que me apresentou o lugar e para alguns moradores, e também me convidou para parti-

⁴ As exceções se reduzem ao merceeiro – que, aliás também trabalha com gado leiteiro diariamente – e a algumas pessoas que trabalham fora como empregados – que geralmente auxiliam no tratamento do gado e/ou no cuidado das plantações. O desenho do campo será feito no segundo capítulo.

cipar dos jogos de futebol nos sábados à tarde e das missas nos domingos de manhã. Nos finais de semana em que estive em campo participei tanto dos jogos quanto das missas e, a cada ida à Palhal – foram dez, variando entre três e sete dias cada uma delas, com pernoites em Baixo Quartel ou Bebedouro– fui à mercearia no dia de chegada e no dia de partida. Nesses espaços, especialmente na entrada e saída da igreja e nos encontros na mercearia, fui frequentemente abordado com questões do tipo “alguma novidade?”, “tem alguma notícia?”, etc. por pessoas que queriam saber informações acerca da chegada do empreendimento. Quando indagado sobre o que se tratava minha pesquisa dizia que a princípio, pretendia avaliar as transformações que se dariam em Palhal com a chegada da indústria, mas, como ninguém sabia se de fato seria implementada, estava tentando descobrir se ainda assim o local já vinha sendo transformado. Por fim, fiz visitas a diversos moradores, mais de uma visita a alguns deles, como ficará demonstrado no capítulo 2, sendo que essas foram as principais fontes de informação para a confecção do presente trabalho.

Apresentação dos capítulos

No primeiro capítulo procuraremos fazer um levantamento teórico, sobre as discussões que nos serão caras para reflexões sobre o objeto proposto. Em sua primeira parte apresentaremos alguns estudos sobre a questão do desenvolvimento, buscando oferecer um panorama das distintas contribuições analíticas e teóricas de cada caso. Veremos que em meio à miríade de perspectivas oferecidas, a presente pesquisa propõe um ponto de vista ainda inexplorado. Na segunda parte do primeiro capítulo adentraremos na discussão sobre as representações e os imaginários sociais, buscando apresentar as divergências e explorar as complementariedades das propostas da psicologia social e a filosofia da práxis de Castoriadis. Acreditamos que assim teremos as referências conceituais para a imersão nos dados de campo, que serão apresentados no segundo capítulo.

O segundo capítulo será dividido em três partes. Na primeira, apresentaremos algumas matérias publicadas em jornais ou na internet sobre a UFN-IV, procurando ambientar o leitor na atmosfera de incerteza que envolve o empreendimento. Na segunda parte, apresentaremos informações obtidas junto a atores do governo municipal no

intuito de explicitar a marcante diferença de suas representações com as representações nos moradores de Palhal e Lagoa do Aguiar. Para a terceira parte, após as duas apresentações preambulares, reservamos o essencial de nossa pesquisa que são os dados de campo obtidos junto à população de Palhal e Lagoa do Aguiar. A partir das decisões que os sujeitos tomaram ou vêm tomando a partir das expectativas com relação ao empreendimento, pudemos identificar quatro agrupamentos distintos:

- 1) *os que habitavam a área do empreendimento e receberam a indenização e que agora moram em locais próximos;*
- 2) *os que se negaram a receber a indenização e resistem juridicamente;*
- 3) *aqueles que investiram financeiramente dentro de alguma ou em ambas localidades;*
- 4) *e os moradores que não têm – ou não tiveram ainda – uma relação direta com o empreendedor ou que não fizeram qualquer tipo de investimento por conta do mesmo, mas que têm a UFN-IV como pauta frequente do seu cotidiano, sendo estes majoritariamente da comunidade de Lagoa do Aguiar.*

No terceiro capítulo retomaremos a literatura das representações sociais sobre outro prisma, abordando a discussão sobre identidade coletiva em sua relação com a alteridade. Veremos que, não obstante as claras distinções entre os sentidos representacionais e práticos entre os grupos das comunidades, emerge, na relação com a alteridade, um “nós” referendado pelo lugar e pelas relações ali cristalizadas. Procuraremos avaliar essa relação a partir da observação das práticas conversacionais desenvolvidas pelos atores, subjazendo, especialmente, as orientações oferecidas por Adriano Duarte Rodrigues em sua defesa do Paradigma Comunicacional (RODRIGUES, 2011).

A guisa de conclusão retomaremos a dimensão do momento privilegiado no presente estudo alinhavando-o com as reflexões teóricas e as percepções de campo e reinserindo-o no debate das práticas desenvolvimentistas, percebendo que “os relatos do porvir” devem ser material relevante para essa natureza de conflito. Esperamos que o presente trabalho, tido em sua unidade, dê conta da sinergia entre leituras e campo conforme de fato se deu ao longo do desenvolvimento da pesquisa, bem como do problema eminentemente político que subjaz as reflexões apresentadas.

CAPÍTULO 1 - Reflexões teóricas sobre o objeto transformado, do desenvolvimentismo ao imaginário social

1.1. A discussão de fundo, assimetria de poder e controle territorial

O Espírito Santo vivencia um momento histórico de investimentos em nome do desenvolvimento. As ações do Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025⁵, assinado no ano de 2006 pelo então governador Paulo Hartung, começam a ser implementadas. Grandes projetos industriais se espalham por todo o território capixaba, a maioria relacionada com seu potencial portuário (ESPÍRITO SANTO, 2006). Adaptação logística, interiorização do desenvolvimento, exploração de petróleo no pré-sal, expansão do parque siderúrgico, investimento em estrutura portuária e desenvolvimento da cadeia produtiva do gás natural são alguns dos projetos estruturantes do plano, prevendo-se investimentos tanto de empresas públicas e privadas, como dos três entes federados.

Considerando a previsão de R\$ 22,66 bilhões de investimentos no setor industrial a serem distribuídos entre 86 projetos no quinquênio 2013-2018 (ISJN, 2014), e considerando ainda que o último orçamento publicado do complexo gás-químico foi de R\$ 6,7 bilhões (ESPÍRITO SANTO, 2011), temos que o empreendimento em questão, sozinho, representa 29,5% da previsão dos investimentos industriais no Espírito Santo. Ainda que a maior parte destes investimentos esteja ligada à produção e exportação de *commodities*, a UFN-IV se destaca como uma ferramenta de substituição de importações, já que o Brasil importa 74% da ureia que consome, e a UFN-IV, com sua produção prevista de 763 mil toneladas por ano, contrabalancearia o déficit de 2,2 milhões de toneladas previsto para 2015 (*idem*). Na fase de implantação, considerando toda a estrutura *off-site*, serão gerados 35.087 postos de trabalhos, diretos e indiretos, sendo que destes, 87% estarão lotados em Palhal, na construção da planta principal.

⁵ Também conhecido como ES 2025, o plano recebeu algumas adequações das estratégias tendo em vista o cenário do mercado internacional, sendo publicado, em 2013, o Plano ES 2030. Os chamados projetos estruturantes permanecem basicamente na mesma linha. O ES 2030 tem seu conselho formado pelo governador do estado, a ONG Espírito Santo em Ação, formada por 36 grandes empresas instaladas em solo capixaba, e um representante da Petrobrás. (www.es2030.com.br/conselho.html).

Todos esses números servem para dar uma ideia da magnitude do empreendimento em tela, em nome do qual esforços são envidados de vários atores para a sua realização. Energeticamente estratégica para o país⁶, economicamente interessante para investidores e politicamente relevante para o município, o complexo gás-químico constitui motivo típico para a formação das consorciações, processo em que agentes de diversas escalas distintas (local, regional, nacional e transnacional) se articulam para a realização de um grande projeto (RIBEIRO, 2010). Pelo compartilhamento de um objetivo preciso, os consórcios presumem alto grau de integração entre seus partícipes, uma espécie de “força tarefa” dos grupos de poder que se alinham para potencializar suas ações em prol daquele objetivo.

É importante notar que estes grupos de poder se alinham justamente para a reprodução da sua posição dentro daquilo que podemos chamar do *campo* do desenvolvimento (RIBEIRO, 2008). Dentro do quadro conceitual de Bourdieu, o que caracteriza o campo é a estrutura de relações objetivas das posições sociais que determinam a forma de interação entre os agentes segundo práticas e valores específicos, cuja legitimidade é objeto de disputa entre os agentes (BOURDIEU, 2012, p. 66). Quando falamos em “campo do desenvolvimento” estamos, pois, falando de relações de tensão, cujo produto é inconcebível fora dessas relações, fora das diferenças que marcam as posições sociais na disputa de um “desenvolvimento” legítimo. Nessa lógica, Ribeiro diz que “desenvolvimento’ abarca diferentes visões e posições políticas, variando do interesse em acumulação de poder econômico e político a uma ênfase em redistribuição e igualdade” (RIBEIRO, 2008, p. 111).

Para seguir o raciocínio de Ribeiro, voltemos a citá-lo:

Poder, assim, refere-se à capacidade (a) de ser sujeito do seu próprio ambiente, de ser capaz de controlar seu próprio destino, quer dizer, de controlar o curso da ação ou dos eventos que manterão a vida como está ou a modificarão; ou (b) de impedir as pessoas de se tornarem atores “empoderados”. Já que o desenvolvimento sempre implica transformação e tipicamente ocorre por meio de encontros entre *insiders* e *outsiders* localizados em posições de poder diferentes, as iniciativas de desenvolvimento

⁶ As UFN-III (Três Lagoas-MS), a UFN-IV e a UFN-V (Uberaba-MG) fazem parte da carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento 2011-2014 (PAC 2) dentro do grupo de projetos de energia (BRASIL, 2011).

estão ancoradas e atravessadas por situações em que desigualdades de poder abundam (ibidem).

Poderíamos generalizar que, no campo do desenvolvimento, as relações se pautam por *outsiders* mais poderosos e por *insiders* que se veem disputando o controle do ambiente tido como certo antes da chegada dos *outsiders*. Mas é também importante observar que a chegada dos *outsiders* está condicionada a um aparelhamento racional-burocrático que legitima sua presença naquele ambiente, as interações são antecipadas por instituições, frutos das interações dos grupos de poder que se dão num *locus* superior, em termos de poder, em favor de um projeto (idem, p. 114). Um exemplo típico é o fato de os moradores de Palhal desconhecerem que o local onde moram passou a ser Zona Industrial do tipo II. Eles não foram informados e não tiveram garantida a participação das audiências sobre o Plano Diretor Municipal. A Zona Industrial onde está situada Palhal tem como projeto âncora justamente a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados.

Portanto temos como definidor da realização do projeto desenvolvimentista a relação assimétrica entre *outsiders* e *insiders*, mas temos uma outra dimensão, tratada apenas de maneira tangencial por Ribeiro, que é a transformação do território por decisões tomadas fora desse território, mas *sobre* o mesmo. Esta questão está nas entrelinhas de praticamente todos os estudos que tratam das redes⁷ e dos consórcios conformados em prol de um Projeto de Grande Escala. Foram os chamados “geógrafos humanistas” que trouxeram a questão para o primeiro plano.

Santos conjugou os conceitos de *teleação* (Moles *in*. SANTOS, 2005, p. 110) e *hipertelia* (Simondon *in*. SANTOS, 2005, p. 198) para caracterizar os espaços povoados por objetos técnicos, típicos dos canteiros desenvolvimentistas. Por teleação devemos compreender que os comandos – administrativos, técnicos e mesmo operacionais – são efetuados numa localidade distinta daquela em que ele se concretiza, e que, por conta disso, os agentes locais não conseguem alcançar devido às barreiras burocráticas e à distância geográfica de onde estes comandos são emanados (idem, p. 110, p. 149).

⁷ É cara a literatura sobre as Redes de Produção Global canonizada por Henderson (Henderson *et ali*.2002) em que se procura rastrear as relações estabelecidas nas múltiplas escalas para realização de projetos com efeitos e reverberações translocais. Mas ainda aí não se vê tratada a questão territorial, a não ser como dedutível pano de fundo.

Mesmo que incluamos certos *outsiders*, como, por exemplo, o operador de máquinas, a quem, eventualmente, um *insider* pudesse vir a interpelar, “com quem posso falar para obter informações sobre o empreendimento?”, o *outsider* responderia sinceramente, “não sei”. São decisões tomadas administrativamente alhures que, mesmo que seja de um local determinado - possivelmente internacional-, é uma posição geográfica e burocraticamente inalcançável pelos atores que vivem no território onde os efeitos das decisões tornam-se reais.

Se Lopes, Trigueiro e Ciccarone (2012) falam que a lógica hegemônica do desenvolvimento transforma o território em um espaço unifuncional (p. 18), o conceito de hipertelia, nos indica que essa conclusão não é exata. Seria mais preciso dizer que se trata, no limite, de um espaço *unicamente* funcional (SANTOS, 2014, p. 198), um espaço que passa a prescindir das demais dimensões que constituem o território como o elo afetivo, a identificação, a memória coletiva que o significa, etc.. Se recorrermos aos radicais que compõem o conceito, “*hiper*” funciona como partícula de intensificação de “*telos*”, que nos remete à finalidade. O espaço hipertélico é o espaço reduzido à sua funcionalidade, e esta é definida e comandada por agentes que não participam do território em sua concretude, senão através de suas “*tele*decisões”.

Essas duas dimensões - a assimetria intrínseca ao campo do desenvolvimento e o deslocamento do controle do território com a subsequente mudança da sua natureza – servem como pano de fundo para considerável parcela da literatura sobre o desenvolvimento dentro das Ciências Sociais, em especial aquela dedicada a reflexões sobre os grupos vulneráveis em seus diversos aspectos. Na seção seguinte, apresentaremos três estudos sobre casos concretos, todos apresentando as duas dimensões citadas, mas cada qual se debruçando sobre aspectos distintos dos respectivos casos.

1.1.1, Três abordagens distintas para três casos de tensões no campo do desenvolvimento

O caso de Itueta

Itueta é uma cidade situada no leste de Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce que no início dos anos 2000 teve de ser alagada em razão da instalação da Usina

Hidrelétrica de Aimorés (UHA), cuja operação teve início no ano de 2006, após três décadas de negociações e reavaliações desde que a Companhia Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) recebeu a concessão para instalação, em 1975. O consórcio contou com a empresa Vale do Rio Doce (atual Vale), a própria CEMIG e o investimento de R\$ 750 milhões do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Desde a publicação da Resolução 237 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em dezembro de 1997, é garantida a participação em audiências públicas da população afetada por grandes empreendimentos, mas, apesar da existência desse espaço, Lopes, Trigueiro & Ciccarone (2012, pp. 5-7) mostram que, no caso de Itueta, assim como outras localidades impactadas por hidrelétricas, o que pauta as deliberações é um modelo desenvolvimentista que “menospreza as demandas de grande parte das populações locais e rejeita a revisão da estratégia desse tipo de modelo de desenvolvimento urbano-industrial, desequilibrado social, espacial e ambientalmente” (idem, p. 5). Assim, mesmo que ONG’s, associações de moradores e mesmo o Ministério Público Federal tenham apontado falhas no processo de licenciamento da UHE, o consórcio não teve problemas em dar prosseguimento aos procedimentos administrativos de modo que um período de apenas 50 dias (entre 10/07/2000 e 31/08/2000) foi o que separou a concessão da Licença Prévia e a Licença de Instalação. Além disso, não obstante a relutância de alguns dos moradores de Itueta em deixar o lugar onde passaram suas vidas, ao cabo se viram obrigados a seguir para a Nova Itueta, cidade fundada a 8 km de distância da região alagada para receber as famílias realocadas.

O artigo que trazemos como referência se propõe a analisar as três etapas da realização do projeto – o processo do licenciamento, o anúncio da destruição da cidade e o processo de realocação dos moradores para a Nova Itueta. Ao longo das jornadas de negociação, fica nítida a assimetria das posições ocupadas pelos agentes no campo constituído, cuja discrepância é demonstrada pela própria administração do tempo por parte dos atores mais poderosos. Com um nítido hiato entre o planejamento apresentado para a população e o processo da implantação na prática, observou-se a sobreposição das três fases previstas no processo de realocação, construção da Nova Itueta, remoção dos moradores e destruição da antiga cidade, de modo que:

Visivelmente o tempo do qual necessitavam os moradores para deixar sua cidade e se adaptar a nova realidade entrou em colisão com o tempo apressado do Consórcio para realizar o empreendimento; tempo das dire-

trizes da eficiência e do menor custo impostos pelas relações de mercado (idem, p.13).

A remoção e realocação feitas “a toque de caixa”, num contexto em que os moradores se viram obrigados a deixar o espaço significativo da antiga Itueta para seguirem para o espaço planejado da Nova Itueta, trouxeram à tona novos problemas no processo de adaptação e apropriação do novo território. A memória, o reconhecimento, bem como as sociabilidades que eram erigidas cotidianamente, das quais o lugar era parte constituinte, foram substituídas pela máxima funcionalidade pressuposta em um espaço povoado tão só por sistemas técnicos - um típico espaço hipertélico-, tal como uma usina hidrelétrica. A lógica hegemônica desenvolvimentista, marcada pelos valores da utilidade e eficiência, transbordou até mesmo para o planejamento de Nova Itueta já que:

No caso da reorganização do espaço urbano [...] não houve nenhuma preocupação do Consórcio com o modo local de ocupação da cidade e de distribuição de moradias para a recomposição dos laços sociais e os demais vínculos da população com o espaço, fazendo aflorar sentimentos de desorientação e ansiedade na busca de uma identificação coletiva e individual com o lugar (idem, p.18).

O que fica evidenciado na falta de referências simbólicas na nova cidade, na falta de espaços de interação (praça, igreja, encontros festivos etc⁸.) e também na constante reclamação dos moradores da falta de espaço nos novos quintais para a criação de galinhas, suínos, plantação de frutíferas e cultivo de horta. A fala de uma moradora é bastante sintomática nesse sentido, em que ela diz, “estou satisfeita com a [nova] casa, vou fazer o quê?” (idem, p. 23), evidenciando que as tensões do campo de desenvolvimento não se restringem aos momentos de remoção e realocação, mas prolongam-se nas relações presentes de maneira indefinida, que é o que os autores concluem quando dizem:

⁸ É fundamental ressaltar que não se trata de *uma* praça, de *uma* igreja, mas sim *daquela* praça, *daquela* igreja, cujo valor simbólico é indissociável de sua ipseidade. Assim, mesmo que tenha sido construída uma igreja na Nova Itueta *aquela* igreja que evocava valores e vivências específicas é insubstituível e, ainda que se possa argumentar que ao longo do tempo os novos espaços possam vir a ser positivamente valorados e identificados, não redime a violência simbólica do momento histórico em que aqueles espaços significativos foram retirados do cotidiano.

[...] as repercussões da implantação de um projeto de grande porte como a UHE de Aimorés são retroativos e ativos e se estendem às novas configurações sócio-espaciais, arranjos sociais, vivências e expectativas dos habitantes da nova cidade (idem, p. 27).

No exemplo de Itueta vemos nitidamente configuradas as duas dimensões que destacamos na seção anterior - o campo de desenvolvimento e a transformação do lugar em um espaço funcional -, sendo ainda apontado um outro aspecto que é a reverberação dos conflitos, datados historicamente, na vida presente. Voltaremos à dimensão temporal na próxima seção. Por ora traremos o exemplo de uma nova configuração do campo do desenvolvimento, um caso em que, diferentemente de Itueta, os agentes mais poderosos, numa dada altura, não lograram a reprodução do campo, uma vez que os “subalternos” conseguiram articular uma rede que lhes conferiu a manutenção do seu controle sobre o território.

O caso de Ok Tedi

No ano de 1984 começou a operar a mina de cobre e ouro empreendida pela empresa australiana BHP, na região do rio Ok Tedi, na Papua Nova Guiné. Já no final da década de 80, ONG's de várias partes do mundo atentavam para os danos ambientais que a mina vinha causando, trazendo o problema à baila num debate internacional. Enquanto isso, etnias da bacia do Ok Tedi – a etnia Yonggom principalmente - manifestavam-se localmente contra a continuidade da operação das minas (KIRSCH, 2007).

Vemos aí, uma vez mais, a configuração nítida do campo de desenvolvimento. Na posição hegemônica o consórcio formado pela empresa âncora BHP e suas prestadoras, somadas a incentivos governamentais que se articulavam em nome da pronta realização do empreendimento, numa situação em que nem mesmo os espaços de debate, como as audiências públicas, foram oportunizados. No outro polo do campo estavam as populações locais que buscavam manter o controle do território e as ONG's ambientalistas que se mobilizaram pela compensação dos prejuízos já causados e pela suspensão das atividades tendo em vista os danos previstos. A diferença dos valores defendidos por cada posição dentro do campo torna-se clara num caso exemplar em que, no meio de uma audiência em 1996 – portanto após alguns anos do enfrentamento ao discurso

hegemônico -, um executivo da Mina Ok Tedi disse que a poluição dos rios era algo aceitável, tendo em vista que enfim os cidadãos daquela localidade poderiam vestir blusas, usar gravatas e ter empregos formais como os australianos, recebendo vaias da maioria dos presentes. Além disso, um representante do Greenpeace pediu o microfone para dizer que a única razão que um melanésio precisaria de uma gravata seria para pendurá-lo - o executivo - pelo pescoço (idem, p. 306).

Se, por um lado, a afinidade criada entre ONG's e populações locais com foco no contraponto ao discurso hegemônico em parte compromete, em parte, estas últimas a agendas e formatos burocráticos próprios daquela (idem, p. 304), por outro lado as etnias do rio Ok Tedi se utilizam dessa mesma afinidade para transmitirem os riscos percebidos em sua precisa localidade a pautas internacionais, dando visibilidade aos problemas da sua relação com as minas de ouro e cobre. Dito de outra forma, a afinidade resultou numa relação de dupla instrumentalidade entre os agentes subalternos, em que as ONG's se utilizavam da imagem dos Yonggom e sua relação saudável com o meio como argumento contra a inviabilidade ambiental das práticas da Mina Ok Tedi e os Yonggom se utilizavam das articulações institucionais das ONG's para dar visibilidade e força para suas agendas próprias (idem, pp. 304-305). Com essa configuração, o autor nos diz que:

A grande inovação da campanha contra a Mina Ok Tedi foi alavancar os protestos [locais] com uma ação jurídica que veio a afetar simultaneamente vários pontos de pressão da corporação, interesses de acionistas, a reputação pública da BHP e a capacidade da companhia mineradora de negociar cobre no mercado global⁹ (idem, p., 306).

Ao contrário do que ocorreu com o espaço da antiga Itueta em que a cidade viu-se reduzida à funcionalidade extrema de uma hidrelétrica, a afinidade consolidada entre os agentes subalternos em Papua Nova Guiné conseguiu interromper as atividades da mina e, quando da publicação do estudo em tela (2007), eles buscavam apoio internacional para obter as compensações dos anos em que o empreendimento havia operado, caracterizando o que Stuart Kirsch denominou de contraglobalização:

⁹ Tradução nossa para, "The major innovation of the campaign against the Ok Tedi mine was to leverage [local] protests with legal action that simultaneously affected multiple corporate pressure points, shareholder concerns, BHP's public reputation, and the mining company's ability to sell copper in the global marketplace".

[A] Contraglobalização¹⁰ opera através de redes de ações transnacionais que torna recursos internacionais acessíveis a novas categorias de atores, permitindo-os ultrapassar impasses existentes nos níveis local ou nacional¹¹ (idem, p. 303).

O caso da Chapada do A

A busca da construção de uma rede para fortalecimento da posição dentro do campo do desenvolvimento também foi uma estratégia dos indígenas tupiniquim da Chapada do A, município de Anchieta, no Espírito Santo. Desde a divulgação da possível instalação da Companhia Siderúrgica de Ubú (CSU), capitaneada pela Vale S/A e também parte do Plano de Desenvolvimento 2025, articulações junto a ONG's como a Rede Alerta Contra o Deserto Verde e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental se mostraram como possibilidades estratégicas de manutenção do controle do território (CORREA, 2013, p. 81). Mas no caso da população da Chapada do A, uma nova perspectiva se apresentou na conformação do campo.

É sabido que na legislação brasileira a Terra Indígena (TI), é de usufruto exclusivo dos indígenas (CRFB, art. 231 §6) e que, partindo deste dispositivo, não é permitida a instalação de empreendimentos dentro das TI's e, segundo a Portaria Interministerial nº 419/2011, mesmo os empreendimentos que venham a ter algum tipo de pressão indireta sobre a TI devem se responsabilizar por estudos e compensações específicos para aquelas populações, além dos eventuais programas previstos nos Estudos de Impacto Ambiental. Como o Brasil é signatário da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, vigora o princípio do auto-reconhecimento, ou seja, a autodeclaração de uma dada população enquanto pertencente a uma dada identidade indígena é

¹⁰ Boaventura de Sousa Santos preferiu o termo *globalização contra-hegemônica*, para definir configurações dessa natureza, “Designo por globalização contra-hegemônica o conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização hegemônica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a esta subjacentes, ao mesmo tempo que propõem concepções alternativas” (SANTOS, 2005, p. 7). Essa concepção talvez seja mais precisa do que uma *contra* globalização, visto que os próprios agentes locais recorrem a canais alternativos, mas também globais, para constituição de suas agendas.

¹¹ “Counter globalization operates through transnational action networks that make international resources available to new categories of actors, allowing them to leapfrog politics that have stalemated at the local or national level”, no original.

o suficiente para que esta identidade seja entendida como legítima perante a legislação. Ocorre que para a obtenção do usufruto exclusivo ditado pela Constituição é necessário um laudo publicado pelo órgão competente para tratar dos direitos coletivos indígenas (Lei nº 6001/1973, art. 19; Decreto 1175/1996), que desde 1967 vem sendo emitido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI)¹².

Visto que a instalação da CSU exigiria a remoção da população da Chapada do A, esta, que se auto-reconhece indígena da etnia tupiniquim, formalizou um pedido de reconhecimento do seu território junto à FUNAI (BODART, 2012) e, tendo em vista o tempo necessário para a realização deste reconhecimento formal¹³, posto a enorme quantidade de demandas similares protocoladas no órgão, os tupiniquim da Chapada do A acionaram o Ministério Público justificando a urgência do seu caso ante o risco de perda do seu território com a iminente chegada do empreendimento. Aliás, o Inquérito Civil Público instaurado a partir dessa demanda é encabeçado pela ementa, "Monitora a demarcação da área reivindicada pela comunidade auto-declarada indígena Tupiniquim Chapada do A, no Município de Anchieta/ES, diante da implantação do projeto de instalação da Companhia Siderúrgica de Ubu - CSU no local" (DOU nº182, 19/09/2012, seção 1, p. 104).

No caso da Chapada do A, vemos os agentes não-hegemônicos do campo do desenvolvimento recorrerem às próprias ferramentas disponibilizadas pelo Estado para disputar com um Projeto de Grande Escala a legitimidade do controle do território. Para fundamentação dos argumentos junto aos órgãos públicos, foram justamente publicizadas as memórias coletivas dos moradores da comunidade, remontando aos tempos em que ali existiu a grande Aldeia de Iiritiba e destacando que todos ali pertenciam a um único tronco familiar (MATTOS, 2014, p. 117):

¹² Atualmente tramita no congresso o Projeto de Emenda Constitucional nº 215 que propõe que a prerrogativa de demarcação passe do órgão indigenista para a maioria qualificada do Congresso. Além disso, foi julgada em 16/09/2014 o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança 29087 que define como base para decisões posteriores os referenciais fixados pela Portaria nº303 da Advocacia Geral da União (AGU) que submete o usufruto exclusivo aos empreendimentos que venham a ser de interesse nacional. Um resumo esclarecedor das disputas jurídicas é apresentado em *Flexibilização de direitos e justiça ambiental* (2014), de Jean Pierre Leroy.

¹³ O decreto 1175/96, que regulamenta o procedimento de demarcação, exige que seja constituído um Grupo de Trabalho (GT) multidisciplinar para elaboração dos estudos de reconhecimento de território, os chamados Relatórios Circunstanciados sendo estes os instrumentos que embasam juridicamente a delimitação das TIs.

Com a resistência encontrada em Chapada do A, os moradores dessa localidade deram início a processos legais na luta pelo direito de permanência no lugar por meio do reconhecimento de sua ancestralidade indígena, com o apoio dos pescadores de Ubu e Parati e também de movimentos sociais (CORREA, 2013, p.163).

Acrescente-se o apoio de lideranças tupiniquim do município de Aracruz, norte do estado, onde existe, desde 1975, o reconhecimento oficial do território. Em um evento realizado no dia 26 de março de 2011, as lideranças de Aracruz reconheceram a população da Chapada do A como seus “parentes” (BODART, 2012, p. 78).

Vale ressaltar que o empreendimento está suspenso desde 2013. Não por conta da contraposição dos agentes não-hegemônicos, como ocorreu em Ok Tedi, mas porque a empresa chinesa que iria dividir os investimentos com a Vale, desistiu, ao menos temporariamente, do empreendimento. Porém em 9 de março a Vale protocolou no Instituto Estadual de Meio Ambiente o pedido de renovação da licença prévia, então concedida em março de 2011. Isso porque a Arcelor Mittal substituirá o parceiro chinês e a tendência é que o projeto da CSU seja retomado (SÉCULO DIÁRIO, 17/03/2015).

Mas para além da questão da realização ou não do empreendimento, vemos no exemplo dos tupiniquim da Chapada do A uma nova perspectiva e uma nova configuração possível do conflito situado no campo do desenvolvimento. Uma articulação estabelecida pela comunidade local antecipa as transformações do espaço sugerida pela efetivação de um Projeto de Grande Escala – que passaria necessariamente pela transferência do controle do território daqueles para este. Em Anchieta, a matéria central da estratégia foram os dispositivos jurídicos que legitimam o controle exclusivo do território, dispositivos estes, ressalte-se, acionados num contexto de tensão provocado por um grande empreendimento.

1.2 O momento de construção dos imaginários

Os casos trazidos demonstram formas distintas em que agentes não-hegemônicos produzem seus discursos na relação estabelecida com os agentes mais poderosos, rela-

ção esta definidora do que chamamos de “campo do desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008). No léxico próprio deste campo, a máxima eficiência e o princípio da utilidade são os valores estruturantes - porque de interesse de agentes que estão situados em uma posição hegemônica - valores estes incorporados pelos agentes em suas práticas (BOURDIEU, 1980). Quando tais práticas hegemônicas se realizam num espaço determinado, temos, no limite, aquilo que chamamos de um “espaço hipertélico” (Simondon *apud* SANTOS, 2005, p. 198) cuja operação é administrada por agentes que estão em outro lugar, distantes do espaço onde as suas ordens ganham materialidade. As tensões surgidas entre as posições que disputam a legitimidade dos seus respectivos discursos no campo tornam-se claras – nos três casos apresentados – quando outros valores e práticas distintos daqueles hegemônicos são afirmados, como, por exemplo, a identidade das populações locais, a memória coletiva, mesmo o “gostar” do lugar, a conservação ambiental etc..

Mas reparemos que cada um dos estudos se situa em momentos distintos dessas tensões posicionais. No caso de Itueta vemos que os efeitos da instalação de um grande empreendimento não se resumem aos processos imediatos de remoção, realocação e instalação da usina, mas repercutem nas configurações sociais presentes, bem como na significação da nova cidade, mesmo após a realização destas três etapas. É chamada a atenção para as tensões *posteriores* à chegada do empreendimento. Já no estudo de Kirsch, poderíamos dizer que sua contribuição reside nas tensões *coevas* entre operação das minas e as articulações dos agentes não-hegemônicos. É claro que em nenhum dos casos as dimensões temporais focadas são exclusivas, visto que tanto Kirsch conclui com o efeito da contraglobalização com a suspensão do empreendimento, quanto Lopes, Trigueiro & Ciccarone buscam compreender as violências física e simbólica nos períodos de remoção e realocação. Mas neste último caso fica clara a preocupação dos autores em evitar uma abordagem redutivista que limitaria “a análise apenas aos momentos da destruição e realocação da população” (LOPES, TRIGUEIRO & CICCARONE, 2012, p. 27), ressaltando a extensão do conflito para o momento posterior a essas fases. No caso dos Yonggom de Papua Nova Guiné, Kirsch se propõe a fazer uma “etnografia da circulação do discurso da modernidade”, como sugerido por Escobar¹⁴ (ESCOBAR,

¹⁴ Em *Encountering development*, Arturo Escobar diz ser papel fundamental da antropologia do desenvolvimento elaborar estudos que reconheçam a pluralidade de leituras da modernidade que resistem e coexistem com as práticas hegemônicas. Reconhecer a hegemonia de um discurso não significaria, necessaria-

2012, p. 223). Por isso ele foca no processo de construção das articulações dos agentes locais em busca da retomada do controle do território, articulações estas que se mostraram fundamentais na queda de braço com as práticas desenvolvimentistas ancoradas pela empresa BHP.

No último caso vimos que a tensão entre as posições do campo é percebida *antes* mesmo da chegada do empreendimento. Assim que se tornaram públicos os projetos do consórcio da CSU para a localidade da Chapada do A, os moradores se articularam com agentes não-hegemônicos, como ONG's ambientalistas, mas também publicizaram sua identidade indígena como estratégia central para manutenção do controle do seu território, criando, inclusive, uma situação em que o Estado (Ministério Público Federal), cobra do Estado (FUNAI) medidas que vão de encontro aos planos do Estado (Plano de Desenvolvimento 2025)¹⁵.

É justamente este momento - o *antes* da apresentação concreta das transformações prometidas, as antecipações feitas pelos atores ante o desconhecido, as projeções elaboradas pelos sujeitos guiados pelo incerto -, que nos interessa na análise do caso de Palhal, onde os moradores locais criam interpretações e tomam decisões a partir do que imaginam o que será *se e quando* o empreendimento da Petrobrás chegar. Assim como Crapanzano

Interesso-me pelo papel do que está situado além do horizonte, pelas possibilidades que oferece, pelos desejos lícitos e ilícitos que pode causar – a incerteza, a *sensação de contingência*, de acaso -, pela exaltação pelo frêmito com o desconhecido que pode provocar (CRAPANZANO, 2005, p. 365, grifo nosso).

É essencialmente sobre a contingência que os moradores de Palhal criam seus imaginários, posta a natureza etérea das transformações atreladas à UFN-IV. “Assim, estou particularmente interessado nas vias paradoxais pelas quais a irrealidade do imaginário imprime o real na realidade e por que o real da realidade compele a irrealidade do imaginário” (ibidem).

mente, o apagamento de outros. O antropólogo deveria se propor a compreender a maneira específica que estes discursos são apropriados localmente pelos atores (ESCOBAR, 2012, pp. 222-226).

¹⁵ Vão de encontro pois basta a publicação do relatório circunstanciado para que fique proibida a entrada de empreendimentos na área identificada.

É certo que a contingência aí estabelecida carrega indícios de presença concreta, se assim podemos dizer, como as placas com os dizeres “Somente pessoas autorizadas” e “Futuras instalações do Complexo Gás- Químico UFN-IV” (figura 3).



Figura 3: Placa na área da planta do complexo gás-químico.

Mas não caberá a mim, pesquisador, descobrir se o empreendimento se efetivará ou não, ou até quando permanecerá suspenso, embora estes sejam dados auxiliares. Caberá a mim compreender os imaginários que circulam neste *momento*, neste *antes*, em Palhal, e como estes imaginários construídos em meio à contingência transformam as relações ali existentes. Pois se é pertinente compreender as configurações *posteriores* à chegada do empreendimento, as configurações que se remodelam *antes* da efetivação do mesmo também podem ser entendidas como extensão ativa do projeto de grande escala. Recorreremos às contribuições feitas pela teoria das representações sociais bem como as reflexões sobre a importância do imaginário nos termos de Castoriadis, pois entendemos que é aí que poderemos melhor compreender como “a irrealidade do imaginário” ganha a sua concretude.

1.2.1 – A literatura sobre o que é imaginado pelos sujeitos

O tema das representações passou a concernir à sociologia já nos primeiros anos de disciplina. Impressiona as reflexões de Durkheim sobre o tema, considerando os recursos teóricos de que se dispunha ainda no final do século XIX. Na primeira parte do clássico *Representações individuais e representações coletivas*, ele se propõe a demonstrar a relativa independência da consciência com relação às atividades fisiológicas, numa discussão com a corrente fisiologista da psicologia que, segundo sua leitura, tinha as atividades mentais como um epifenômeno das atividades elétricas do cérebro. Numa colocação que em muito nos lembra o alheamento imposto à dimensão do ideal pelo historicismo materialista – e até mesmo pela sociologia funcionalista – o autor diz:

Eles [os fisiologistas] dizem que a consciência é um simples reflexo dos processos cerebrais subjacentes, um brilho que os acompanha, mas que não os constitui. *Mas um brilho não é um nada, é uma realidade que atesta sua presença por seus efeitos específicos*¹⁶ (DURKHEIM, 2002b, p. 4, grifo nosso, tradução nossa).

Lembremos que Durkheim está preocupado em legitimar uma ciência do social, com uma tessitura específica, distinta das realidades individuais. E na passagem que citamos acima ele valoriza justamente o “brilho” – subestimado pela psicologia dominante da época - a que chamamos consciência, cujas características, funcionamento e lógica são de todo próprias. São as consciências que se reconhecem e se aproximam operando de maneira *sui generis*¹⁷, apesar da reconhecida base fisiológica sem a qual a própria consciência não seria possível. Uma analogia empregada pelo autor, especialmente esclarecedora quanto a este ponto, é a relação dos elementos químicos com os organismos vivos. Ora, ninguém seria capaz de dizer que o organismo de um mamífero existiria sem o hidrogênio e o oxigênio, assim como seria infundado explicar todos os

¹⁶ No original, “Ils disent que la conscience est un simple reflet des processus cérébraux sous-jacents, une lueur que les accompagne, mais ne les constitue pas. Mais une lueur n’est pas un néant, c’est une réalité et qui ateste sa présence par des effets spéciaux”.

¹⁷ “Mais allons plus loin; voyons ce qui se passe dans la conscience actuelle. Pourrait-on dire du moins que les quelques états qui l'occupent ont une nature spécifique, qu'ils sont soumis à des lois spéciales et que, si leur influence est faible à cause de leur infériorité numérique, elle ne laisse pas d'être originale ? Ce qui viendrait ainsi se superposer à l'action des forces vitales serait, sans doute, peu de chose ; cependant, ce serait quelque chose. Mais comment serait-ce possible ? La vie propre de ces états ne peut consister que dans la manière *sui generis* dont ils se groupent ” (DURKHEIM, 2002b, p. , 6)

aspectos da vida deste organismo através da tabela periódica, aliás se separarmos cada uma das substâncias de um organismo, ele simplesmente deixará de existir. Assim, o pensamento individual não pode ser vivisseccionado para buscar nas partes elementares o fundamento das representações que produz, ele deve ser entendido como um todo vivente. Na segunda parte do artigo, aproveitando-se da analogia entre elementos químicos e a consciência, o autor sugere que as representações coletivas não podem ser entendidas como extensão ou mesmo a soma das representações individuais, mas que, na verdade, elas operam segundo uma lógica própria e ganhando força de fatos sociais, ou seja, externas aos indivíduos e dotadas de poder de coerção:

Se podemos dizer, de certa maneira, que as representações coletivas são exteriores às consciências individuais, significa que elas não derivam dos indivíduos tomados isoladamente, mas de suas colaborações; o que é bastante diferente. Sem dúvida, na elaboração do produto comum, cada um oferece sua quota-parte; mas os sentimentos privados só se tornam sociais se combinados com a ação de forças *sui generis* que a associação desenvolve; por consequência, essas combinações e alterações mútuas que daí resultam se transformam em *uma outra coisa*. Para ser produzida, uma síntese química se concentra, unifica os elementos sintetizados e, por isso mesmo, os transforma¹⁸ (idem, p. 17, grifo no original).

Durkheim não poderia oferecer reflexões mais precisas sobre o *processo* de elaboração social das representações, até porque sua preocupação primordial é reconhecer no social uma ontologia particular. Desde então a relação entre o individual e o coletivo é pauta recorrente de qualquer reflexão sobre representações ou temas afins. Em geral a resposta é que está contida no indivíduo uma dimensão¹⁹ que é propriamente social, para Freud o sujeito é atividade sobre algo, sem a qual o sujeito simplesmente não é (GARCIA-ROZA:1996, pp. 126-132); Dell Hymes falava da “competência comunicacional” própria do indivíduo (HYMES *apud* RODRIGUES, 2011, p. 49); Berger fala de

¹⁸ No original : “Si l’on peut dire, à certains égards, que les représentations collectives sont extérieures aux consciences individuelles, c’est qu’elles ne dérivent pas des individus pris isolément, mais de leur concours ; ce qui est bien différent. Sans doute dans l’élaboration du résultat commun, chacun apporte sa quote-part ; mais les sentiments privés ne deviennent sociaux qu’en se combinant sous l’action des forces *sui generis* que développe l’association ; par suite de ces combinaisons et des altérations mutuelles qui en résultent, ils *deviennent autre chose*. Une synthèse chimique se produit qui concentre, unifie les éléments synthétisés et, par cela même, les transforme”.

¹⁹ Atentemos para o fato que “dimensão que é” é distinto de “disposição para”, o que sugeriria margem para a não realização dessa disposição, o que seria impossível para os autores relacionados.

uma ontogenia que só se concretiza com a socialização, que nada mais é que o processo de interiorização dos significados socialmente construídos (BERGER, 1971, p. 110); Castoriadis fala de uma lógica-ontologia propriamente social que não seria possível com a soma dos indivíduos se estes não comportassem em si essa dimensão ontológica (CASTORIADIS, 2007, pp. 177 e *passim*), para citarmos alguns exemplos. Castoriadis fala ainda que o “homem é um animal poético” (idem, p.178), no sentido em que ele próprio cria respostas às questões que lhe são historicamente apresentadas a partir do repertório simbólico socialmente disponível.

Provavelmente Serge Moscovici concordaria com o “animal poético” de Castoriadis. Para o autor romeno o papel fundamental das representações é tornar familiar aquilo que ainda é “não-familiar”:

A presença real de algo ausente, a “exatidão relativa” de um objeto é o que caracteriza a não-familiaridade [...] O não-familiar atrai e intriga as pessoas e comunidades enquanto, ao mesmo tempo, as alarma, as obriga a tornar explícitos os pressupostos implícitos que são básicos ao consenso [...] O medo do que é estranho (ou dos estranhos) é profundamente arraigado (MOSCOVICI, 2004, p.56).

Nas famosas vinhetas que precediam os episódios do seriado Super-Homem os transeuntes surpresos com o corpo que sobrevoava a cidade se perguntavam, “é um pássaro? Um avião?” O que faziam nada mais é do que localizar um evento não-familiar dentro do quadro de categorias então disponíveis, revelando as duas funções centrais das representações sociais, quais sejam, *convencionalizar* e *prescrever*, que, num sentido similar ao de Durkheim, dispõem de uma estrutura de sentido antes mesmo que nos ponhamos a pensar e que, na verdade, “decreta *o que* deve ser pensado” (idem, p.37, grifo no original) . Denise Jodelet, aluna e colega de Moscovici, nos diz que representações sociais são “sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo” (Jodelet, 2002, p. 32). Interpretar é *significar*. Significar é ordenar signos disponíveis – em que a linguagem é o maior exemplo e a base para derivar os demais signos - para emprestar sentido para o mundo. Assim morreu o capitão Cook como uma divindade ao retornar ao Havaí por conta do mastro partido do seu *Resolution* (SAHLINS, 1990, p. 140). O evento do retorno de Cook foi interpretado segundo o universo simbólico do qual dispunham os havaianos.

A psicologia social parte, pois, da hipótese de que o ser humano tem uma predisposição psíquica para operar segundo os mecanismos da coerência e estabilidade (JODELET, 1984, pp.16-7; MOSCOVICI, 1978, p.15; MOSCOVICI, 2004, pp. 103-4), num contexto em que o não-familiar é uma iminente ameaça. Mas de que maneira esses mecanismos se realizam? Por meio de quais processos essas tendências são satisfeitas?

-A *ancoragem* é a redução das especificidades às categorias disponíveis, é justamente uma abstração dentro do quadro de referência, é a submissão do caso à classe,

No momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire características dessa categoria e é reajustado para que se enquadre nela. Se a classificação, assim obtida, é geralmente aceita, então qualquer opinião que se relacione com a categoria irá se relacionar também com o objeto ou com a ideia (idem, p. 61).

É por isso que o autor afirma que “as conclusões têm prioridade sobre a premissa, o veredito sobre o julgamento” (idem, p. 57), em termos bastante similares daqueles que Agnes Heller chamou de “juízo provisório” como ultrageneralização em que nos vemos apoiados na vida cotidiana para lidar com as situações que se nos apresentam, pois, para podermos reagir ao singular, “temos de *organizá-lo* em nossa atividade cotidiana, no conjunto de nossa atividade vital; em suma, temos de *resolver* o problema” (HELLER, 2000, p. 35, grifos no original).

-A *objetivação* é a materialização de uma abstração, a presentificação de uma projeção, é a reprodução de um conceito em uma imagem (MOSCOVICI, 2004, p. 71). Óbvio que as possibilidades de realização desse conceito²⁰ em uma imagem não estão desatreladas do processo de ancoragem que é o que Moscovici nos diz que “ainda que um paradigma seja aceito por possuir um forte referencial, sua aceitação deve-se também à sua afinidade com paradigmas mais atuais” (MOSCOVICI, 1978, p. 72). Para recorrermos a um exemplo dado pelo próprio autor, a comparação de Deus com um pai nos oferece uma materialização de um “conceito”.

²⁰ Poderíamos problematizar se se trata exatamente de um conceito, ou seja, um termo que capture da multiplicidade uma precisa generalidade, já que a conotação de “conceito” está normalmente atrelada a um rigor analítico. Talvez seria melhor se falássemos de “noção” ou simplesmente “termo”, mas preferimos dar continuidade com o vocábulo escolhido pelo autor.

“Os *conteúdos* mentais são imperativos mais fortes que as *formas* cognitivas. Resumidamente, podemos dizer que *o que* as pessoas pensam determina *como* elas pensam” (MOSCOVICI, 2004, p. 211, grifos no original). Isso está evidenciado pelo fato de, dentre a profusão de estímulos possíveis que povoam o mundo, apenas alguns são absorvidos e correspondidos, o que demonstra que a própria “escolha” dos estímulos está ancorada num universo simbólico específico. Y-Fu Tuan fala de etnias habitantes do Ártico que têm diversas segmentações de cor para o que chamamos de forma indiferenciada de “branco”, sendo essas segmentações referenciadas no universo cosmológico próprio (TUAN, 2011, pp. 15 e ss.). É por isso que um dos princípios da operação dos sistemas de crenças é a própria primazia do sistema de crenças sobre o sistema perceptivo, o que leva o autor romeno a afirmar que “representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de *denotação*” (MOSCOVICI, 2004, p. 62, grifo nosso), isso é, de fundação de um sentido a partir de um referente identificável – porque já segmentado e identificado. Ora, se a representação é um sistema de classificação ancorado no já segmentado, poderíamos realmente falar de uma denotação? É justamente para essa confusão reiterada por toda a filosofia de fundamentos socráticos que Castoriadis vai chamar a atenção:

Este ser da significação, há muito percebido pelos filósofos e gramáticos, é de há muito inadequadamente descrito e, na verdade, ocultado pelas distinções entre sentido próprio e sentido figurado, *significação central* e aura semântica, denotação e conotação. O que essas distinções na verdade visam, sem poder formulá-lo, é a diferença entre o aspecto *identitário-conjuntista* do significado, e a significação plena. E, sob o domínio da lógica identitária e da ontologia que lhe é homóloga, elas colocam explicitamente o elemento conjuntista-identitário como próprio, central denotação de algo assegurado em si. Mas não há sentido próprio, é impossível captar e fechar um sentido em sua propriedade; só há um *uso identitário do sentido* (CASTORIADIS, 2007, p. 392, grifos nossos).

Vamos esclarecer cada um dos termos destacados da citação acima, pois ao cabo nos levará ao cerne da nossa sugestão da criação das imagens significativas acerca do “não-familiar” de forma mais concreta. Entendemos que a contribuição de Castoriadis para a elucidação das elaborações imaginárias, bem como a gramática desenvolvida por este autor, nos oferece melhores perspectivas para se compreender o aparente paradoxo entre fundação de um novo sentido pelos sujeitos e identificação deste com a coletividade estabelecida, entre a criação imaginária e a ratificação do social, entre diacronia e

sincronia, nos termos do próprio autor. Para tanto será necessária uma rápida digressão aos fundamentos do raciocínio de Castoriadis para a ambientação dos argumentos aqui utilizados.

Por *significação central* devemos compreender o sentido próprio de denotação, a fundação de um sentido em sua origem, na relação imediata com um determinado referente. Castoriadis tem como hipótese que as significações centrais estão sustentadas na relação da sociedade em sua sustentação na natureza, e esse sentido primeiro comporta uma arbitrariedade que não podemos apreender em sua origem (idem, pp. 267-277). Por exemplo, por que a palavra “água” – e exatamente a palavra “água” e nenhuma outra – refere-se ao líquido vital? A “invenção” deste termo seria a significação central, com todas as letras, uma denotação²¹, a criação de um signo sem referências a outros signos. Se para Lévi-Strauss o incesto é o interstício entre a natureza e a cultura (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 57), Castoriadis dirá que é impossível que se tenha evocado a interdição – e os signos que a marcam – sem a referência anterior ao sentido, porque a combinação de signos resulta do sentido e não o contrário, conforme pressupõe o antropólogo francês. Para que o sujeito inserido em uma determinada região de sentido consiga interpretar a sentença “não pode ter relações sexuais com a sua irmã” é necessário que cada um destes signos e o conjunto deles – conformando um novo signo com referência à interdição - tenha um sentido anterior, o que nos leva a perceber que é um exercício conotativo, remetendo o problema da denotação ao infinito. É por isso que Castoriadis vai se referir ao estado presente de uma dada sociedade como um “magma de significações” (CASTORIADIS, 2007, pp. 218, 277, 385 e ss.), invocando este signo – “magma” – por sua potencialidade imagética de remeter ao processo contínuo de produção de significações e ao caráter fluido e indefinível de antemão dos seus produtos.

É ponto pacífico que representação é sempre representação do ausente, é uma imagem que toma o lugar da coisa (CASTORIADIS, 2007, p. 94; JODELET, 2002b, p. 5; MOSCOVICI *apud* JOVCHELOVITCH, 1998, p. 70-1; PEIRCE, 1975, p. 97). É na elaboração desse “jogo de ausências”, próprio da conotação que um determinado grupo constitui a sua ipseidade – necessidade de ser assim e exatamente assim – e sua heccei-

²¹ Obviamente não intentamos uma busca etimológica e o exemplo não passa de um facilitador para a reflexão. Aliás, nem mesmo a etimologia conseguiria alcançar essa significação, o momento da criação do signo e a sua causa específica.

dade – sua diferença irreduzível (CASTORIADIS, 2007, p. 94 *e passim*). Por exemplo, quando os moradores de Palhal se veem diante das notícias sobre a chegada da UFN-IV eles procuram dar um sentido para o empreendimento, este entendido como o referente “não-familiar” a ser desbastado. Pessoas da comunidade dizem que, por conta do empreendimento uma estrada asfaltada e duplicada passará por onde hoje é a sua casa e que por isso querem vende-la o mais rápido possível para procurar um lugar mais tranquilo onde possa recomeçar a sua roça já que “Palhal já era”. Também são encontradas pessoas que concordam que todo escândalo de corrupção envolvendo a Petrobrás é um castigo de Deus para a empresa, para que ela “aprenda a respeitar mais quem é pequeno”, e os escândalos ocorrerem não só *para que* o empreendimento em Palhal fosse suspenso, mas *para que* fossem suspensos os investimentos da Petrobrás em qualquer lugar em que ela não estivesse respeitando quem já mora lá²². É certo que tais explicações comportam um certo grau de “arbitrariedade”, mas não por isso podemos falar de uma denotação em sentido próprio. Podemos falar sim que a partir da combinação original de signos socialmente instituídos - o castigo de Deus, a tranquilidade, a rodovia duplicada etc.- é elaborada uma *nova significação* que só é plausível porque socialmente sancionada numa determinada região de sentido. A nova significação social, por sua vez, caracteriza (ipseidade) e individualiza (heccedidade) o grupo, em outras palavras, o *identifica*. Portanto, a conformação dessa ontologia própria se dá com os jogos possibilitados pela rede simbólica específica do grupo, e essas possibilidades *instituídas* são o que Castoriadis chama de *elemento conjuntista-identitário*. Os signos que daí são elaborados pertencem à lógica conjuntista-identitária. Por isso Castoriadis chama a atenção para o lapso, tradicionalmente negligenciado, entre a denotação e o *uso identitário de um sentido*.

Se para Moscovici “quando estudamos representações sociais nós estudamos o ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação ou se comporta” (MOSCOVICI, 2004, p. 43), para CASTORIADIS:

Até aqui toda sociedade tentou dar uma resposta a algumas perguntas fundamentais, quem somos nós? Que somos nós, uns para os outros? Onde e em que somos nós? Que queremos, que desejamos o que nos falta?

²² Estes dois exemplos foram retirados dos dados obtidos em campo.

[...] Não se trata de perguntas e de respostas colocadas explicitamente e as definições não são dadas na linguagem. As perguntas não são mesmo feitas previamente às respostas. A sociedade se constitui fazendo emergir uma resposta de fato a essas perguntas em sua vida, em sua atividade. É no *fazer* de cada coletividade que surge como sentido encarnado a resposta a essas perguntas, é esse fazer social que só deixa compreender como resposta a perguntas que ele próprio coloca implicitamente²³ (CASTORIADIS, 2007, p. 177, grifo no original).

Nessa perspectiva, Castoriadis distingue duas instituições primordiais – não no sentido temporal ou mesmo lógico, mas que servem como instrumental para as demais instituições -, quais sejam o *legein* – não por acaso o radical grego de “linguagem” - e o *teukhein* – vocábulo de onde derivou o radical grego para “técnica”. Ambos os conceitos pertencem à dimensão conjuntista-identitária, nos termos acima abordados, e organizam o universo simbólico a partir de operações próprias que se apresentam de forma imbricada no processo histórico. O *legein* seria o conjunto de operações do representar social – distinguir-escolher-estabelecer-juntar-contar-dizer – enquanto o *teukhein* o conjunto de operações do fazer social – juntar-ajustar-fabricar-construir (idem, p.277), sendo que essas operações se implicam de maneira circular. Mas se toda a significação e todo o fazer pertencem à dimensão conjuntista-identitária, como explicar as mudanças sociais, ou para utilizarmos um termo do próprio autor, como compreender o caráter inextricavelmente diacrônico (histórico) evidenciado em toda realidade sincrônica (social) (idem, p.205)? Como explicar as rupturas, os saltos, as transformações? Se nos satisfizermos com a explicação do “não-familiar” em “familiar”, toda significação e todo fazer seriam puramente reativos e as representações presentes seriam eternamente suficientes, ao aguardo da próxima ameaça para fagocitá-la e processá-la. É aí que Castoriadis introduz a noção de significações imaginárias, a fundação de signos que criam os desencadeamentos posteriores²⁴, é o imaginário que precipita a história, é pelo imaginário que a coletividade elabora não só os relatos do porvir ancorados na memória, mas também cria as suas projeções do agora:

²³ Recentemente defendida a dissertação *Produção da Cultura e mediação social do ambiente nas pescas artesanais das comunidades vizinhas de Ubú e Parati no Espírito Santo*, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFES, em que Gustavo Rovetta demonstra como os modos de vida dos pescadores artesanais estão inextricavelmente ligados a uma dimensão política, justamente porque o fazer daquelas coletividades “respondem” aquelas “perguntas” num contexto de forte pressão industrial que, direta ou indiretamente, mas de maneira constante, “replicam” ao fazer da pesca artesanal (ROVETTA, 2014).

²⁴ Imaginário central, Deus criou o mundo em seis dias e descansou no sétimo. Representação (ou imaginário secundário), ninguém trabalha aos domingos (CASTORIADIS, 2007, p. 158).

[...] o que a relação signitiva coloca em jogo é uma figura concreta, material-sensível, mas que só é signo na medida em que existe como *sensível sem matéria* para os membros da sociedade considerada e este além da existência concreta de qualquer indivíduo particular. O sensível sem matéria é exatamente o que Aristóteles dá como definição do *phantasmata*, do fantasma, da “imagem”. O que aparece como multiplicidade indefinida de instâncias concretas (palavras efetivamente pronunciadas ou escritas etc.) só tem unidade porque a multiplicidade indefinida de figuras sensíveis sem matéria [...] é por sua vez mantida com unidade pela figura sensível sem matéria que é o signo e este signo para todos numa área social dada, pelo que somos obrigados a chamar de *phantasma* social-histórico, de “representação social” [...]da palavra e de tal palavra[...] Este *phantasma* social não é redutível aos esquemas através dos quais sempre se quis pensar a imaginação e o imaginário, retenção parcial de um dado, imitação ou qualquer coisa semelhante. Ele é criação, estabelecimento (instituição) pelo imaginário social de uma figura não real, que *faz serem* figuras concretas²⁵ (materializações, instâncias particulares das palavras-imagens) [...] Imaginário, criação imotivada que só é no e pelo estabelecimento de imagens. Social, inconcebível como obra ou produto de um indivíduo ou de uma multidão de indivíduos (o indivíduo é instituição social), inderivável a partir da psique como tal e em si mesma (idem, pp. 286-7, grifos no original).

Mesmo ao contextualizarmos a obra de Castoriadis em seu conjunto com a preocupação em prol de uma práxis que fosse além das alternativas entre a exploração capitalista pelo capital e a exploração soviética pela burocracia, verificamos a atualidade de suas observações nas práticas cotidianas e temos como caras suas observações para refletirmos sobre as “imagens” e as escolhas das famílias diante do “fantasma” da Petrobrás. Para o nosso recorte proposto é essencial esvaziarmos, ao menos num primeiro momento, tais preocupações políticas e projetivas, no sentido de uma utopia engajada. Assim, atentemos especialmente para a passagem em que ele nos diz que o *phantasma* é uma criação de uma figura não real que fabrica figuras concretas. No nosso entender seria justamente o “fantasma” da Petrobrás que se mostra bastante concreto quando, por exemplo, uma família moradora de Palhal há dez anos adquire meio alqueire de terra e o

²⁵ Reconhecemos que o período ficou algo confuso, segundo a tradução da editora Paz & Terra (2007) que vimos utilizando até aqui. Na versão em inglês disponibilizada em PDF pelo Massachusetts Institute of Technology o trecho correspondente está, “It is a creation, the positing (institution) by the social imaginary of a figure or group of figures that are not real, which *makes* concrete figures” (CASTORIADIS, 2013, p. 152).

subdivide em dezenas de lotes menores com o intuito de repassá-los aos futuros empregados da empresa e, como estes não vieram, os lotes foram vendidos a preços mínimos para pessoas do Rio Quartel, Linhares e Bebedouro. É o “fantasma” que se realiza quando outra família se endivida para construir quitinetes no entorno de sua casa bem como um galpão, que serviria para alugar para empresas menores fazerem a manutenção das suas frotas sem necessidade de ir à Bebedouro, que jamais foi utilizado senão como garagem do carro próprio. É o “fantasma” também que leva jovens a investirem em cursos técnicos durante dois anos, e a continuarem investindo para terem um emprego mais estável quando a Petrobrás chegar. É também o “fantasma” que fez com que famílias deixassem o lugar onde moravam há mais de uma geração e para aceitar a indenização oferecida pelo Estado, visto que para estas famílias “mais cedo ou mais tarde eles iam tomar tudo mesmo” e que era melhor pegar o quanto antes a indenização para recomençar tão cedo quanto possível a nova vida no novo terreno. O “fantasma” se mostra bastante concreto quando famílias resolvem em conjunto não aceitar as indenizações e reclamar juridicamente a permanência no local herdado pelo patriarca há quarenta anos. O “fantasma” é concreto para aqueles que, nas missas de domingo, pedem para que sejam preservados os laços das comunidades de Palhal e Lagoa do Aguiar, mesmo com toda “a ganância do capitalismo que tenta tomar as nossas terras²⁶”, e também para aqueles que dizem torcer para que logo venha alguém dizer que não vai acontecer mais nada, que o empreendimento foi cancelado ou que foi transferido para algum outro lugar longe de Palhal e onde não vá mexer na vida de ninguém. Mas também para aqueles que torcem para que ele venha logo para que as dívidas sejam pagas e que possam começar a ganhar dinheiro.

Essas diferentes criações significativas e suas diferentes correspondências do fazer, que serão exploradas detidamente no próximo capítulo, mostram que tanto o *legen* quanto o *teukhein* pertencem tanto à dimensão conjuntista-identitária quanto à dimensão imaginária – poética, pois -, que oferece o campo do possível de ser feito, e não somente assola-o no campo do necessário ou das representações já instituídas.

²⁶ Essa fala, particularmente interessante, foi feita pelo celebrador da missa no dia 1º de março.

CAPÍTULO 2 – Elaborações sobre um porvir incerto ou as faces do fantasma

O filme *O banheiro do Papa*²⁷ conta uma história que remonta aos dias que antecederam a chegada do Papa João Paulo II a um vilarejo pertencente ao município uruguaio de Melo, fronteira com o Brasil, evento este que realmente ocorreu no ano do dia 8 de maio de 1988. A visita do pontífice é vista, por muitos dos moradores, como uma oportunidade para que possam melhorar a condição econômica se aproveitando da legião de peregrinos que certamente iria a Melo ouvir as palavras sagradas. É por isso que vemos, ao longo de todo o filme, o esforço dos personagens para conseguirem capital suficiente para montar os seus negócios. Moradores confiaram toda sua poupança, hipotecaram ou venderam suas casas, contraíram empréstimos bancários, trocaram tudo para investirem em matérias-primas – como vísceras de porco, leite e farinha – e no rudimentar maquinário para beneficiá-las, assentados na certeza de que, se um dia ante o Papa não fosse o bastante para expiar toda uma vida de erros mundanos, ao menos a salvação financeira seria proporcionada pelo comércio das especiarias locais.

É claro que as expectativas que circulam pela comunidade têm as suas idiossincrasias: a utopia sobre o que será Melo no dia 8 de maio não é idêntica em todas as cabeças e mentes discretas. O que vemos são ostensivas manipulações dos sentidos, desde aqueles que confiavam que viriam 20, 30, 60 ou 200 mil peregrinos a Melo até aqueles que não deram crédito ao evento, dos ateus até quem acreditava estar vendendo a alma ao diabo por tirar proveito comercial de uma visita santa, dos aproveitadores de ocasião aos indiferentes. O Estado tratou de pavimentar as vias de acesso para que pudessem suportar a viagem dos mais de cem ônibus de brasileiros que estariam por chegar. A mídia, ao longo de toda a película, participa do cotidiano dos moradores de Melo alimentando-o com as novas sobre a sagrada ocasião que o povo local deve receber “com júbilo e recolhimento”, conforme as palavras de um repórter que faz a cobertura do evento.

²⁷ *El baño del Papa*, direção de César Charlone e Enrique Fernández. Produção de Andrea Barata Ribeiro, Bel Berlinck, Serge Catoire, Fernando Meirelles e Elena Roux. Uruguai, Brasil, França, Chaya Films, O2 Filmes, Laroux-Ciné, 2007.

Ocorre que no tão aguardado 8 de maio apenas 8 mil pessoas , sendo a maioria da própria cidade de Melo, participam do evento, causando vultosos prejuízos à já depauperada população do vilarejo. Famílias investiram dinheiro e fé na construção de barracas e na confecção de pães, pastéis, doces e chouriços para matar a fome da multidão de peregrinos que se expectava ver arrebanhada no até então discreto vilarejo de Melo, mas ao cabo viu arrebatadas as esperanças pelo frustrante público na tão anunciada ocasião.

Ainda que possamos reconhecer a importância da mídia na construção dos significados sobre a visita nos dias que a antecedem, e ainda que possamos ver retratadas algumas adaptações do Estado uruguaio para a recepção do Papa, o ângulo escolhido por César Charlone e Enrique Fernández, diretores do filme, está voltado justamente para o cotidiano dos moradores locais e para as significações que ali circulam no *momento* de completa suspensão que antecede o evento, em que as ações dos atores são frequentemente referenciadas sobre os sentidos, não determinados de antemão, sobre o que será de Melo no dia em que o Papa colocar os pés ali. O filme, assim como o nosso trabalho, dedica-se ao momento da dúvida, da suspensão, da elaboração dos sentidos sobre um referente impessoal, não-familiar-em-vias-de-significação e “teleativo”, por conta das transformações concretas que provoca sem ser situado. Na obra, porém, como em qualquer obra ficcional, a corrente de acontecimentos ganha um acabamento, qual seja, a frustração dos moradores no dia do evento realizado. Nosso trabalho permanece assentado na abertura, no processo mesmo de significação e tomada de decisão pelos atores, é um trabalho do gerúndio, em que temos como foco o que pensam, dizem e fazem os moradores de Palhal e Lagoa do Aguiar referenciados pelo “fantasma²⁸” da Petrobrás. E assim como os realizadores do filme reconhecemos que outras dimensões e em lugares distintos circulam significados distintos. É por isso que no presente capítulo apresentaremos, primeiramente, alguns tratamentos dados pela mídia, por materiais informativos do empreendimento em tela e por atores da prefeitura com quem estabelecemos contato. Na última parte, enfim, traremos a substância das nossas reflexões que

²⁸ Retomando aqui a expressão não em sentido livremente metafórico, mas assentados na concepção aristotélica de *phantasma* assumida por Castoriadis como “o sensível sem matéria”; “estabelecimento pelo imaginário social de uma figura não real, que faz serem figuras concretas (Castoriadis, 2007, p. 286). Cf. p. 43.

são as informações obtidas em campo junto às comunidades de Palhal e Lagoa do Aguiar.

2.1 “Palhal não existe”, o que documentos, mídia e servidores municipais (não) falam da realidade local

Em *O banheiro do Papa* a mídia, especialmente a televisão e o rádio, participa da construção das representações que circulam sobre a chegada de Sua Santidade de maneira bastante ativa, pela forma sistemática que trata o assunto. Para os moradores de Palhal a mídia foi fonte secundária das informações concernentes ao empreendimento, ficando atrás das próprias redes de relações que mantêm com as pessoas da própria região e das áreas urbanas vizinhas. Ficou claro, ao longo de nossas observações que as redes de relações que os atores estabelecem cotidianamente são os meios pelos quais circula o grosso das informações. Espaços públicos como as igrejas e mesmo as conversas nas horas do café na casa do vizinho são os momentos em que os boatos sobre o empreendimento são reforçados e transmitidos. Como a maioria dos moradores tem parentes em Linhares e/ou Aracruz, cidade vizinha, é comum ouvir que as informações tiveram origem em algum desses lugares. Somente a partir da segunda metade de 2014 os moradores locais passaram a fazer referências ao esquema de corrupção da Petrobrás, massivamente tratado em todas as mídias, para procurarem explicar a suspensão do projeto. Informações de caráter mais específico sobre o empreendimento eram geralmente referidas como obtidas através de uma conversa com amigos e parentes. Sempre estive em campo munido das últimas notícias que circulavam nos meios de comunicação e não houve ocasião em que os moradores com quem conversei estivessem a par das mesmas.

Portanto o desafio analítico recai, inicialmente, sobre a correspondência entre as informações suscitadas nos meios de comunicação e os significados que circulam em Palhal e Lagoa do Aguiar, a relação entre a produção das notícias e seu consumo – uma vez mais no sentido criado por Certeau para essa palavra (CERTEAU, 2004). Mas repararemos em Beto, principal personagem do filme citado acima, morador de Melo que tem a original ideia de construir um banheiro em frente à sua casa cujo uso seria cobrado dos peregrinos no dia do evento sagrado. Ele acha ouvir rádio uma perda de tempo e em momento algum ao longo de todo o filme – com exceção da cena final em que ele discu-

te com o âncora do jornal – vemos Beto encarar a televisão, nem mesmo quando o Gago, dono do bar, apresenta seu novo aparelho em cores comprado em doze vezes. Detalhe que nos leva a duvidar de uma correspondência positiva e direta entre a produção e o consumo das informações, ao menos no caso deste personagem. Mas apesar disso ele participa da construção e da circulação das representações sobre a visita do Papa, mostrando que é no plano das interações cotidianas que são construídas e reavaliadas as expectativas sobre o grande dia. Algo similar ocorre sobre o polo gás-químico que se espera ver instalado em Palhal e Lagoa do Aguiar. As representações partem primordialmente do plano das relações cotidianas e estas constituem a principal fonte de informação sobre o empreendimento, ainda que se possa deduzir um percurso desde a produção midiática das informações até aquelas representações manipuladas pelos atores locais. Ainda assim, para avaliação de possível correspondência, teríamos que levar em conta as inúmeras mediações existentes ao longo do próprio percurso, de modo que voltamos à questão da primazia das relações sociais já estabelecidas como referência para as representações, não compreenderíamos as significações elaboradas por Beto se as tratássemos como consumo e “maneiras de empregar” (CERTEAU, 2004, p. 94) as informações produzidas nos meios de comunicação.

Por isso a importância analítica da presente sessão reside em uma outra questão, qual seja, o contraste geral entre as representações produzidas por meios formais de comunicação e por atores institucionais, como os da prefeitura, e aquelas geradas na cotidianidade pelos atores locais. Isso justifica trazermos notícias sobre o projeto feitas pela própria mídia, e também por impressos do próprio empreendimento como o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), disponibilizado no posto de saúde de Baixo Quartel à época de sua aprovação (os estudos foram aprovados em 12 de setembro de 2013), distribuído nas audiências públicas e discutido nos Grupos de Trabalho temáticos²⁹. Percebemos que tal contraste reside no embate entre a invisibilização da realidade local, promovida pelos meios de comunicação – com exceção do portal Século Diário -, por

²⁹ O IEMA, em acordo com a empresa de consultoria (Bourscheid) e a Petrobrás realizou a experiência de constituição de GT's com temas específicos, para tratativas de potenciais áreas afetadas pelo Complexo Gás-Químico. São eles, saúde, educação, emprego e renda, mobilidade, pesca, turismo e cultura que discutiriam questões relativas ao licenciamento ambiental até a concessão da Licença Prévia (LP). Tais grupos foram constituídos com representantes, servidores do próprio IEMA, Petrobrás, Bourscheid, secretarias municipais de Linhares e Aracruz, secretarias estaduais de acordo com cada tema, e autarquias estaduais, também de acordo com o tema dos grupos (DIO, 10/01/2013, p. 16).

servidores da prefeitura e até mesmo pelo próprio EIA; e a dinâmica da circulação das representações sobre o empreendimento e as significações imaginárias a partir dos dados do cotidiano.

É possível fazer uma apresentação cronológica das notícias desde a firmação do protocolo de intenções entre governo do estado e empreendedor até a indefinida suspensão do projeto. Para tanto pedimos ao leitor que queira acompanhar a evolução dos dados que traremos, que se remeta ao Anexo I, onde é apresentada a cronologia dos principais eventos com referências às repercussões midiáticas.

A invisibilização da realidade local pode ser notada nos diversos níveis, desde a ata de reunião para deliberação sobre concessão de licença prévia (LP) pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), até os noticiários de abrangência estadual. Por exemplo, quando, em 2010, a então Diretora de Gás e Energia da estatal, Maria Graça Foster, afirma que “o Espírito Santo será vitorioso no que todo produtor de gás sonha, agregar valor ao insumo” (ESPÍRITO SANTO, 20/08/2010, acessado em 08/04/2014), não sabemos “quem” é o Espírito Santo a que ela se refere com um artigo definido. Mas isso ainda é um nível rudimentar de invisibilização, se assim podemos dizer. Afinal, não poderíamos exigir que uma funcionária do alto quadro da empresa relevasse as porosidades, as dinâmicas, as relativizações concretas sobre um Projeto de Grande Porte promovido pela empresa por ela representada numa reunião de autoridades no Palácio Anchieta, casa do governo estadual. Remetamo-nos ao RIMA, que dois anos depois passaria a circular em alguns pontos de acesso à população local:

A instalação do empreendimento prevê o aumento do desenvolvimento regional, [...] [além de] possibilitar geração de novos postos de trabalho e, conseqüentemente, melhorar a qualificação da mão-de-obra local. É previsto que o complexo propiciará a geração de aproximadamente 8.800 postos de trabalho durante a fase de construção e 400 empregados diretos durante a fase de operação do empreendimento (ESPÍRITO SANTO, 2011[RIMA]).

Observe-se que o RIMA omite os 27 mil postos de trabalho indiretos, conforme informado pelo EIA, e conforme indicamos em nossa introdução. Como veremos na seção a seguir, o número de pessoas que o empreendimento promete atrair corresponde não a um “desenvolvimento regional”, se considerarmos a perspectiva de diversos atores locais, mas a uma ameaça ao modo de vida e ao próprio território. Ademais, verificamos que as estimativas feitas pelos atores locais se aproximam muito mais daquela

publicada pelo RIMA, material que circula pela população em geral, do que da publicada pelo EIA, material estritamente técnico e que norteia os pareceres da câmara técnica do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA)³⁰. Sete mil, 10 mil ou no máximo 15 mil empregados é o número estimado por pessoas entrevistadas por nós.

Sob o tópico “expectativas sociais”, que é um impacto “observado durante a fase de planejamento do empreendimento, devido à divulgação do projeto e estudos ambientais” (ESPÍRITO SANTO, 2011 [RIMA]) consta a seguinte assertiva:

Uma das expectativas é a possibilidade de desapropriação de imóveis e benfeitorias dos moradores do entorno do empreendimento. De modo geral, o resultado das pesquisas realizadas *demonstra que o projeto é percebido como uma ótima oportunidade de geração de emprego e renda pela população local* (ibidem, grifo nosso).

Na verdade, a partir de nossas observações em campo, o projeto pode ser percebido como oportunidade de emprego por parte dos moradores, especialmente pelos jovens, que se interessaram pelos cursos técnicos ensejados pelo empreendimento, em cumprimento das condicionantes estabelecidas. E mesmo para alguns desses jovens, o ingresso como empregado nas obras da empresa era visto mais como uma fatalidade do que como uma “ótima oportunidade”. Não estamos dizendo que inexistam atores que considerem a chegada do empreendimento nos termos apresentados pelo RIMA. Apenas que diversas outras dimensões foram *invisibilizadas*, ou seja, que existem significações elaboradas pelos atores sobre o empreendimento que não convergem com o “modo geral” apresentado pelo estudo.

À época em que o EIA vinha sendo elaborado, o portal A Gazeta, jornal de abrangência estadual, publicou uma matéria intitulada “Entenda como vai funcionar o polo gás-químico em Linhares”, em que diz que o empreendimento “tem um grau de exigência bastante alto, num patamar superior ao que estamos acostumados” e que por isso exige “profissionais preparados e com muito valor agregado” (A Gazeta,

³⁰ Na ata da reunião do CONSEMA que deliberou sobre a concessão da LP, um representante da sociedade civil, da Comissão Espírito-santense de Folclore, questiona que o RIMA não faz menção à vegetação suprimida pela linha de energia exigida pelo projeto da UFN-IV e nem da interferência do traçado em cursos d’água e volume de dragagem do rio exigidos pelo empreendimento, ao que o Coordenador de Avaliação de Impactos Ambientais do IEMA responde que os dados constam no EIA e que o RIMA “é um documento resumido destinado à população em geral”.

12/02/2011, acessado em 08/04/2014). Fato é que muitos jovens investiram tempo e dinheiro para capacitação técnica, tendo em vista o ingresso nas obras do empreendimento. Muitos, aliás, passaram a dividir seu tempo entre cursos e empregos temporários em obras industriais da região e ajudas à família no trabalho da roça e criação de gado. Como indicamos no início da presente seção, não caberá a busca de uma relação causal entre essa divulgação específica e a decisão dos indivíduos, mas vale salientar que a ideia de que seria necessária mão de obra especializada para o preenchimento das vagas de emprego a serem ofertadas pelo empreendimento circulava à época não só através da mídia estadual e local, mas nas próprias oficinas realizadas pela empresa consultora para apresentação do projeto em Palhal e região.

Portanto, nesse período as especulações acerca do empreendimento já circulavam na região rural conforme atesta o próprio EIA, concluído em setembro de 2011 e apresentado em audiências públicas que se realizaram em dezembro de 2012 nas sedes dos municípios de Aracruz e Linhares. Ali se lê que:

A informação sobre a intenção da Petrobrás em construir uma fábrica na região de forma ampla, sem detalhamento de localização, tipo de equipamento e etc. era de conhecimento dos entrevistados. Aqueles que residem mais próximo, assim como os próprios moradores, de Palhal, (sic) já tinham o conhecimento da localização do projeto. Entretanto, a noção da tipologia do empreendimento era um tanto quanto geral e desconstruída. As noções passavam por refinaria até usina de produção de energia. Neste sentido, é interessante observar que mesmo aqueles que foram à Reunião Pública para a discussão do TR não tinham uma noção muito clara do que era e para que servia uma fábrica de fertilizantes. Por sinal a Audiência Pública realizada em Linhares no dia 23 de fevereiro de 2011 circulava como a principal fonte de informação sobre o projeto (ESPÍRITO SANTO, 2011).

Interessante notarmos que no dia 23 de fevereiro de 2011 foi realizada uma consulta pública “com a finalidade de colher opinião e discutir com os setores representativos da sociedade a elaboração do Termo de Referência do Complexo Gás-Químico UFN-IV” (ESPÍRITO SANTO, 2011). No entanto as pesquisas sobre as “Expectativas sociais” (item 7.3.1.17 do EIA) ocorreram no período entre dezembro de 2010 e abril de 2011, portanto tendo início antes mesmo da publicação do TR pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente, o que põe em dúvida se foi mesmo a consulta pública a principal fonte de informação sobre o projeto e não a presença dos consultores em campo nos meses que a antecederam.

Permita-se uma longa citação do EIA, ainda sob o tópico “Expectativas sociais”:

Desse conjunto de interpretações sociais, em muitos casos, surgem os chamados conflitos sociais que podem ser resumidos na formação de dois grupos; os que são favoráveis ao empreendimento e os que são contrários ao empreendimento. No caso do Complexo Gás-químico UFN-IV, conforme as pesquisas realizadas entre dezembro de 2010 e abril de 2011, *não foram identificados conflitos sociais capazes de produzir interpretações divergentes, a ponto de criar um debate social, pautado pela disputa entre grupos sociais em torno do empreendimento [...]* Por sua vez, os moradores da Localidade de Palhal passarão a conviver com a indústria próxima de suas casas. Também serão desapropriados pelo Estado do Espírito Santo, onze proprietários de terras e terrenos, e mesmo diante do fato de estarem apreensivos em relação ao destino e condições de vida futura, *estes partilham da ideia de que o empreendimento é importante e o aceitam como um fator de desenvolvimento local [...]* Observa-se que o anúncio da possibilidade da construção do Complexo Gás-químico UFN-IV na região, por um lado produz algumas preocupações de ordem social nos moradores, *mas por outro, mostra que os mesmos, dentro das condições já colocadas, estão dispostos a receber o empreendimento*, e na medida do possível, *interagir com as possibilidades que este representa em termos de desenvolvimento e oportunidades de emprego e renda*. E nesse sentido, *estão dispostos a organizarem-se para construir espaços sócio-políticos efetivamente participativos em todas as fases do projeto*. [...] O impacto produzido nessa primeira fase, através da divulgação do projeto e pelos trabalhos de campo para a elaboração dos resultados ambientais, *é positivo, efetivo e direto. É temporário e reversível [...]* (ESPÍRITO SANTO 2011 [EIA], grifos nossos).

Não sabemos quais foram esses atores representativos interrogados pelo EIA nem que tipo de interpretação os consultores se utilizaram para chegarem a essa conclusão. Não ousaremos perguntar, tampouco, qual o aparato teórico empregado para concluir pela inexistência de interpretações divergentes acerca do momento vivido pelos moradores, já que são exatamente essas divergências que exploraremos ainda nesse capítulo, nem qual a amplitude da partilha do desejo pela chegada da indústria. Também não temos como saber por que o impacto é tido como positivo, temporário e reversível nem quais são os espaços sócio-políticos participativos, já que por mais de dois anos os moradores lidam com as concretudes de um “fantasma”, assim como os moradores de Melo estavam obrigados a significar a visita do Papa sem saberem exatamente a dimensão da coisa³¹. Mas isso talvez se explique pela medida corretiva apontada pelo estudo

³¹ A tese de Deborah Bronz trata das estratégias de consultores no encaminhamento das decisões em favor da obtenção da licença ambiental, no sentido de evitar que outras “partes interessadas [...] adquiram poder de influência nas definições sobre a agenda socioambiental do licenciamento (os planos, programas e

que jamais foi cumprida, qual seja, “utilizar o programa de comunicação social do empreendimento para esclarecimento e informação sobre o andamento nos procedimentos de licenciamento” (ibidem), “esquecendo” de incluir aí os casos de suspensão, adiamento e cancelamento como eventuais possibilidades³². Um servidor da prefeitura entrevistado por mim disse que a empresa fez diversas reuniões dentro da comunidade, junto com a prefeitura e o estado, nas quais foi apresentado e discutido o projeto e explicado a importância do empreendimento para o desenvolvimento do município de Linhares. É flagrante o contraste entre a representação feita no EIA sobre a questão, se colocada ao lado da fala do servidor da prefeitura, e, do outro lado, a fala da liderança local que, ao se referir à reunião de apresentação do empreendimento realizada na área da escola local disse, “eles não vieram negociar com a gente, não vieram discutir. Chegaram, apresentaram, montaram no helicóptero e foram embora”.

No ano de 2012, pela primeira vez a UFN-IV aparece no Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2012-16 da Petrobrás como ponto estratégico para a produção de fertilizantes nitrogenados. Seu estatuto ali está como “em avaliação” (PETROBRÁS, 2012). Aparece também pela primeira vez nos balanços do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2) como “em ação preparatória” (BRASIL, 2012). E também em 2012, em novembro, o projeto é apresentado à população em geral, sendo a primeira audiência realizada em Aracruz. Foi também o ano em que foram contratadas as empresas para o projeto de engenharia (a suíça Foster Wheeler) e para a construção dos dutos (a brasileira Esteio). Nos dias 13 e 27 de dezembro de 2012 foram realizadas audiências públicas, em Aracruz e Linhares, respectivamente, para apresentação do EIA/RIMA para a população em geral bem como a aprovação dos GT’s mencionados acima. Fato notável é que apenas uma pessoa dentre as entrevistadas por nós disse ter participado da audiência

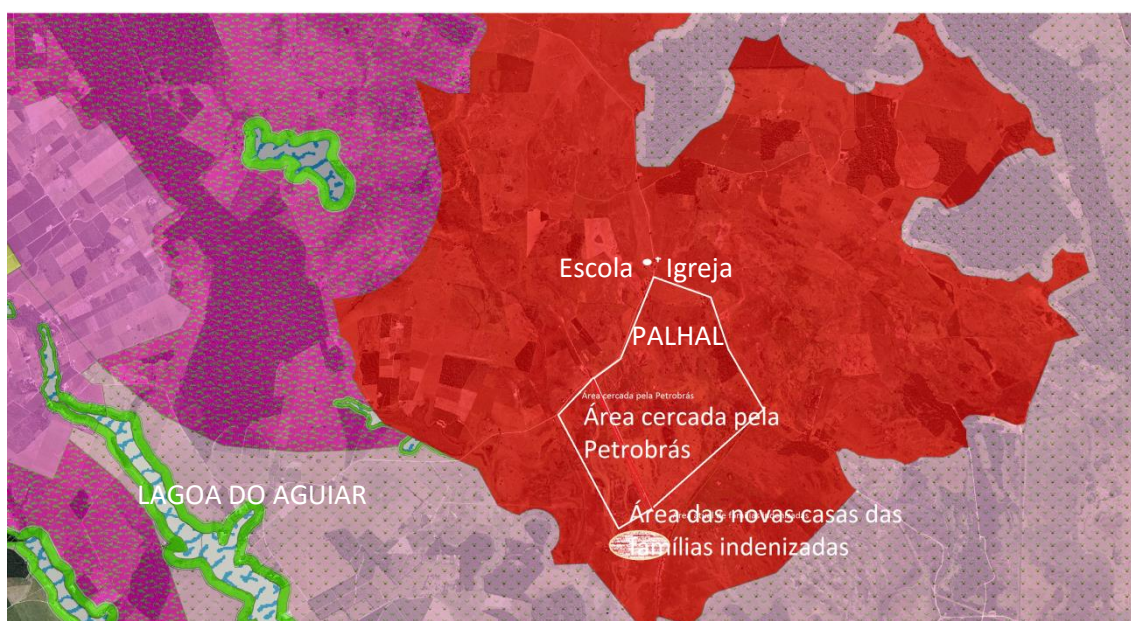
projetos [...] e sobre o próprio *posicionamento socioambiental* do empreendimento (em relação às premissas, diretrizes e critérios de aplicação de recursos socioambientais)”. São utilizadas tecnologias de controle e prevenção contra eventuais manifestações contrárias dentro mesmo dos “espaços sócio-políticos de participação”. “Sob este ambiente controlado se processam aquilo que os consultores e empresários chamam de *negociação*” (Bronz, 2011, p. 213, grifos no original). Como diria Durkheim, nem tudo é contratual num contrato.

³² Ainda poderíamos apontar problemas de pertinência das próprias medidas compensatórias/mitigatórias em alguns dos subitens dos chamados “impactos sobre o meio socioeconômico”. Um único exemplo, para o problema do deslocamento de famílias que trabalham na agricultura para a área industrial, sugere-se “divulgar a quantidade e o perfil da mão de obra necessária ao empreendimento em suas diferentes fases”.

pública em Linhares, pessoa esta que, inclusive, passa os dias de semana na sede do município e apenas finais de semana e feriados em sua casa em Palhal.

Houve uma ação significativa que calha ser apresentada. No Plano Diretor Municipal (PDM), aprovado pela Lei Complementar 11/2012, Palhal deixa de ser Zona Rural e passa a ser Zona Industrial II, segundo a configuração do mapeamento fornecido por um funcionário da Subsecretaria de Habitação do município de Linhares (figura 4), admitindo indústrias de pequeno, médio e grande portes, como adiantamos em nossa introdução. A UFN-IV foi justamente o projeto âncora para tal transformação. Segundo o mesmo servidor, a ZI corresponde a 17.000ha. Na verdade, nas audiências do PDM, das quais participava a Petrobrás, a empresa propôs que a ZI tivesse cerca de 40.000ha, e algumas associações de moradores negociaram em audiências que “duravam horas, o povo saía de lá tarde já. Até que conseguiram reduzir”. Perguntei se os moradores de Palhal participavam das reuniões e ele respondeu,

Palhal não existe. O lugar que eles chamam de Palhal na verdade é Bebedouro. Palhal é um pedaço da zona rural do distrito de Bebedouro que ninguém sabe direito onde começa nem onde termina. Todas as audiências são divulgadas. O carro de som passa em Regência, em Bebedouro, em Rio Quartel, são instalados *outdoors* pela cidade. A divulgação foi feita, como sempre é feita (entrevista realizada com o Assistente Social da Subsecretaria de Habitação, 26/09/2014).



Legenda, ■ Zona Industrial; ■ Zona Rural de uso controlado; ■ Zona Rural de uso intensivo; ■ Área de Proteção Paisagística.

Figura 4: Zoneamento urbano de Bebedouro e Baixo Quartel (adaptado)

É claro que não pretendemos atribuir um sentido literal à fala do servidor da prefeitura, quando este diz que “Palhal não existe”. Palhal não existe no sentido institucional. Nas cartografias oficiais aparece como parte do distrito de Bebedouro e não é outra coisa que nos alertava Bourdieu quando dizia que só a partir da institucionalização que uma região começava a “existir” (BOURDIEU, 1980, p. 64). Nesse jogo pela institucionalização – ou não – da região, atuam diversas forças sociais, dentre as quais os agentes locais, os produtores do discurso acadêmico – dentre os quais o presente trabalho se insere – e agentes públicos legitimados pelo Estado, dentro de um quadro em que as performances gozam de maior ou menor grau de eficácia em considerando a posição de poder que ocupam. Em última instância é o *auctor*, cuja posição é dotada de *autorictas*, quem estabelece a existência da região³³. Não é o referido funcionário do setor de habitação quem “estabeleceu o real”, que fique claro. Em seu discurso ele apenas corroborou a realidade consagrada em um momento anterior, realidade esta que não inclui Palhal como uma região que exista em termos oficiais, e, portanto, em termos legítimos, até o momento. Para que tenha sua existência legitimada é preciso que outros discursos e outras performances reclamem sua legitimidade, e é a partir da apresentação da complexidade e da dinâmica locais que pretendemos contribuir neste sentido.

Mas é via a reprodução do já instituído – ou a corroboração da doxa, para nos utilizarmos do jargão de Bourdieu (BOURDIEU, 2008) – que os diversos meios de comunicação mantêm Palhal invisível. Vejamos um exemplo publicado por um jornal com sede em Aracruz e de circulação também em Linhares, quando da concessão da Licença Prévia em setembro de 2013:

Dezessete conselheiros aprovaram o licenciamento, por unanimidade, após análises das condicionantes do empreendimento[...]O empreendimento movimentará, durante a operação, um tráfego de 200 caminhões e carretas por dia, em média, entre a orla de Aracruz e a BR 101. O projeto deve entrar em operação em 2017. [...] Haverá descarte adequado dos efluentes, suprimento de matérias-primas e escoamento da produção. O recebimento de metanol na BABR se dará por duto e também por carretas; já o recebimento de ácidos, por meio de carretas partindo da UFN-IV.

³³ [...] par le fait de dire les choses avec autorité, c'est-à-dire à la face de tous et au nom de tous, publiquement et officiellement, il les arrache à l'arbitraire, il les sanctionne, les sanctifie, les consacre, les faisant exister comme dignes d'exister, comme conformes à la nature des choses, “naturelles” (BOURDIEU, 1980, p., 65-6).

As carretas, ao chegarem no píer de descarregamento, transferem através de braços de descarregamento os ácidos para serem armazenados nos tanques da BABR. Serão considerados dois navios por mês para escoamento total da produção do período. Os vapores emitidos durante a transferência dos produtos para os navios serão coletados e enviados para tratamento ou retornarão para a tancagem na BABR (Folha do Litoral, 27/09/2013).

Publicações sem atentar a referência ao local de instalação foram também observadas em outras mídias locais, como os sites Linhares em Dia e Site de Linhares. Vale ainda observar que o rateio dos R\$ 46mi referentes à compensação ambiental não contempla valores objetivos em favor da população local, dirigindo-se apenas à dimensão “não antrópica” atingida pelo empreendimento (ver anexo II). Isso porque a metodologia de cálculo definida pela Resolução nº002/2010/CONSEMA-ES refere-se tão somente à fauna e à flora, ignorando efetivos entrelaçamentos destas com o aspecto social da realidade concreta. Apenas indígenas e quilombolas têm uma legislação que exige estudos e medidas específicas para as suas realidades durante o processo de licenciamento³⁴. Nesse sentido, interessante notarmos o que disse o merceeiro de Palhal sobre um casal que havia sido indenizado e removido para disponibilização da área para a planta industrial da Petrobrás,

A dona ‘N’ é índia, o marido dela, o seu ‘A’ também é índio. Se eles vão procurar os índios lá de Aracruz eles não perdem a terra não, é mais fácil a Petrobrás arranjar outro lugar. Agora a empresa já pegou a terra dela, já achou os restos de cerâmica, de coisa tudinho e fez o quê? Destruiu, jogou fora (entrevista realizada com merceeiro de Palhal, morador de Palhal, 22/11/2014).

A abordagem do portal Século Diário, veículo de abrangência estadual, foi a única que relevou preocupações dos moradores, e não apenas deteve-se às informações oficiais alinhadas com o discurso estabelecido oficialmente:

A preocupação de lideranças comunitárias é que mais um projeto poluidor se instale na região e, além de oferecer riscos ambientais e à saúde da população, não cumpra as medidas compensatórias previstas.[...] Algumas das famílias, intimidadas, deixaram a região. Outras estão enfrentando individualmente o governo do Estado pelo aumento do valor indenizatório, uma vez que a verba oferecida tem um valor menor do que realmente valem as terras. Segundo o Movimento dos Pequenos Agricultores

³⁴ Em vista de corrigir esta obliteração foi publicada a Portaria Interministerial 419/2011 que instituiu – eis o *auctor* – estudos específicos dentro do processo de licenciamento ambiental para tratar das populações quilombolas e indígenas, o que não corrige a questão se considerarmos populações não contempladas pelo estatuto “tradicional” estabelecido em lei.

(MPA), a região tem um grande valor arqueológico que, devido à instalação do complexo, não é aproveitada porque nenhuma atividade de pesquisa foi aprovada pelo governo naquela área. O Eia/Rima do empreendimento, consta que não foram identificados sítios arqueológicos na área de implantação, mas que a região tem alto potencial arqueológico, segundo levantamentos realizados pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e relatos dos próprios moradores. O MPA também destacou que o complexo produzirá fertilizantes com foco na exportação, e que mesmo as populações que estão localizadas fora da área de impacto do empreendimento sofrerão com enchentes e seca (SE-CULO DIÁRIO, 14/09/2013, acessado em 08/04/2014).



Figura 5: Cerca do perímetro da planta principal da UFN-IV

Após a divulgação da concessão da Licença Prévia, em 12 de setembro de 2013 inicia-se o ocaso do projeto, de modo que começam a circular notícias “desconfiadas” sobre a efetiva concretização do empreendimento. São rompidos os contratos tanto com a Foster Wheeler quanto com a Esteio, sobre o que a deputada federal Iriny Lopes disse que teria havido um “destrato”, mas que, “uma nova licitação já está sendo providenciada para contratação de outra empresa” (AGÊNCIA CONGRESSO, 01/04/2014, acessado em 08/04/2014). Além disso:

A deputada descartou qualquer possibilidade do empreendimento ser cancelado, como chegou a ser anunciado no final da semana passada, dando conta de que o projeto seria transferido para Minas Gerais. [...]A audiência pública para licenciamento Ambiental estadual do projeto do Complexo Gás-químico, foi realizada em Linhares dia 27 de dezembro de 2012. De lá para cá pouco avançou, apesar da ajuda do governo do Estado que viabilizou em tempo recorde todas as licenças exigidas. (AGÊNCIA CONGRESSO, 01/04/2014, acessado em 08/04/2014).

Permita-nos fazer uma ressalva à informação contida na matéria. Quando se diz “todas as licenças exigidas”, compreendemos como um recurso de linguagem de puro efeito retórico, visto que até então apenas a Licença Prévia vigia e, diga-se, com um lapso de quase dois anos entre a conclusão dos estudos e a deliberação do CONSEMA em favor de sua concessão por unanimidade. O sintagma “tempo recorde” pode ser aplicado, aí sim, às ações indenizatórias promovidas pelo estado sobre as onze famílias que habitavam a área pleiteada pela empresa, dentre as quais estava a família da referida sra. “N” e do sr. “A”. As ações indenizatórias se deram entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014. No entanto não foi encontrada, em publicação alguma, referência à realocação destas famílias. O que se encontra em noticiários locais é uma “sociedade capixaba estarecida” com os atrasos dos investimentos da estatal,

[...] o município capixaba de Linhares vai ficar a "ver navios", pois [...]o município estava cotado para receber a planta de um dos maiores empreendimentos na área de petróleo (sic) No ano passado, saiu a Licença Prévia (LP) concedida pelo Instituto Estadual do Meio ambiente (Iema) para o Complexo Gás-químico de Linhares, com previsão de gerar 6.761 postos de trabalho, no pico das obras, e 540 empregos diretos durante a fase de operação, prevista para iniciar em 2015. Não se entende a falta de vontade das autoridades capixabas que deixam escoar pelas mãos o complexo que embora não esteja indo em direção a Uberaba-MG, já que lá será uma unidade fábrica de fertilizantes (sic), em detrimento do que fora anunciado para Linhares-ES. [...] Seguramente este é um dos maiores escândalos da Petrobrás no ES e que a sociedade que está estarecida do escândalo de Pasadena - sendo que estes fatos se interligam, basta unir os pontos. Intervenção na empresa, populismo e corrupção sugaram a capacidade de investimento da empresa, simples assim (SITE DE LINHARES, 25/03/2014, acessado em 08/04/2014).

Fato é que a UFN-IV simplesmente deixa de aparecer no Plano de Negócios e Gestão de 2014-2018 da Petrobrás bem como desaparece no 10º balanço do PAC 2, relatório que compreende as ações do programa entre o período de janeiro a abril de 2014. A UFN-IV aqui não está sequer na fase de “ações preparatórias”, como nos ba-

lanços anteriores (BRASIL, 2014). As razões que levaram ao apagamento especificamente do projeto capixaba são simplesmente insondáveis, mas coincidem com o início das primeiras ações da chamada Operação Lava Jato, investigações guiadas pela Polícia Federal para apuração de práticas de corrupção envolvendo a Petrobrás. Este evento midiático tem forte influência sobre a percepção dos atores locais que até então apresentavam razões das mais variadas sobre o atraso das ações do projeto e que a partir da segunda metade de 2014 passaram a referir-se frequentemente aos escândalos de corrupção como causa de sua não continuidade.

Sob o imperativo da dúvida a respeito da concretização ou não do projeto, fui à prefeitura de Linhares para procurar informações mais precisas, visto que a possível suspensão do projeto me exigiria a revisão do próprio objeto de pesquisa, conforme dissemos em nossa introdução. Outra questão que me levou à prefeitura foi a pergunta levantada pela sra. “N”, numa ocasião em que estava em sua casa, sobre se ela poderia permanecer no local que elegera para construir a nova casa depois de ser retirada do antigo terreno (ver figura 4, em “Áreas das novas casas das famílias indenizadas”), o que eu não soube responder de todo. Passei por diversas secretarias ao longo de dois dias – Meio Ambiente, Obras, Desenvolvimento Econômico e Urbano, Planejamento e Assistência Social, à qual está atrelada a subsecretaria de habitação - sem obter qualquer informação concreta. Em reunião com o secretário municipal de desenvolvimento, questionei se alguém de Linhares poderia me conceder informações precisas sobre o andamento do projeto da Petrobrás, e ele respondeu:

Ninguém da prefeitura, nem provavelmente do estado, vai ter essa informação. Os dois já fizeram a sua parte, a prefeitura disponibilizou a área, o estado pagou as indenizações, só falta eles tocarem o projeto. Mas do jeito que as coisas vão andando, o projeto pode até sair, mas em menos de dez anos não acontece nada. Não adianta. O município quer, o estado quer, mas só vai sair quando a empresa achar que é interessante continuar com o investimento (entrevista realizada com o Secretário de Desenvolvimento de Linhares, 24/11/2014).

Questionado então sobre as razões do congelamento dos trabalhos em Palhal ele respondeu:

Pra mim fica claro que ali não é uma prioridade para eles no momento. Simplesmente isso. A equipe de consultoria era experiente, faz trabalho desse tipo no Brasil todo. Para a Petrobrás escolher aquele lugar ali foram meses de pesquisa, mediram tudo, tiraram amostra do solo. Não acredito que seja um problema técnico. Nem um problema político. A empresa

simplesmente definiu outras prioridades. Quando a prefeitura muda o zoneamento, disponibiliza a área, o estado indeniza as famílias, a única coisa que explica a não continuidade dos investimentos é que os planos da empresa mudaram, eles têm outras prioridades (entrevista realizada com o Secretário de Desenvolvimento de Linhares, 24/11/2014).

Foi também informado que a família de sra. “N” bem como todas as famílias vizinhas que, como indicado na figura 4, construíram suas novas casas dentro da ZI não teriam direito a uma nova indenização, visto que é juridicamente impossível duas indenizações sobre o mesmo fato gerador. E perguntei então se as famílias teriam que se retirar prontamente do local que se instalaram ao que o secretário respondeu:

Em teoria a Zona Industrial do tipo 2, uma vez estabelecida, não permite a construção de novas residências. Ali é uma área reservada para a atividade industrial, como o próprio nome diz. Na prática estas famílias só deverão ser realocadas novamente quando uma indústria for se instalar ali. Se isso vai ser daqui a um ano, dez anos não tem como saber, principalmente agora que a gente ainda não tem informações oficiais sobre os planos da Petrobras. A única forma de estas famílias poderem permanecer na área num futuro é participando das audiências de PDM e tentando modificar o estatuto da área para residencial ou rural. O que é muito difícil porque ocorreram muitas reuniões ao longo dos últimos três ou quatro anos para que o polígono da ZI ficasse com o formato que tem hoje (entrevista realizada com o Secretário de Desenvolvimento de Linhares, 24/11/2014).

Procurei marcar reuniões com representantes da Secretaria de Desenvolvimento e Secretaria de Economia e Planejamento do estado. Não obtive retorno para marcação de agenda de nenhuma das duas. Também entrei em contato via e-mail com funcionários da estatal que estiveram presentes nas primeiras relações da empresa com os moradores de Palhal, e depois procurei a empresa consultora responsável pelo EIA, ambas tentativas sem sucesso.

No dia 26 de setembro de 2014 o jornal A Gazeta, de circulação estadual, publicou em primeira página a matéria intitulada *Crise na Petrobrás ameaça 12 mil empregos no Estado*. O foco da matéria não foi unicamente o complexo gás-químico, mas diversos projetos da estatal que estariam estagnados como uma base portuária no município de Anchieta e a plataforma de exploração de petróleo em águas profundas chamada ES Águas Profundas. Diz a reportagem:

Nos corredores do Congresso e no segmento de petróleo circulam informações de que a petrolífera prepara uma freada dos investimentos no país – um ajuste que seria anunciado só após as eleições. No Espí-

rito Santo, o recuo nos investimentos já é visto antes mesmo dos resultados nas urnas, grandes projetos são tocados em ritmo lento e há dúvidas se, de fato, sairão do papel.[...] Apesar de não constar do plano, a estatal garante que “o Polo Gás-Químico de Linhares permanece na carteira de projetos em avaliação do plano 2014-2018” (A Gazeta, 26/09/2014).

Semanas depois o jornal também de âmbito estadual A Tribuna lançou uma nota intitulada “Gás-químico vai sair”:

“Tem gente fazendo falácia, dizendo que o Pólo Gás-químico (da Petrobrás, em Linhares) não vai sair. Está tudo assinado. Ele vai sair, sim.” A declaração é da deputada federal Rose de Freitas, senadora eleita. Ela contou que viaja hoje para o Rio, a fim de conversar com representantes da Petrobrás e cobrar que o empreendimento comece a sair do papel (A Tribuna, 19/10/2014).

Mas foi apenas em abril de 2015, que enfim ocorreu um pronunciamento vindo do presidente da empresa, Aldemir Bendine, na Comissão de Assuntos Econômicos, como podemos ver em reportagem do portal G1:

"A gente entende que uma empresa de fertilizantes geraria um impacto muito importante de receita, entretanto, dado a condição de caixa da companhia hoje, do montante investimento previsto para o ano de 2015 e 2016, 80% estará reservado para exploração e produção, que o nicho mais importante da companhia. Se isso estiver dentro do nosso plano de razoabilidade, é claro que a gente vai dar consequência", disse Bendine. Segundo Ricardo Ferraço [senador pelo Espírito Santo], Bendine não disse de forma explícita que o projeto está descartado, mas informou que a obra poderia não ser contemplada no plano de negócios da companhia que deve ser divulgado em até 40 dias. [...] O senador disse que vai marcar uma reunião com o Bendine para salvar o projeto. “Vamos tentar conversar com ele antes da publicação do plano de negócios [...]” (G1, 28/04/2015, acessado em 02/07/2015).

A publicação do PNG de 2015-2019 em junho não voltou a contemplar o projeto caixaba, apesar da pressão orquestrada por deputados, senadores e do governador Paulo Hartung. E mais um ator passou a fazer parte dos imbróglis envolvendo o empreendimento, “Bastou o presidente da Petrobrás anunciar o adiamento da implantação do Polo Gás-Químico na região de Linhares, para um grupo de Movimento Sem Terra (MST) ocupar o terreno onde a unidade seria construída” (LINHARES EM DIA, 04/05/2015, acessado em 02/07/2015).

Assim como aquela imprensa uruguaia de *O banheiro do Papa*, os noticiários fizeram circular sobre o empreendimento uma miríade de informações que não levaram em conta em momento algum – com a única exceção do portal Século Diário – as recepções de tais especulações sobre a realidade local. Se no filme vemos uma exaltação do homem santo que levaria “paz, amor e solidariedade” para o povo do vilarejo de Melo, vemos nas informações aqui compiladas que a unidade de fertilizantes trará “desenvolvimento, emprego e riqueza”, em que muito se disse sobre as expectativas alinhadas àquele discurso e *nada* se disse sobre as transformações concretas que vinham ocorrendo paralelamente em Palhal. Aliás, sequer mencionado em lugar algum. Essa invisibilidade do lugar concreto e das pessoas concretas que o atualizam, poderá gerar uma dúvida àqueles que tiveram contato apenas com as informações apresentadas na presente seção – e não com a lida da realidade local -, e essas pessoas se indagarão, mas, no meio disso tudo, Palhal existe?

2.2 – Projeções do agora e relatos do porvir³⁵

Ante o incerto – então uma incerteza “oficialmente” avalizada após as buscas na prefeitura - assumi uma nova postura em campo, quando da minha volta à Palhal, em dezembro de 2014. Na verdade assumi um novo foco, pois, conforme adiantamos em nossa introdução, a princípio minha intenção era acompanhar as transformações nas comunidades rurais de Palhal e Lagoa do Aguiar ao longo do processo de instalação da indústria e de ora em diante passou a ser a verificação de possíveis mudanças mesmo com a suspensão dos investimentos e compreender essas mudanças na perspectiva dos próprios atores locais e para tanto era necessário compreender os significados criados pelos atores acerca do empreendimento e as ações correspondentes.

Nos remetamos à primeira visita, realizada em 08 de dezembro de 2013, quando ainda o empreendimento era tido como certo, mas as indenizações ainda não haviam sido realizadas. Havia um canteiro de obras no espaço destinado à indústria, mas a área ainda não estava cercada e onze famílias moravam ali. A maior parte dos 400 ha pertencem

³⁵ Preferimos resguardar os nomes dos entrevistados buscando fazer referências genéricas, inspirados no estilo de Clifford Geertz apresentado especialmente no primeiro ensaio de *A interpretação das culturas*, 1989.

cia a um grande proprietário local, sendo que seis das onze famílias trabalhavam na criação de gado em sua propriedade, em casas construídas pelo patrão. Meses depois este receberia a indenização do estado e construiria novas casas para seus empregados (figura 6) em outro ponto de sua propriedade que não seria atingido pela planta industrial. As demais casas pertenciam a pequenos agricultores, completando os 400 ha. Foi com uma dessas proprietárias com quem estabeleci meu primeiro contato, a sra. “N” , a mesma que meses depois, quando já em sua nova propriedade, me pediria para que eu verificasse se poderia permanecer no sítio escolhido, como mencionamos na seção anterior. Ela então disse que as demais pequenas propriedades, próximas de sua morada, eram de parentes seus de primeiro grau, como filhos e filhas, e também irmãos de seu marido que haviam nascido ali. Ela mesma veio numa caminhada desde Timbuí, município de Fundão, há mais de cinquenta anos, quando ainda moça, e há quarenta está casada com seu atual marido. Este, assim como seus irmãos, nasceu na região rural de Linhares e herdeiro de uma pequena parte da propriedade de seu pai. Todo o pomar que rodeava sua casa com dezenas de árvores frutíferas fora plantado por ela, seu marido e sua avó, que chegou com ela a Linhares na caminhada e passou na sua casa os últimos anos de vida. “Minha avó era índia, índia mesmo”, diz sra. “N” . “Ela tinha um cabelão liso até a cintura e cara de índia mesmo. Vivia fumando cachimbo. Na verdade até hoje quando a gente vai fazer uma cova pra plantar de vez em quando ainda acha uns pedaços de argila. Aqui tinha muito índio. O pai do meu marido também era índio”



Figura 6, Casas de empregados de fazenda realocados

A enorme mangueira que fazia sombra para a casa feita de massapê de sra. “N” fora plantada pela avó assim que a moradia ficou pronta. “No dia em que acabamos de construir a casa aí ela ficou até de noitinha sentada igual índia fumando o cachimbo dela, diz ela que era pra afastar a inveja”. Então uma das filhas de sra. “N” interveio dizendo que parecia ter passado o efeito da reza porque agora eles queriam tirá-los dali de qualquer jeito. Quem seriam “eles”? A Petrobrás. Segundo ela já teriam recebido proposta mais de uma vez para se mudarem para algum lugar perto de Regência ou na Vila do Riacho, mas sra. “N” disse que já fazia três anos que “eles” vinham e voltavam com a mesma proposta e se Deus quisesse ela não iria sair dali. “Pensa bem, passei a vida inteira aqui. A água aqui é boa tem massapê à vontade pra construir aqui e com a fábrica não vai ter mais nem água nem massapê. No dia que eles cavaram buraco por aí afora pra caçar petróleo, no outro dia a água já ficou barrenta”.

Em maio de 2014, logo na entrada de Baixo Quartel, última área urbanizada antes de Palhal (ver figura 7), chamaram a atenção as diversas placas anunciando venda

de lotes que meses atrás não existiam, bem como o anúncio de uma grande empresa de logística (figuras 7 e 8).



Figura 7, Anúncio de venda de lote em Baixo Quartel



Figura 8, Anúncio da futura instalação de empresa de logística em Baixo Quartel

Além disso, já na parte urbanizada propriamente foi notório o surgimento de novas casas já prontas ou em fase de construção, como a apresentada na figura 9.



Figura 9, Casa em construção em Baixo Quartel

Tal como o lugarejo de Melo à espera do Papa, as transformações na região de Palhal à espera do empreendimento eram notórias. Como me informaria, tempos depois, um servidor do posto de saúde do distrito “até cinco anos atrás o Baixo Quartel tinha duas ruas e agora já tem catorze”. Proliferaram loteamentos organizados pela prefeitura com a medida padrão de 12m x 15m, que à época de meu primeiro retorno variavam entre R\$ 7.000 e R\$ 20.000 e que um ano depois não seriam encontrados por menos de R\$ 50.000. Mas estes lotes com formato padrão são encontrados numa região mais adentrada do distrito de Baixo Quartel, não são os mesmos que observei, logo na chegada, já com amplas casas erigidas e, sintomaticamente, com uma arquitetura bastante distinta das construções mais antigas do local. Com amplos quintais de frente, dois deles até com piscina, protegidos por muros, grades ou vidraças blindadas através das quais podem ser vistos até três automóveis estacionados, destacam-se das moradias antigas que raramente contam com um portão gradeado que, aliás, frequentemente está aberto. Os muros baixos que existem, como, por exemplo, o do próprio posto de saúde, amiúde servem de apoio para os cotovelos e até de assento para o desenrolar de conversas entre quem passa e quem habita, entre quem “passa o tempo” e quem trabalha, entre os moradores no fim do dia e o vigilante noturno do posto de saúde, este também morador local nascido na região. “Antigamente você conhecia um a um aqui, cada um que passava por aqui”, disse-me certa vez o vigilante, “agora vira e mexe aparece alguém que a gente não sabe quem é”. “Como eu, por exemplo”, brinquei ao que ele respondeu com uma pergunta, “o seu estudo é para a Petrobrás?”³⁶

Frequentemente mudanças observadas pelos moradores na rotina local são atribuídas à empresa e/ou ao empreendimento. Quando falei para a proprietária da padaria de Baixo Quartel, cujo marido também possui algumas vacas leiteiras em Lagoa do Aguiar, da minha observação da proliferação de casas construídas ou em vias de construção, ela disse que desde que a Petrobrás anunciou o empreendimento começaram a aparecer pessoas de Linhares (sede), Aracruz (cidade vizinha) e até de Vitória, mas que essas pessoas não tinham muito contato com os moradores mais antigos, “tirando um ou outro”. “Geralmente cumprimentam, ‘bom dia’, ‘boa tarde’, compram o pão, ou o que

³⁶ Expliquei que meu estudo era sobre a Petrobrás e não para a Petrobrás, procurando esclarecer que fazia parte de um grupo de estudo da UFES (o GEPPEDDES) sem qualquer vínculo com a empresa.

querem e é só isso mesmo. A gente não conhece direito e muitos deles nem ficam aí direito. Vêm mais final de semana e voltam para Linhares depois”.

Quando me encontrei pela segunda vez com a família da sra. “N” eles já moravam no novo sítio, a cerca de trezentos metros da antiga casa. Indagada quando se mudou, ela disse que já fazia alguns meses e que até então não havia conseguido terminar sua casa. A casa então não contava com fonte de energia elétrica própria, sendo que a energia que lhes chegava vinha como favor de um grande proprietário de gado que tinha sua fazenda localizada próximo dali. A sra. “N” Considerava o valor injusto, assim como seus dois novos vizinhos de lote, e sequer havia conseguido comprar todo o material de obra necessário para terminar o banheiro. A indenização não compreendeu o pomar plantado há mais de quarenta anos por ela, seu marido e sua avó, fato bastante lamentado e compartilhado pelos outros moradores realocados. “Antes o vizinho ficava lá longe, agora toda manhã eu vejo a cara desse aí”, brincou com o morador vizinho, presente na ocasião da entrevista para se referir ao lote atual como de menor proporção que o anterior. A poucos metros seu marido trabalhava no arado da terra que deveria servir como fonte de alimento na nova etapa de suas vidas, agora na nova casa. Não tardou para que deixasse a enxada para me receber, oferecendo um copo de café. Perguntei ao senhor “A”, assim nos referiremos ao marido da sra. “N”, o que achava da nova casa, ao que ele respondeu que pelo menos a água era de boa qualidade, mais clara e mais rasa do que a da casa anterior. Na verdade a água que os servia anteriormente era boa até “que eles começaram a cavar um monte de buraco e ela foi ficando amarronzada. O que eu tenho medo é que quando eles começarem a cavar de novo na terra lá em cima pra passar o petróleo a água aqui volte a ficar ruim de novo”. O grande problema é que o dinheiro da indenização não chegava para terminar de construir a casa e, se não fosse a ajuda de filhos e irmãos, nem mesmo teria tido condições de terminar de fazer o telhado. “E eles não deram um centavo pelas plantas que a gente já tinha lá”, lembrou a filha do casal que acompanhava a conversa. A certa altura, a sra. “N” disse como num desabafo “eu não sei que diabos esse povo veio fazer aqui. Tira a gente da terra e ainda fica aí nesse paradeiro”, e chorou ao recordar que a avó ajudara a construir a antiga casa. A filha então disse, a guisa de consolo, “melhor assim, mãe. Melhor do que eles começarem a quebrar tudo e desgraçar tudo de uma vez”. Então a sra. “N” falou:

Tá dando errado pra eles porque Deus é justo e sabe o que faz. Se tiver que ser vai ser. Mas Deus sabe o que faz, é deixar tudo nas mãos Dele. Engraçado sabe o que é? Tempos antes do primeiro carro deles chegar aqui pra falar que iam fazer esse negócio eu tive um sonho. Eu sonhei que vinha um homem de fora bateu lá em casa pra avisar que tinha alguma coisa debaixo do chão, querosene, petróleo, não sei. Passou um tempo e eles chegaram (Sra. “N”, moradora de Palhal).

A filha então recordou que na mesma época a comadre de sua mãe tivera um sonho semelhante. Foi também a filha quem primeiro questionou se não teria problema de eles permanecerem ali não muito distantes de onde seria o empreendimento e foi a sra. “N” que me pediu que buscasse essa informação, uma das questões que nortearam minha busca junto às secretarias municipais, conforme esclarecemos na seção anterior.

Por todo o tempo em que estive em campo, ao longo de todas as visitas, foi de fundamental importância a disposição de “Z”, atribuição que daremos àquele que muitos dos entrevistados se referiram como o líder comunitário. Nos primeiros contatos que estabeleci com moradores locais, sempre perguntei se havia ali alguma associação de moradores ou ao menos um líder comunitário a quem eu pudesse me remeter, até para saber da viabilidade de minha presença e da continuidade da pesquisa que, sem anuência dos interlocutores, seria impossível. Não existe qualquer associação ou organização formal que represente as comunidades de Palhal e/ou de Lagoa do Aguiar. Não obstante a todas as pessoas mencionarem “Z” como uma referência. Foi ele quem me apresentou o lugar, me apresentou a diversos atores, todos eles caros para o desenvolvimento da pesquisa, quem me convidou para os jogos de futebol de sábado e para as cerimônias dominicais da igreja católica, ocasiões em que pude criar novos contatos e enriquecer o argumento que aqui se busca construir.

O motivo de “Z” ser considerado uma liderança deve-se a diversas ações suas, segundo os relatos dos próprios moradores e posteriormente confirmado pelo próprio. Por exemplo, em caso de enfermidade ou morte de algum morador é a “Z” que recorre; foi ele quem construiu a igreja católica de Palhal; foi ele também quem organizou o mutirão para a construção da única escola daquela zona rural³⁷. Eu mesmo presenciei uma ocasião em que ele deixou de ir a uma missa dominical para levar um morador até

³⁷ Depois de deferida pela prefeitura a solicitação para a construção de uma escola para a região, moradores relatam que ante a morosidade do serviço público em atender o pleito eles próprios tomaram a iniciativa de construir com recursos próprios e de apoiadores a escola que hoje oferece ensino básico.

o município de Fundão para que ele pudesse se encontrar com seu pai que há muito não via. O que notamos é que a liderança de “Z” não deriva propriamente de uma representatividade política, conotação dada de costume ao epíteto “líder”, mas dessas suas ações dadas na ordem do dia e, claro, do reconhecimento das mesmas por parte dos demais moradores.

Meu primeiro encontro com “Z” se deu numa manhã de sábado, em 26 de setembro de 2014, em frente à igreja católica, quando ele deixou por um par de horas seus afazeres na roça para me atender. Quando apresentei a proposta do meu trabalho ele disse:

Tenho medo, tenho muito medo do que pode acontecer com esse lugar. Imagina isso aqui, essa mansidão toda e de repente chega não sei quantas mil, pessoas de fora. Palhal deve ter umas 100 famílias, imagina chegar 7 mil empregados que a gente não conhece, não sabe de onde vem. Eu já trabalhei em obra, eu sei como é. O lugar fica destruído. Vem muita gente que não quer nada com o lugar. Aliás, 7mil não. Sete mil trabalhadores. Aí traz família, mãe, irmão, cachorro, Papagaio. Pode botar umas 20 mil pessoas. 20 mil. Já pensou? (“Z”, morador de Lagoa do Aguiar e líder local).

Perguntei então se ele havia acompanhado o processo de discussão sobre o empreendimento, como as audiências públicas e o desenvolvimento das pesquisas para o Estudo de Impacto Ambiental. Quanto às pesquisas ele disse que por algumas semanas estiveram contratados da Petrobrás na área realizando entrevistas com os moradores, mas quanto ao acompanhamento das discussões públicas disse não ter tido conhecimento das audiências e que por duas vezes “chegou gente do estado de helicóptero com gente da empresa, pousaram bem aí do lado da escola montaram uma tenda, serviram lanchinho e tudo. Mas eles chegaram com a coisa toda pronta já, você está entendendo? Eles não vieram negociar com a gente, não vieram discutir. Chegaram, apresentaram, montaram no helicóptero e foram embora”. Algo bem diferente daquela “disposição para construção de espaços sócio-políticos participativos em todas as fases do projeto”, conforme registrado no Estudo de Impacto Ambiental. E em seguida ele disse:

Ninguém aqui é contra o desenvolvimento não, sabe, Bruno. Mas a gente quer que as coisas sejam feitas do jeito que têm que ser. Ninguém sabe de nada, a gente é o último a saber de tudo. Outro dia andando em Linhares encontrei com um amigo meu que mora lá e ele disse que eles vão fazer até trilho de trem e puxar água lá do Rio Doce. Poxa, ninguém falou nada disso com a gente. E agora ninguém

nem sabe se o negócio vai ser levado pra frente mesmo. Muita gente vendeu casa, vendeu lote, se mudou. Muita gente colocou os lotes pra vender por quinze, vinte mil e agora já está valendo doze, dez, até menos (“Z”, morador de Lagoa do Aguiar e líder local).

Tempos depois, em minha sexta viagem a campo, sentados na mesa de café de sua casa ele diria “graças a Deus esse povo parece que desistiu de vir para cá” e quando eu lembrei que ele havia me dito não ser contra o empreendimento em nosso primeiro encontro ele respondeu “ainda não te conhecia, né? Não sabia quem você era”. Fala também não condizente com a disposição para “interagir com as possibilidades de desenvolvimento”, também descrito no EIA. E quando eu disse que a Petrobrás havia anunciado oficialmente que a UFN-IV não era mais uma prioridade, ele se disse desconfiado porque ouvira dizer que a empresa União engenharia adquiriu um terreno em Perobas, zona rural próxima a Bebedouro, pelo valor de R\$ 1 milhão e “o [governador] Paulo Hartung não ia gastar esse dinheiro todo se a Petrobrás não viesse mesmo. A União é do Paulo Hartung. E ele sabe onde bota o dinheirinho dele melhor que qualquer um”.

Voltando àquele sábado do primeiro encontro, durante nossa conversa, apareceu “R”, filho do dono da única mercearia do local. O merceeiro e seus filhos moram na mesma área desde que nasceram. Na verdade o merceeiro a herdou do pai há mais de trinta anos. Somadas as famílias do merceeiro e de seus filhos já casados que moram no mesmo sítio, tem-se o total de seis famílias. Eles resistem juridicamente contra a realocação, já que habitam exatamente na área que faz parte dos 400 ha pretendidos pela Petrobrás e mesmo tendo passado por pressões para aceitarem a indenização ofertada pelo estado nos últimos três anos e até ameaça de terem que sair sob força policial caso insistissem na recusa, eles permanecem. “A gente criou nossos filhos todos aqui, não sei se a gente ia saber viver em outro lugar da noite para o dia”, disse a esposa do merceeiro.



Figura 10, Área de resistência jurídica de moradores pleiteada pelo Complexo Gás-químico. O prédio azul tem no primeiro andar a mercearia e no sobrepiso a casa do merceiro e sua esposa.

Coisa semelhante me disse o próprio merceiro, “o que eu quero mesmo é ficar aqui, porque o terreno era do meu pai, todos os meus seis filhos foram criados aqui e eu já estou acostumado. Mas se não tiver jeito mesmo, que a gente sabe que eles são grandes, que pelo menos eles me deem dinheiro para construir alguma coisa maior do que eu já tenho. Com o que eles queriam me pagar não daria para construir nem a metade”. Mas há mais de um ano que não têm qualquer informação do processo judicial. “Se está parado é porque está bom para nós. Deixa esse negócio parado para lá”, disse o merceiro. Ao me ser apresentado seu filho mais novo ele disse que eu parecia com um ativista que mora em Perobas, “acho que ele estuda na UFES também. Ele é ativista, ele e a mulher dele. Ele é tipo você assim”. Mesmo dizendo que meu propósito ali não era o de ativismo político, mas era mero interesse de pesquisa, o jovem continuou me comparando com o ativista. O jovem fez e faz cursos técnicos para, quem sabe, futuramente ingressar na empresa, “se não tiver jeito a gente tem que fazer o que dá”, diz, e mesmo com o tempo e o dinheiro investidos nos cursos, teme as transformações que o empreendimento possa trazer para o lugar, “tem gente falando que vai ser bom, que vai dar emprego. Mas ninguém aqui tem estudo não, vai vir todo mundo de fora. E eu ouvi dizer que são dez mil empregados. Imagina esse lugar desse tamanho mais dez mil? Vai

mudar tudo”. Perguntei ao jovem se ele preferiria que viesse a empresa, já que tinha investido tempo e dinheiro em cursos, ou se manter na casa em que está:

Eu não quero sair daqui de jeito nenhum, mas a gente sabe que se eles quiserem tirar a gente, eles vão varrer todo mundo. Mas pelo preço que eles estão querendo pagar a gente não sai daqui nem com polícia. Estão querendo pagar por nossa área como zona rural, mas aqui já virou zona de indústria há muito tempo, se for para sair tem que pagar valor de lote industrial, pelo menos (jovem que resiste judicialmente à indenização, morador de Palhal).

O merceeiro, que acompanhava nossa conversa de perto enquanto aguardava sua esposa passar o café então interveio com a seguinte história,

Eu não acho correto que aqui vire área industrial não, sabe por quê? Porque vai acabar com a paz desse lugar aqui. Vem muita, mas muita gente mesmo e no meio deles sempre tem alguém que não presta. É assassino, estuprador, ladrão. Não tem como a gente saber antes e a polícia só pega depois que o camarada já fez a merda. Eu vi na TV outro dia de um camarada lá em São Paulo que matou o companheiro dele que dividia casa a paulada e enterrou o cara no quintal. A polícia pegou ele e ele falou que vinha do nordeste e que bateu no outro pra se defender, que ele vinha bêbado querendo atacar ele. A polícia acreditou e liberou ele. Quando depois foi puxar a ficha dele viu que na verdade ele era do Rio de Janeiro e já tinha matado um monte lá e a polícia do Rio estava toda atrás dele aí pegou e prendeu de volta. Tenho medo que venha esse tipo de bandido pra cá, disfarçado de peão (dono da mercearia de Palhal, morador de Palhal).

Quando indaguei se participaram das reuniões realizadas pela empresa na área da escola o jovem respondeu que havia ido à primeira, mas depois sequer procurou informações sobre as outras. “Os caras vêm, colocam o lanchinho, todo mundo sorridente, mas as coisas já chegam prontas. A gente não tem opinião de verdade, não”.

Muitos jovens de Palhal e Lagoa do Aguiar passam por situação similar à do filho do merceeiro, isso é, investem em cursos técnicos com a expectativa de ingressarem nas obras do complexo industrial e, enquanto isso, trabalham eventualmente em parques industriais do próprio município de Linhares ou do município de Aracruz. Como a maior parte destes trabalhos é de contratos temporários, no período em que estão desempregados, ou até mesmo em dias de folga quando empregados, auxiliam suas respectivas famílias nos afazeres da roça e da criação de gado.

Todas as famílias de Palhal e de Lagoa do Aguiar com quem tive contato possuem cabeças de gado, em menor ou maior número, especificamente gado leiteiro, mesmo

o merceeiro, dono do único comércio da região³⁸. Aliás, antes da chegada do empreendimento (talvez melhor fosse dizer a não chegada do empreendimento) os filhos do merceeiro criavam seu gado na área que atualmente pertence à empresa. Com as indenizações que ocorreram na área e o cercamento da mesma, a consequência legal óbvia seria a retirada do gado, o que de fato, não só os filhos do merceeiro como os demais donos de gado que davam pasto às suas criações naquela área, fizeram. Com exceção de “R” e seus consociados. “R” não só manteve seu gado na área, mas também, quando recebeu notificação da empresa para retirá-lo, não o fez. E não o fez pelo seguinte arrazoado, “tiraram a dona ‘N’ daí e um monte de família humilde porque sabe que eles são humildes e vão aceitar o que oferecerem. E agora fica essa terra parada aí, sem aproveitar para nada e o pessoal lá nem água encanada não tem. E ali tem pasto bom e terra boa para plantar”.

³⁸ Para sermos literais existe também um bar, chamado “Bar São José” cujo proprietário possui também algumas cabeças de gado. Porém o bar somente abre eventualmente em finais de semana, e não em todos. A mercearia é o único comércio consolidado da região.



Figura 11, Cabeças de gado na propriedade da Petrobrás (1)



Figura 12, Cabeças de gado na propriedade da Petrobrás (2)

Existem poucos espaços de encontro estabelecidos entre os moradores da região de Palhal e Lagoa do Aguiar. A ocasião mais comum de interação são as visitas entre os moradores, principalmente nos finais de tarde para se tomar café e menos frequentemente almoços nos finais de semana. Afinal, a principal atividade econômica de ambas as comunidades é a criação do gado leiteiro e esta exige que duas vezes ao dia, pela manhã, no alvorecer, e pela tarde, por volta das três ou quatro horas, seja feita a ordenha, sem sábados, domingos ou feriados, o que demanda tempo e cuidado com as respectivas criações. É certo que, eventualmente, a própria atividade propicia interações na forma de troca de favores, em que um criador pede auxílio a um vizinho na ordenha para que dê tempo para participar do jogo de futebol que regularmente ocorre nos finais de tarde do sábado, por exemplo. E aí temos um outro espaço de interação, preponderantemente dos jovens como aqueles que investem o tempo e dinheiro em cursos técnicos. A própria Lagoa do Aguiar – nome da lagoa que dá nome à comunidade e que podemos perceber uma pequena parte na figura 1, conforme a indicação – serve de pretexto para eventuais churrascos ou simples mergulhos em dias de calor, especialmente para as crianças e adolescentes. As igrejas, caso que focaremos em breve, são também importantes espaços de interação. Mas, ao lado das próprias visitas entre moradores, um espaço ordinário – no sentido que Certeau dá a essa palavra, no sentido de sua cotidianidade – de interação é a mercearia. Na mercearia, os passantes que voltam das roças no meio da tarde se deparam e permanecem ali por algum tempo, mesmo que não comprem nada. Não funciona exatamente como um ponto de encontro, mas é um ponto comum onde os que trabalharam nas roças e pastos circunvizinhos dedicam algum tempo. Mesmo quando precisam comprar algo na mercearia, a interação com o dono do lugar nunca é simplesmente comercial e demoram-se ali por mais tempo, até que o assunto chegue.

Uma de minhas visitas ocorreu após um prolongado período de chuvas, no final do mês de novembro de 2014. Percebi que a certa altura da estrada entre Baixo Quartel e Palhal existia um alagamento incomum de modo que o pasto situado à beira da estrada que dá acesso ao lote do empreendimento, na margem oposta deste, estava alagado e um fluxo contínuo considerável de água desenhava um “riacho” dentro da área do empreendimento (figuras 14 e 15), provavelmente por ser relativamente mais baixa que o pasto.



Figura 13, Alagamento em área de pasto



Figura 14, Escoamento dentro da área da Petrobrás

“Como vão as coisas?”, perguntei ao merceeiro logo que cheguei. “A gente vai andando e eles estão pardos, graças a Deus”, respondeu em tom de brincadeira. Ele conversava com um outro senhor, indígena da etnia tupiniquim nascido na aldeia de Pau-brasil em Aracruz, mas que morava em Palhal desde os doze anos de idade quando então veio a pé com sua família para tentar a sorte na propriedade de uma tia sua que até então não tivera muito contato. Desde que chegou trabalha na roça e disse nunca ter visto tamanho volume d’água acumulado naquele trecho da estrada, mesmo na época dos fortes temporais de 1977 ou de 2013³⁹. Enquanto conversávamos apoiados no balcão da mercearia chegou um vaqueiro de um dos grandes proprietários, pediu um copo d’água ao dono e perguntou se tínhamos visto o novo rio de Palhal. Então eu perguntei se nas épocas de chuvas mais fortes aquele “rio” não se formava comumente ao que o merceeiro respondeu:

Daquele jeito igual está ali eu nunca vi não. E nem choveu tanto. Sabe o que é? Não tem uma semana que o pessoal da Petrobrás foi exatamente ali e fez piquete, piqueteou tudo. Parece que estão querendo fazer uma estrada ali. A gente procurou saber o que era, mas eles não falam nada, nada. Aí eles vieram e piquetearam tudo, não tem uma semana, dez dias. Choveu e formou aquele riozão bem em cima dos piquetes que eles fizeram, mas está no trajeto certinho dos piquetes. É Deus, é Deus que está por nós. Na Bíblia está escrito que Deus está do lado dos mais fracos e foi ele que mandou aquela água pra mostrar pra eles que eles estão errados, eles estão no lugar errado (dono da mercearia de Palhal, morador de Palhal (20/11/2014).

“Bem feito”, disse o jovem. “Bem feito”, repetiu o senhor indígena.

Em maio de 2015 no lugar onde se encontrava esse “rio” começou a ser plantada uma roça branca com feijão, mandioca e milho além de uma horta que, juntas, totalizavam cerca de um hectare, e ao longo da estrada existente a partir do portão principal da área da Petrobrás (que pode ser visualizada na figura 11) um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de cerca 30 famílias, segundo uma

³⁹ Como dissemos na nota nº1, o norte do Espírito Santo sofreu com fortes tempestades em dezembro de 2013 causando vários pontos de alagamento e também cheia dos rios. Quando os moradores mais antigos se remetem a este evento, frequentemente se lembram da tempestade ocorrida em 1977 que também teria provocado a cheia dos rios, mesmo que as comparações variem, por exemplo, “a chuva de 2013 só não foi pior que a de 77”, ou “foi forte igual a de 77” ou “fez mais estrago que a de 77”.

liderança feminina do movimento no local, acampamento denominado Paulo Damião-Palhal, em homenagem a um líder do movimento morto em conflito fundiário. A expectativa é que nos próximos meses cheguem mais famílias de outras regiões próximas. A chegada do movimento em Palhal se deu dias após o anúncio da diretoria da Petrobrás de que o Complexo UFN-IV não era uma prioridade da empresa (como indicamos na seção 2.1), mas a liderança com quem estabeleci contato disse que há pelo menos um ano estudavam a ocupação do local, e que, desde que souberam da ação de realocação dos pequenos proprietários da área, passaram a acompanhar o desenvolvimento das ações da empresa. Como a terra ficou por todo esse período ociosa, o anúncio oficial da não primazia do complexo gás-químico foi o estopim da ação de ocupação do movimento.

As impressões acerca deste evento variam entre os moradores de Palhal e Lagoa do Aguiar. O dono da mercearia disse:

Eu estou achando é bom, porque agora a Petrobrás para de perturbar a gente. Eles [do MST] são gente boa, vêm direto comprar coisa aqui. E eles não vão sair daí de jeito nenhum. Não tem prefeitura e não tem Petrobrás que tire esse povo daí. Eu tinha certeza que com essa terra parada aí ou ia vir índio ou o MST, e acabou que veio o MST (dono da mercearia de Palhal).

“Z”, referência que demos à liderança comunitária de Palhal e Lagoa do Aguiar, disse que são poucas as famílias do acampamento do MST, “queria que viesse umas cem famílias logo porque aí a gente ia saber que eles não iam sair mesmo de jeito nenhum”. Ele sequer tinha algum contato mais profundo com as pessoas do movimento ainda, mas pelo menos serviria de “uma arma a mais para comunidade poder se defender das desgraças que a Petrobrás estava querendo trazer”. O gado de “R”, filho do merceiro, e seus consociados conviviam na área sem problemas com as plantações do movimento, segundo relatos dos dois lados, tanto de minha entrevistada do MST quanto do próprio. O irmão do senhor “A”, o primeiro a ser indenizado na época da campanha do estado, acredita que “a empresa já tinha desistido de vir mesmo, agora que eles não vêm mesmo. Só não entendi pra quê que eles tiraram a gente de lá, mas foi a vontade de Deus. Mas aqui [na nova casa] está bom também. Deixa eles [do MST] serem felizes lá agora”. Coisa semelhante que disse o próprio sr. “A”, marido da sra. “N”. Se em junho de 2014 lamentavam a perda da casa onde haviam criado seus filhos e reclamavam do curto dinheiro da indenização e das condições da nova alocação, em maio de 2015 se

diziam realizados com a nova casa e o sucesso da plantação de cerca de 0,5 ha inteiramente feita na enxada pelo sr. “A”, plantação da qual eles já haviam feito colheitas de feijão e mandioca e diversas árvores frutíferas – mamão, cajá, manga, banana, seriguela, coco, amora, acerola e outras – vicejavam. Ainda não tinham recursos suficientes para terminarem a casa, mas ao menos conseguiram regularizar o fornecimento de energia elétrica o que permitia que fizessem o bombeamento de água sem mais precisar do favor do grande fazendeiro que os autorizou a tomada de energia desde sua propriedade. Até um tanque escavado para criação de tilápias eles já haviam construído e um dos filhos do casal tomava conta. Logo que se mudaram da antiga propriedade para aquele sítio os filhos, que moraram toda a vida perto dos pais, mesmo os casados, haviam se dispersado, ou morando em localidades mais distantes dentro da zona rural mesmo ou indo para Baixo Quartel. Mas em maio de 2015 todos os oito filhos já construía suas casas em áreas próximas dos pais, motivo da visível satisfação da sra. “N”. Quanto ao acampamento dos sem terra, “A”, disse, como seu irmão, não ter entendido porque eles foram retirados da terra já que nada foi feito com relação ao empreendimento:

Mas estou muito feliz aqui e eles [da empresa] é que se lascaram agora. Essa roubalheira toda, é para eles aprenderem a respeitar mais quem já mora na terra, né? A gente não tem muito contato com eles [do MST] porque eles ficam lá e a gente fica aqui no nosso canto. Mas eles parecem ser gente boa e muito festeiros. No dia que eles chegaram fizeram uma festa danada que ficou até de manhã. Deixa eles, né? Eles precisam de terra para viver e essa terra estava toda aí parada sem fazer nada. E eles estão com uma plantação bonita na beira da estrada também. A terra é para trabalhar, não é para ficar parada não (sr. “A”, morador realocado de Palhal).

Em julho moradores do movimento promoveram mais uma festa, a festa junina com os jovens da igreja católica realizada na área da escola de Palhal com direito a quadrilha da qual participaram tanto pessoas do movimento quanto das comunidades de Palhal e Lagoa do Aguiar.

Mas não são todos que ficaram assim bem dispostos com os novos atores cuja aparição, lembremos, tem direta relação com o momento de suspensão do empreendimento. Aqueles moradores que, à época em que a chegada da indústria era tida como certa, investiram montantes significativos de recursos para lidar com a chegada dos trabalhadores, não veem o acampamento Paulo Damião-Palhal como um “parceiro” para o enfrentamento com a empresa e nem mesmo referem-se aos ativistas com um “deixa

eles”, como o sr. “A”, seu irmão e outros mais, como empregados da grande fazenda que foram também realocados:

Esse povo está aí por conta da nossa excelentíssima presidente e do PT, porque é por culpa deles que nada foi para frente e nada vai para frente, não adianta falar que vai, porque não vai. A polícia já esteve aí, uma dezena de camburões, chegaram, não entraram na terra que esse povo invadiu, porque a terra não é deles, e voltaram para Linhares com o camburão vazio. Isso aí vai virar é uma favela (sra. “O”, moradora de Palhal).

A sra. “O” mora com seu marido há vinte anos em Palhal. Sua filha foi criada ali mesmo, estudou em Palhal mesmo e há dois anos faz curso superior em Linhares, o que motivou seus pais a se mudarem também para a sede do município, e hoje em dia vão à zona rural nos finais de semana e feriados. Quando souberam da chegada de um empreendimento com o porte anunciado fizeram alguns investimentos, construíram um galpão para manutenção e garagem de carros da empresa, fizeram um segundo piso em sua casa com quitinetes para os eventuais trabalhadores e lotearam algumas propriedades anexas à área de sua moradia. “Foram anos de poupança que a gente esperou para o melhor momento de investir. E quando a gente investe acontece isso. São anos de dinheiro jogados na lata de lixo”, disse a sra. “O”:

Se eles tivessem começado a obra logo nada disso tinha acontecido. Mas o que acontece. Tem gente que parece que não tem visão para o que é o progresso. Porque se todo mundo tivesse recebido a indenização certinho como está escrito na lei, as obras tinham começado. Mas aí atrasou tudo por conta disso, porque teve gente que não quis sair. Aí deu tempo de descobrirem a roubalheira toda da Petrobrás e agora a Petrobrás simplesmente não pode mais fazer a obra. Não pode mais porque o dinheiro está todo travado na justiça (sra. “O”, moradora de Palhal).

A intenção era que os lotes fossem vendidos por, no mínimo, R\$ 25 mil, mas com a não continuidade das obras da empresa, alguns já foram vendidos por menos da metade do preço, e um dos compradores foi um jovem que mora em Baixo Quartel há nove anos, em cuja casa pernoitei algumas vezes, que tinha a esperança da valorização da área ainda tendo em vista a chegada da empresa no final do ano de 2014, quando da aquisição. O jovem construiu com as próprias mãos uma casa pequena, com quarto, banheiro e cozinha com vistas a alugar para empregados da empresa no futuro, porém ao cabo de alguns meses deixou de esperar que “chegasse o Papa” em Palhal e dependurou uma placa de “vende ou aluga” na porta da casa. “O povo da roça muitas vezes não consegue

entender que uma hora ou outra o desenvolvimento tem que chegar. É assim que é”, disse. O preço da venda serve não mais que para cobrir os gastos, entre compra do lote e construção do abrigo estimados em R\$ 15 mil, e o aluguel, a princípio estipulado em R\$ 500,00, em junho de 2015 estava a R\$ 350,00 tendo me sido oferecido por módicos R\$ 300,00, com vistas de, ao menos, minimizar o prejuízo.

Pude acompanhar a variação de preços dos imóveis em Palhal e Lagoa do Aguiar ao longo de quinze meses, em dez visitas, conforme dito em nosso primeiro capítulo. Ainda que em Baixo Quartel e mesmo em Bebedouro seja notório o crescimento de oferta de imóveis, a maioria mediada por imobiliárias, na zona rural, com as exceções que traremos aqui, não houve uma sensível movimentação imobiliária no mesmo sentido, e em todos os casos de venda ou aluguel são negociações diretas com o proprietário. O que se percebeu foi uma elevação dos valores dos imóveis no início de 2014 e uma retração entre o final do mesmo ano e início de 2015. A única exceção encontrada foi um lote de 400m² que, até 2013 servia para pasto, e que em 2014 ficou valorado em R\$ 50mil, valor este que permanece até hoje. O proprietário é também proprietário de uma policlínica na sede do município de Linhares, mora em Linhares, vai apenas eventualmente à Palhal e não tem interesse de baixar o preço da área. Como disse o jovem de Baixo Quartel, “o dele está tão caro assim porque ele não precisa. Por R\$ 50mil não vai vender é nunca”. Existe um lote ao lado da escola que está à venda há dois anos. Em 2013 ele valia R\$ 7 mil, no primeiro semestre de 2014 passou para R\$ 20 mil e no segundo semestre retraiu para R\$ 15 mil. Um morador dividiu a área que lhe pertencia em duas metades, em uma está a casa onde mora com sua família e a outra, correspondente a 300m², segundo o próprio, foi posta à venda por R\$ 15 mil. Mas atualmente ele desistiu de vendê-la pela falta de procura e fez do espaço pasto para seu gado. “Às vezes eu arrendo para um ou outro. Mas é muito difícil, porque senão onde eu vou botar os meus [gados]?”, disse.

O sr. “I”, ex-caminhoneiro de carreira, ora aposentado, mudou-se para Lagoa do Aguiar há oito anos, assim que conquistou sua “alforria”, diz o próprio referindo-se à aposentadoria. Era morador do Rio Quartel, distrito de Linhares ao qual pertence o aglomerado de Baixo Quartel. Além da propriedade onde mora e faz o plantio de culturas frutíferas, o sr. “I” também investiu em uma outra área dentro mesmo de Lagoa do Aguiar, a qual foi dividida em trinta lotes com o intuito de vendê-los para empregados

da Petrobrás. Se a princípio a ideia era regularizar os lotes para oferecê-los a um preço entre R\$ 15 mil a R\$ 20 mil, agora alguns lotes já foram vendidos a R\$ 5 mil para moradores de Rio Quartel bem como de outras zonas rurais de Linhares e de Aracruz:

O preço que a gente oferece não dá para pagar nem a burocracia. A gente faz mais para ajudar o pessoal que precisa da terra mesmo e não tem dinheiro para construir sua casinha e fazer a roça. Não faz sentido a gente manter a terra parada sem ninguém usar sabendo que tem gente que precisa e ficar esperando a boa vontade da Petrobrás se resolver. Agora, que é um prejuízo, é sim (esposa do sr. “I”, moradora de Lagoa do Aguiar).

A questão é que a quantidade de famílias de fora que chegam ao loteamento feito pelo sr. “I” deixa alguns moradores alarmados com relação ao crescimento desordenado da área em questão e pelo fato de configurar um precedente na região que poderá justificar outros investimentos semelhantes. “Imagina se todo mundo que tem dinheiro resolve fazer igual ao sr. “I”? Isso aqui vai virar é uma bagunça”, disse um(a) morador(a) que me concedeu entrevista sob condição de sigilo absoluto.

Aliás, a preocupação com o contingente populacional é recorrente entre os moradores, e normalmente está atrelada ao anúncio da chegada da Petrobrás. Como dissemos o vigia noturno do posto de saúde de Baixo Quartel disse ter aumentado de duas para catorze o número de ruas no aglomerado. “Esse movimento não chegou no Palhal não”, disse-me o jovem de Baixo Quartel que me ofereceu hospedagem por algumas noites. “Ainda”, frisou. A movimentação imobiliária em Palhal e Lagoa do Aguiar é, sem dúvida, incipiente, mas até há poucos anos era praticamente inexistente, e ocorria em transações sem contrato ou asseguradas meramente por um recibo carbonado. A preocupação com essa movimentação recai muitas vezes sobre os riscos enxergados pelos atores de “chegar muita gente que ninguém conhece”, “hoje em dia você conhece todo mundo, mas vai saber quem é que chega” ou “nem que seja 1% de gente ruim, é certo que quando chega muita gente junta tem alguém no meio que não presta”. “Z” certa vez disse:

O pior é que com isso veio muita gente de fora, muita gente que a gente não conhece. Isso é ruim pra comunidade. Isso aqui era uma paz só, sempre foi. Olha, a gente é da roça, a gente é do mato. Falar que Palhal é perigoso pra você que mora lá em Vitória vai parecer que eu estou brincando. Mas as coisas não são tão tranquilas como antigamente. Volta e meia fica gente desconhecida rondando por aqui. Semana passada mesmo entraram nessa casa ali [apontando para uma casa que fi-

cava à margem da via principal]. Isso não existia, sabe? (“Z”, líder local, morador de Lagoa do Aguiar).

Mas não é só preocupação com as pessoas que chegam e os riscos atribuídos a essa movimentação. Existe também a preocupação com o território em si.

Ali na beira de onde é área da Petrobrás agora tinha um areal que quando eu era pequeno a gente saía para brincar de pega e para caçar tatu. Meus filhos até pegaram essa época boa também, mas os meus netos eu não deixo brincar ali mais não. Desde que a Petrobrás fez aqueles buracos a água que voltou de baixo foi uma água suja. Menino não quer nem saber, mas a gente que é mais velho vê que a água mudou e você pode ter certeza que é água de poluição (morador de Palhal, empregado de fazenda).

Outro empregado da fazenda que foi também realocado quando o patrão recebeu a indenização do estado diz que o empreendimento:

Só serviu para derrubar as casas das famílias que tinham ali, cortar as árvores e tirar gado. Tiraram tudo, botaram a cerca e não fizeram mais nada. Uma vez ou outra entra um caminhão aí não sei pra quê porque nunca muda nada. Já tiraram até o canteiro de obras deles (morador de Palhal, empregado de fazenda).

Às margens da estrada de chão que vai de Palhal à Bebedouro existe uma plantação de cacau pertencente a um grande e tradicional fazendeiro da região. O cacau é frequentemente tratado como uma referência geográfica pelos moradores locais como por exemplo, “tal família mora na fazenda do cacau”, “fui achar meu boi que tinha fugido quase lá no cacau”, “eu estava no boteco do cacau”, referindo-se a um bar existente no encontro da estrada de terra com a estrada asfaltada de Bebedouro (ver primeiro parágrafo de nossa introdução). “R”, o filho do merceeiro, disse que quando a empresa e estado apresentaram o projeto para as comunidades, um duto atravessaria todas as pequenas propriedades desde a área que pertence a seu pai até o Rio Doce:

Para o povo que mora ao longo desse caminho todo ninguém perguntou se eles querem sair, eles vão ter que sair para chegar água para a fábrica deles. Vai ter um trilho de trem que vai cortar bem em cima do cacau e tem um tio meu que mora lá e eu falei para ele não sair de jeito nenhum. Mas vai sair, vai acabar saindo porque é gente simples, humilde, sabe? Não tem maldade. Nem ele nem o pessoal que mora perto dele. E o cacau vai virar passagem da empresa (“R”, morador que resiste juridicamente contra realocação, morador de Palhal).



Figura 15, Cacaual às margens da estrada de terra. Os cacaueiros são as árvores de menor porte.

A escola está à margem da estrada de terra que atravessa toda a região, estrada esta que leva Baixo Quartel ao asfalto de Bebedouro. “Z” preocupa-se com uma possível duplicação da estrada de terra para o trânsito de caminhões que prestariam serviço à Petrobrás.

Ouvi dizer que eles vão duplicar isso aqui para ficar passando caminhão para Linhares. Será que a igreja vai poder continuar aqui onde é? Será que a escola vai poder continuar? Porque escola com barulho de caminhão não dá. Além do quê a estrutura não aguenta, logo, logo começa a rachar. E a prefeitura demorou tanto tempo que a comunidade perdeu a paciência e construiu a escola ela mesmo. Quanto tempo eles vão demorar para construir a outra escola se essa aqui tiver que sair? Vai sustentar filho de não sei quantos empregados? Olha esse povo que mora na beira da estrada, Bruno. Esse povo nasceu aí, você acha que eles se acostumam com outra vida? Não acostumam não (“Z”, líder local, morador de Lagoa do Aguiar).

Para que o leitor possa se situar melhor, fizemos uma representação esquemática do trecho referido por “Z”. O cacaual inicia-se a 4km sentido Bebedouro e a área da Petrobrás se inicia a trezentos metros da igreja Deus é Amor no sentido Baixo Quartel.

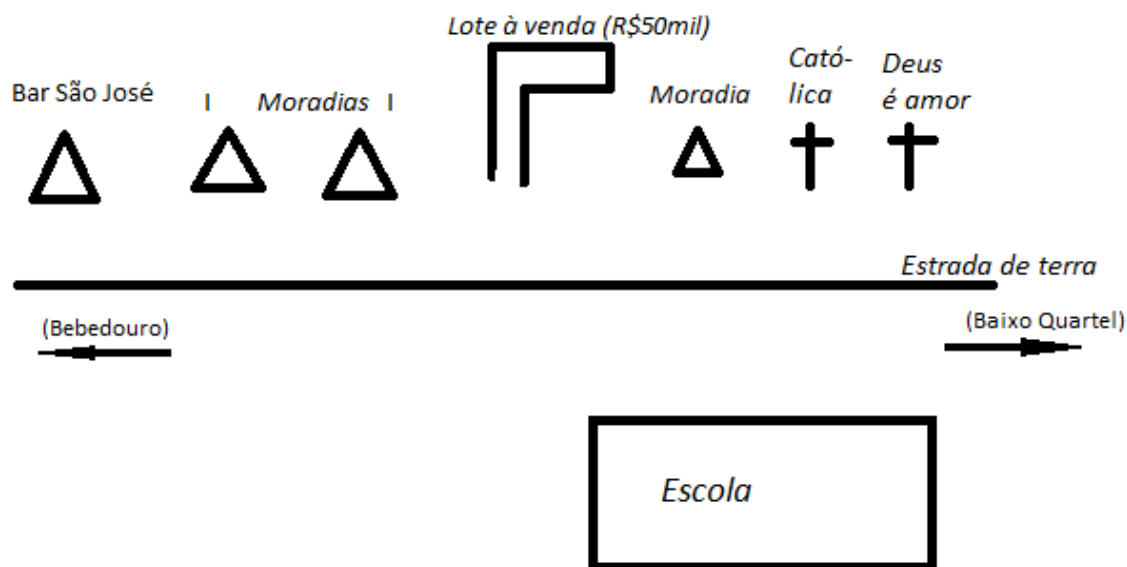


Figura 16, Representação de trecho habitado por onde passa estrada que será possivelmente asfaltada e duplicada

A primeira vez em que fui à missa na igreja de Palhal, o orador iniciou seu estudo sobre o capítulo 25 do livro de Mateus, versículos 31-46⁴⁰, e o eixo de sua interpretação seguia na seguinte linha,

⁴⁰ “31. Quando o Filho do Homem voltar na sua glória e todos os anjos com ele, sentar-se-á no seu trono glorioso. 32. Todas as nações se reunirão diante dele e ele separará uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos. 33. Colocará as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. 34. Então o Rei dirá aos que estão à direita, - Vinde, benditos de meu Pai, tomai posse do Reino que vos está preparado desde a criação do mundo, 35. porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me destes de beber; era peregrino e me acolhestes; 36. nu e me vestistes; enfermo e me visitastes; estava na prisão e viestes a mim. 37. Perguntar-lhe-ão os justos, - Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, com sede e te demos de beber? 38. Quando foi que te vimos peregrino e te acolhemos, nu e te vestimos? 39. Quando foi que te vimos enfermo ou na prisão e te fomos visitar? 40. Responderá o Rei, - Em verdade eu vos declaro, todas as vezes que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim mesmo que o fizestes. 41. Voltar-se-á em seguida para os da sua esquerda e lhes dirá, - Retirai-vos de

Essa passagem fala sobre a importância de separarmos as ovelhas dos cabritos, ovelhas à direita e cabritos à esquerda. Estes são teimosos, insubmissos, solitários e as ovelhas dóceis, obedientes e sempre estão unidas. Então é importante sabermos separar o bem do mal, o ruim do bom. As comunidades de Palhal e Lagoa do Aguiar estão livres dos perigos da cidade, das angústias do mal do capitalismo, por enquanto. Para continuarmos livres é preciso que nos mantenhamos unidos. O capitalismo faz com que a gente não enxergue o essencial e peça a Deus apenas o supérfluo em nossas orações, o que a gente não precisa de verdade. Ele sempre nos dará o que a gente precisa, o que faz com que a gente às vezes fique chateado quando Ele não nos dá aquilo que é supérfluo e que nós pedimos. O capitalismo quer que a gente peça sempre mais e mais e é por isso que o homem da cidade não vive em paz. Nós temos que nos manter unidos, sempre unidos, unidos aos nossos irmãos, unidos à nossa terra para resistirmos à ganância do capitalismo que tenta tomar as nossas terras. A chuva é essencial para que tenha pasto, para que tenha plantação. Vamos pedir por chuva para nós e para nossos irmãos e não vamos nos preocupar com o que não é essencial (celebrador da igreja católica de Palhal, morador de Lagoa do Aguiar).

Na última etapa da celebração, quando então se trata dos assuntos gerais, fui convidado a me apresentar para a congregação. Dentre as vinte e duas pessoas presentes eu fui facilmente identificado como um não assíduo daquela casa. Aceitei o convite e apresentei minha pessoa e meu trabalho na comunidade.

Findada a missa, algumas pessoas me procuraram curiosas de saber mais sobre a minha pesquisa e, principalmente, se eu teria informações mais precisas sobre o que seria do empreendimento. Àquela altura – era o dia 23 de novembro de 2014 – o empreendimento passava pela fase menos transparente de suas transações, período em que, como dissemos na seção 2.1, nem mesmo nos noticiários se encontrava referências ao complexo industrial. Uma senhora disse ter me reconhecido. Ela morava a meio caminho entre o “centro” de Palhal – assim é referida a área que representamos na figura 16 – e a área dos indenizados e tinha me visto de passagem em alguma ocasião que fui à casa da sra. “N”. Então perguntei para essa senhora se, no meio de tanta desinformação precisa, ela gostaria ou não que o empreendimento se concretizasse. Ela respondeu:

mim, malditos! Ide para o fogo eterno destinado ao demônio e aos seus anjos. 42. Porque tive fome e não me destes de comer; tive sede e não me destes de beber; 43. era peregrino e não me acolhestes; nu e não me vestistes; enfermo e na prisão e não me visitastes. 44. Também estes lhe perguntarão, - Senhor, quando foi que te vimos com fome, com sede, peregrino, nu, enfermo, ou na prisão e não te socorremos? 45. E ele responderá, - Em verdade eu vos declaro, todas as vezes que deixastes de fazer isso a um destes pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer. 46. E estes irão para o castigo eterno, e os justos, para a vida eterna” (Mateus, XXV, 31-46)

Tem um lado bom e um lado ruim. O lado ruim é que vai passar muito caminhão na beira de casa, vai levantar muita poeira e quando eles começarem a cavar o poço do petróleo a água vai ficar toda barrenta. A água fica preta, não presta mais não. O lado bom é que eles colocaram a torre de celular. Antigamente para pegar celular aqui era uma luta, agora pega até dentro de casa. Todo dia eu converso com meu filho que mora lá em BH. Meu filho e meu neto moram lá em BH. Eu tenho medo de que se eles desistirem mesmo eles levem a torre embora (senhora moradora de Palhal)

O celebrador também me procurou depois da missa com perguntas da mesma natureza dos demais, como questões sobre minha pesquisa e também sobre o empreendimento. Então ele perguntou se a igreja e a escola teriam que ser removidas caso o empreendimento viesse de fato. Como eu já tinha em mãos o mapa fornecido pelo servidor da subsecretaria de habitação, sentamo-nos no calço da área externa à igreja para tentarmos localizar o lugar em que estávamos. Aos poucos alguns moradores que estavam na missa se aproximaram, curiosos para ver o mapa. Após alguns minutos de esforço conjunto, encontramos o trecho da estrada de terra onde, de um lado tem-se a escola local, e do outro, a igreja Católica, a Deus é Amor e algumas moradias (ver figuras 6 e 17). Sim, o trecho estava dentro da Zona Industrial II cujo projeto âncora é o Complexo Gás-químico. “O que isso significa?”, me perguntou o celebrador católico. Significa que a zona industrial, por princípio não permite construções residenciais, mas, na prática novas realocações só deverão ser feitas quando empresas chegarem. Não tem como saber se a igreja e a escola poderão permanecer ou mesmo se, caso tenham que ser retiradas, a empresa irá se responsabilizar pela construção de novos prédios em outro lugar. “E o que pode ser feito para evitar isso?” Seguindo as indicações do secretário de desenvolvimento, respondi que deveriam participar das audiências do Plano Diretor Municipal, para tentar mudar a região novamente para a Zona Rural, ainda que isso seja difícil conseguir por ter outras partes interessadas.

Fui em mais duas missas e em cada uma delas o celebrador guiou ao menos parte de sua reflexão em sentido similar ao exemplo trazido aqui., clamando pela união e organização das comunidades de Palhal e Lagoa do Aguiar para enfrentar “as turbulências que não foram causada por ninguém daqui de dentro [da comunidade], mas que nós temos e teremos força para atravessar se nos mantivermos unidos” (missa em 7 de dezembro de 2014).

Ainda em tempo. Eu disse que na primeira vez em que me encontrei com a sra. “N” depois dela e sua família serem realocadas, ela me perguntou se poderiam permanecer ali naquele sítio, resposta que procurei junto à prefeitura de Linhares. A resposta é que somente teriam que sair se e quando a empresa viesse, coisa que não daria para saber com certeza, mas que segundo informação que eu tinha conseguido na internet - referindo-me ao Plano Plurianual de investimentos da Petrobrás (ver seção 2.1) – deveria demorar alguns anos até que o projeto “saísse do papel”. Não saberia dizer nem mesmo *se* a empresa de fato chegaria.

“Deus está do nosso lado”, respondeu a sra. “N”.

2.2.1 – Análise resumida das informações de campo

Na seção anterior procuramos fazer um panorama da dinâmica local à medida que demonstrávamos os esforços dos atores locais para dar sentido a um referente “não-familiar” rodeado por uma atmosfera de completa incerteza que lhes foi imposta, bem como atitudes correlatas a esse sentido em construção. É fácil contrastar as representações construídas acerca do empreendimento pela mídia e pelos materiais impressos do projeto, com as elaborações empreendidas pelos moradores das comunidades em questão, elaborações estas que revelam uma dinâmica que comprova que, ao contrário do dizer do servidor da prefeitura e de qualquer divisão cartográfica, Palhal existe sim.

Não só existe como também apresenta uma grande diversidade na construção das respostas para o “fantasma da Petrobrás” no *momento* que elegemos como nosso recorte, o antes, e dentro desse antes está o suspenso, o incerto, o “entre”, o gerúndio, o enquanto. A própria forma narrativa da apresentação dos dados de campo procurou dar conta de – ou ao menos expressar – esse *processo* de significação sobre o não consumado. Incluímos aí atores que são consequência direta e concreta deste fantasma, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que ocupa a área ociosa, e o próprio pesquisador que escreve estas linhas. À primeira vista os relatos colhidos parecem centrífugos, ou mesmo dispersos, uns com relação aos outros. Mas se aprumar-

mos o olhar podemos perceber representações similares de atores de acordo com as suas posições ante o empreendimento.

1) Moradores realocados (11 famílias):

Aqui se encontram tanto os atores que receberam indenização diretamente sobre a pequena propriedade quanto os empregados de fazenda cujo patrão acatou a indenização e construiu novas casas do outro lado da estrada de terra. Ressaltamos que os empregados são também moradores locais desde sempre, e a maior parte deles, há mais de uma geração. As expectativas com relação à chegada do empreendimento estão sempre relacionadas com a transformação do território em que moravam, como o areal em que não se pode mais brincar, a água que pode vir a ficar turva por conta das operações da empresa, os pomares que foram suprimidos sem serem sequer indenizados, a casa construída com as próprias mãos que foi derrubada etc.. Essas transformações foram assumidas como uma fatalidade, no sentido de sua inevitabilidade. A chegada do MST na área da Petrobrás foi compreendida como algo legítimo dentro das circunstâncias, ainda que não tenham desenvolvido uma relação mais próxima com as pessoas do movimento, ao menos até a altura em que estive em campo. Devemos acrescentar que a inatividade da empresa que resultou na instalação do acampamento foi tratada até com bom humor, como um filho da sra. “N” e do sr. “A”, quando disse em meio a risos “quero ver eles tirarem esse povo daí agora”, ou quando um dos empregados da fazenda disse “também, mais estava parecendo que era uma fábrica de buraco, porque eles só entravam aí para fazer buraco”.

2) Moradores em contenda jurídica por permanência (6 famílias):

Trata-se da família do merceeiro e das famílias de seus filhos, único conjunto de moradores que optou por uma posição política positiva ante a empresa. O empreendimento é visto como uma permanente ameaça e como um objeto a ser enfrentado. Como consequência atores que se oponham à empresa, como

o MST, o ativista de Perobas – que não se disponibilizou a conceder entrevista- e, até certa altura, eu, são reconhecidos como aliados nesse enfrentamento. É válido salientar que aqui, como no caso de moradores realocados, as significações sobre o atraso das obras frequentemente estão atreladas a uma justificação religiosa e o fracasso dos investimentos até o momento compreendido como uma invectiva divina. Acrescentemos que a criação de gado de “R”, que era uma prática cotidiana antes da chegada da empresa, ganha conotação política de afirmação e enfrentamento, potencializada com o compartilhamento da área com o acampamento do MST. Não está alheada a preocupação com o território em si, partindo de uma noção identitária com o mesmo – “não sei se a gente ia saber viver em outro lugar da noite para o dia”, etc. -, dimensão esta que, aliás, é transversal às categorias que estamos apresentando. Nota-se uma diferença entre a inexorabilidade do evento, como representado pelo primeiro grupo, e a interpretação deste como uma ameaça, condição que dá ao grupo da contenda jurídica uma perspectiva de relativização do fatalismo, perspectiva esta expressa nas estratégias de resistência.

3) Moradores que investiram recursos com expectativas sobre o empreendimento:

Aqui se encontram aqueles que enxergam o empreendimento como uma oportunidade econômica ou uma oportunidade de trabalho. Além das quatro famílias identificadas com domicílio em Palhal ou Lagoa do Aguiar, somam-se os seis grandes fazendeiros da região, com domicílio na sede do município de Linhares e nove jovens por nós entrevistados, considerando-se jovens aqueles abaixo dos vinte e nove anos que vivem como dependentes econômicos. Não deve passar despercebido que, em se tratando daqueles que investiram recursos em áreas, melhoramento de lotes e construções, são pessoas que ou têm Palhal ou Lagoa do Aguiar como moradia esporádica ou são moradores relativamente novos da localidade, quando comparados aos atores dos outros grupos. Mesmo a sra. “O” e seu marido que criaram sua filha entre Palhal e Baixo Quartel, são moradores há “apenas” vinte anos do local, “apenas”, quando comparamos com moradores de quarenta, cinquenta anos,

cujas famílias já moravam na região antes de nascerem e que, sintomaticamente, não se enquadram, nem uma exceção sequer, neste grupo. Ademais, atualmente estão na zona rural apenas em finais de semana e feriados, assim como outros investidores que têm a fazenda como uma segunda atividade. Para os atores deste grupo, o empreendimento é desejável, visto não só como uma oportunidade de retorno financeiro, mas também como um ingresso da local na roda do “progresso”, nos termos da sra. “O”, ou do “desenvolvimento”, como expressou o jovem morador de Baixo Quartel, a inevitabilidade é desejável. Aqui também reparamos uma cisão entre os que investem e “o povo da roça” ou “gente que não tem visão para o progresso”, e que por isso tentam se opor àquela inevitabilidade. Existe também uma nítida preocupação com a chegada do MST, explicitando o risco de cancelamento definitivo da instalação da indústria. Acrescentamos nesse grupo também os jovens que investiram tempo e dinheiro na realização de cursos técnicos tendo em vista o ingresso nas obras de instalação da empresa. A chegada da empresa é vista como uma forma de, ao menos, reaver o dinheiro gasto na preparação técnica. “A gente vai fazendo curso, fazendo curso, fazendo curso. Mas essa desgraça dessa Petrobrás não decide o que ela quer da vida”. Foram estes jovens que mais frequentemente me tiveram como funcionário da Petrobrás, e quando eu então me apresentava, diziam coisas do tipo “achei que era você que ia resolver esse problema para nós”, em tom de brincadeira, ou “achei que fosse gente da Petrobrás fazendo mais pesquisa, porque pesquisa eles fazem bem, agora obra mesmo que é bom, nada”. Como dissemos, estes jovens participam também das atividades da roça, seja como empregados de fazendeiros, seja no auxílio diário das atividades das famílias. Não reparei, quanto aos jovens, qualquer tipo de cisão do tipo mencionado há pouco. É interessante confrontarmos esse grupo com a conclusão dos estudos de impacto do empreendimento, que conclui que os moradores o concebem como uma “ótima oportunidade de geração de emprego e renda”. Ao confrontarmos essa conclusão com o que encontramos em campo, ela só valerá para este grupo (3) e mesmo assim, em alguns casos – como o do filho mais jovem do merceeiro – a expectativa de emprego e renda não suplanta a preocupação com a perda do território em hipótese alguma. Ademais a conclusão do EIA

de que “não foram identificados conflitos sociais capazes de produzir interpretações divergentes” é, no mínimo, apressada.

4) Moradores que não tiveram relação direta com o empreendimento:

Vemo-nos na obrigação de acrescentar um quarto grupo em que as pessoas não foram realocadas, não participam de disputa judicial e nem mesmo investiram qualquer recurso com vistas à chegada do empreendimento, mas que cotidianamente enfrentam o desafio de significá-lo. Não é por não terem, ainda, sofrido interferências materiais sobre sua existência que este último grupo possa ser tido como não afetado. Até porque aqui a ameaça constante das transformações prometidas pelo projeto, são ameaças ao território, em todas as suas dimensões, onde essas pessoas construíram as suas vidas. O celebrador da missa católica e o líder “Z” estão aqui contemplados. São ameaças ao estilo de vida, à história do local, da qual participam, ao controle sobre a terra, às relações profundamente pessoais que hoje existem. Assim como vimos uma certa cisão partindo do grupo anterior com relação ao “povo da roça”, essa cisão também é percebida aqui de modo invertido, já que muitos moradores deste grupo veem com apreensão a chegada repentina de pessoas de fora, afinal “imagina se todo mundo que tem dinheiro resolve fazer igual ao sr. “I”?”. Não seriam essas apreensões, impostas pelo referente externo, por si só “impactos” a serem levados em conta? Afinal, quando vemos essas apreensões compartilhadas numa missa, no balcão da mercearia, no café de fim de tarde, nos momentos que antecedem a “pelada”, quando reparamos o esforço constante dos atores para encontrarem um resposta àquilo que se lhes impõe sem que tenha exatamente uma aparência ou uma materialidade precisa, uma dimensão precisamente delimitada, e quando fazem circular, através das conversas diárias, as representações que pretendem dar conta dessas dúvidas, e quando essas representações supõem uma ameaça iminente ao território, ao *modus vivendi* presente e à história local, não seria o próprio processo de decifração do referente, nestes termos, um efeito considerável? Lembrando que o referente em questão – o empreendimento da Petrobrás- é um produto teleacionado, seguindo a terminologia de Moles incorporada por Milton Santos. Ou seja, de onde quer que esteja vindo os co-

mandos para sua realização/suspensão, estes comandos ignoram por completo as minudências das representações assentadas nas aflições, apreensões e expectativas geradas neste *momento*. Acreditamos que a dimensão apresentada por este quarto grupo seja transversal a todos os outros que já testemunharam transformações materiais em suas vidas por conta do empreendimento.

Antecipamos no primeiro capítulo, ali de maneira puramente teórica, que a fundação imaginária de um sentido, apesar de sua natural diversidade, surge como um uso identitário de uma determinada coletividade, porque são justamente essas elaborações originais que constroem a ipseidade e sua hecceidade. No presente capítulo apresentamos um apanhado de representações procurando justamente reconhecer a originalidade de sua construção, ou melhor seria dizer, em constante reelaboração. No entanto a dimensão identitária, nos termos de Castoriadis, ficou aqui num segundo plano.

Quando se fala em “comunidade” dentro das ciências sociais, o primeiro nome que nos vem à mente é o de Ferdinand Tönnies e sua clássica distinção entre comunidade orgânica X sociedade mecânica, em que a identificação e o sentido de pertencimento dos sujeitos da comunidade seria próximo do instintivo. Foram muitas as críticas feitas a essa concepção essencialista e diversos trabalhos empíricos demonstraram cisões, divergências e disputas ocorridas no seio mesmo das ditas “comunidades”. O que essas críticas visam demonstrar é que a comunidade não pode ser tratada como um bloco monolítico, um corpo coletivo homogêneo tendente à generalização e à indiferenciação. Ou seja, que apesar de existirem comunidades, existem clivagens e as individualidades não são suprimidas pela coletividade.

Endossamos essa crítica ao conceito clássico de comunidade, mas no presente trabalho inverteremos seus termos. Neste capítulo apresentamos a diversidade e a virtual infinidade de significações possíveis ao que até aqui vimos chamando de comunidades de Palhal e Lagoa do Aguiar. Mas cremos que existe algo que, de fato, faça com que as pessoas responsáveis por essas significações criativas constituam uma *comunidade*. Ou seja, que apesar das clivagens existentes e das individualidades discursivas, a comunidade não se desmancha, ou ainda, na expressão mesmo das individualidades, podemos

perceber algo que as identifique enquanto pertencentes a uma comunidade. E essa identificação fica evidenciada justamente na presença do não-familiar, de *alter*, do “eles”. É essa proposição que fundamentaremos teoricamente no próximo capítulo, agora subsidiados pelos dados de campo já apresentados.

CAPÍTULO 3 - Nós daqui, eles de lá, identidade como processo relacional e representações da comunidade como afirmação de existência

A noção de comunidade tem importância central na história do pensamento social e nos remonta aos primeiros passos da Sociologia enquanto área de conhecimento. E foi Ferdinand Tönnies o canônico formulador do conceito para as Ciências Sociais, ao desenvolver suas reflexões sobre a dicotomia comunidade (*Gemeinschaft*) X sociedade (*Gesellschaft*), retomada posteriormente por diversos autores clássicos, como Weber, Durkheim e Simmel. Não obstante as distâncias epistemológicas entre os teóricos dessa discussão, a dicotomia sugerida por Tönnies aparece, sendo que o primeiro termo se remete às formas coletivas essencialmente pré-modernas e o segundo termo à tendência à individualização e impessoalidade, atributos típicos da vida social moderna⁴¹.

Para Tönnies a vida em comunidade é, para os seus participantes, íntima, interior e exclusiva (TÖNNIES, 1974, pp. 19-20), no sentido em que é antes percebida internamente – isso é, sentida – do que organizada por delegações contratuais, acordos explícitos ou normas norteadoras genéricas. A certeza de pertença tem um estatuto biológico, ligado a uma vontade coletiva de conservação (idem, pp. 43-44). A primazia do sentimento de pertença sobre a instrumentalidade, a solidariedade, a comunhão de valores são grandes distintivos das relações comunitárias sobre as direções apontadas pela modernidade. Para Tönnies a tendência à agregação do tipo comunitário estaria assentada em uma vontade de fundamento biológico, posto que a agregação é um requisito para a própria conservação da espécie, assim:

Vida comunal es posesión y goce mútuos, y es posesión y goce de bienes comunes. La voluntad de poseer y gozar es voluntad de proteger e defender [...] Posesión es, em sí y de por sí, voluntad de concervación (TÖNNIES, 1974, pp. 43-4).

⁴¹ Tönnies já tinha noção que os conceitos de comunidade e sociedade se restringiam à sua utilidade analítica e não à sua verificação literal na realidade: “Tanto em Tönnies como em Weber, a ideia de comunidade aparece como uma tipologia [...]tanto para Tönnies quanto para Weber, a comunidade deve ser entendida como um tipo ideal, um construto intelectual útil para a análise de grupos sociais, mas que deve considerar que, na realidade, comunidade e sociedade se misturam” (MOCELIM, 2011, p. 112).

É nesse sentido, pois, que o funcionamento da vida em comunidade é de caráter orgânico, em contraposição ao caráter mecânico, que é orquestrado por mediações formalizadas, como na vida individualizada da sociedade moderna⁴² (idem, p. 232).

Não só o aspecto biológico foi alvo de crítica dos sociólogos que trataram do tema posteriormente, mas também as dimensões da internalidade e da exclusividade sugerida por Tönnies vieram a ser rebatidas por pensadores da envergadura de Durkheim e Weber. Este último prefere a noção de relações associativas (*Vergesellschaftung*) e relações comunitárias (*Vergemeinschaftung*), tipificando-as como relações que “repousam *no sentimento* subjetivo dos participantes de *pertencer* (afetiva ou tradicionalmente) *ao mesmo grupo*” (WEBER, 2004, p., 25, grifos no original). A flexibilização sugerida por Weber acena para uma questão que permeará as discussões sobre comunidade ao longo de toda a tradição sociológica, qual seja, o risco de essencialização das dinâmicas concretas da vida social. O próprio Weber, fiel ao nominalismo que marcou sua teoria, buscou explicitar a relativa fluidez dos conceitos quando confrontados com a vida social: “A grande maioria das relações sociais [...] tem caráter, *em parte*, comunitário e, *em parte*, associativo. Toda relação social, por mais que se limite, de maneira racional, a determinado fim e por mais prosaica que seja [...], *pode* criar valores emocionais que ultrapassam o fim primitivamente intencionado” (idem, p. 25, nota de rodapé nº2, grifos no original).

Tal correção mostrou-se de todo insuficiente conforme a sociologia do século XX e XXI, que testemunhou um contexto histórico de grande intensificação dos fluxos de informação e a crescente individualização correspondente, fazendo com que os limites da comunidade, mesmo que flexibilizados, ficasse impossível de se reconhecer. Como alerta Goldwasser:

As críticas que inicialmente se apontaram aos estudos de comunidade incidiram justamente sobre as limitações do enfoque isolacionista recortando a comunidade

⁴² É sobre a crítica desta proposição que Durkheim elabora a clássica distinção entre a solidariedade orgânica e mecânica, do cap. II ao cap. VII do seu *Da divisão do trabalho* social, 1999. Crítica esta que justifica, para o sociólogo francês, a inversão terminológica, tendo como orgânica a integração típica da sociedade moderna, em que os indivíduos contribuem para a manutenção do corpo social de maneira mais espontânea que nas sociedades não modernas, nas quais o direito punitivo faz a constante vigília sobre a ordem. “Or je crois que la vie des grandes agglomérations sociales est tout aussi naturelle que celle des petits agrégats. Elle n’est si moins organique ni moins interne”. (DURKEHIM, 2002a, p. 8).

desconectada da sociedade global. Não somente constituía, sob qualquer ângulo, um problema empírico a demarcação dos contornos comunidade, como pelo tratamento predominantemente descritivo e particularista em que eram vasados estes estudos tradicionais, se comprometia seu próprio alcance explicativo em termos das conexões estruturais mais amplas que se deixavam então de desvendar (GOL-DWASSER, 1974, pp. 69-70).

Diversos autores contemporâneos atentaram para o protagonismo do indivíduo em detrimento daquela entidade coletiva chamada comunidade pelos teóricos clássicos. Não que estes não estivessem atentos para a tendência ao desaparecimento da comunidade dentro daqueles requisitos conceituais apresentados originalmente por Tönnies e revisitado por outros pensadores, cada qual seguindo seu jargão próprio. Uma ideia bastante similar subjazia às particularidades teóricas. Tönnies via com preocupação a imparável individualização em detrimento da comunhão moral típica da vida coletiva comunitária (TÖNNIES, 1974, p, 222); Durkheim enxergava na sociedade moderna, marcada pela solidariedade orgânica, uma possibilidade inédita para as eleições individuais, ainda que visse que a dedicação moral necessária para a manutenção do organismo coletivo viesse sendo deixada para segundo plano⁴³ (DURKHEIM, 1999, p. 424); Weber vê o indivíduo moderno à caminho de sua jaula de aço particular, metáfora feita à burocracia impessoal ordenadora da organização social moderna (WEBER, 1982, p. 75).

Autores contemporâneos insistem na centralidade do indivíduo num contexto que favorece as decisões e escolhas pessoais em detrimento dos condicionamentos estritos, das impressões dos modelos coletivos aos membros da coletividade, típicas da comunidade, da solidariedade mecânica e das relações comunitárias. Giddens, por exemplo, apresenta a noção de reflexividade em que os indivíduos manuseiam um volume tal de informações que os permitem elaborar criticamente suas identidades sem que fiquem restritos às referências de uma coletividade específica (GIDDENS, 2003). Proposição semelhante à de Marc Augé que identifica uma individualização das referências históri-

⁴³ “Nossa conclusão não é que é bom levar a especialização o mais longe possível, mas tão longe quanto necessário [...]. Portanto, não é sem razão que o sentimento público experimenta um distanciamento cada vez mais pronunciado em relação ao diletante e até mesmo a esses homens que, enamorados em demasia de uma cultura exclusivamente geral, recusam-se a se deixar apanhar inteiros nas malhas da organização profissional. Isso porque, de fato, eles não se prendem o bastante à sociedade, ou, se quiserem, a sociedade não os prende o bastante, eles lhe escapam e, precisamente porque não a sentem nem com a vivacidade, nem com a continuidade que seria necessária, não têm consciência de todas as obrigações que lhes impõem sua condição de seres sociais” (DURKHEIM, 1999, p. 424).

cas em detrimento das grandes narrativas, como os mitos, que ofereciam explicações para coletividades inteiras que participavam de lugares específicos muito bem situáveis. “Nunca as histórias individuais foram tão explicitamente referidas pela história coletiva, mas nunca, também, os pontos de identificação coletiva foram tão flutuantes” (AUGÉ, 2005; p.; 39). Já Bauman desenvolve uma distinção entre comunidade e as identidades que emergem no contexto da modernidade líquida.

Ferdinand Tönnies sugere que o que distinguia a comunidade antiga da (moderna) sociedade em ascensão (*Gesellschaft*) [...]era um *entendimento compartilhado por todos os seus membros*. Não um consenso. Vejam bem: o consenso não é mais do que um acordo alcançado por pessoas com opiniões essencialmente diferentes, um produto de negociações e compromissos difíceis, de muita disputa e contrariedade, e murros ocasionais. O entendimento ao estilo comunitário, casual (*zuhanden*, como diria Martin Heidegger), não precisa ser procurado, e muito menos *construído*: esse entendimento já ‘está lá’, completo e pronto para ser usado – de tal modo que nos entendemos “sem palavras” e nunca precisamos perguntar, com apreensão, “o que você quer dizer?” (BAUMAN, 2001, p.15, grifos no original).

Desde a modernidade este entendimento partilhado vem sucumbido em favor de um entendimento consensual, não pautado pela segurança de saber que o outro tem naturalmente uma mesma compreensão, sem a necessidade de se esforçar pelo exercício de argumentação e exposição ao contraditório. No consenso são necessários os argumentos que pautam escolhas absolutamente individualizadas, constituindo as identidades, em detrimento das comunidades éticas descritas por Tönnies e percebidas em outros momentos históricos. A segurança da comunidade é trocada pela liberdade individual. Na verdade, a liberdade de se construir uma identidade individual paga seu preço, que é justamente a perda da segurança oferecida pelo *zuhanden* (idem, pp. 129-132).

A comunidade enquanto conceito, que teve importância fundamental nos primeiros passos da disciplina sociológica, foi, pois, perdendo força heurística no confronto com uma realidade cada vez mais referenciada no indivíduo. A questão que resta é se poderíamos, em conformidade com a abordagem teórica que vimos utilizando até o momento, tentar apreender a *construção* feita pelos atores de sua “comunidade”. E as aspas não são um excesso aqui, já que demonstram que não estamos acionando um conceito sociológico consagrado, mas nos referindo à elaboração de um “nós” feita pelos sujeitos em um contexto de tensão dentro do campo do desenvolvimento. A utilidade em persistirmos com essa noção é oferecer justamente um panorama da posição social, do *habitat* (BOURDIEU, 2012, p. 29) em que se situam os sujeitos menos empoderados

de modo a refletir sobre sua condição num contexto de tensão, sem correremos o risco de reduzirmos essa condição a uma visão fragmentária e idiossincrática, que é fundamentalmente social.

Assim, no presente capítulo, uma vez mais recorreremos às ferramentas da Teoria das Representações Sociais para refletirmos sobre a permanente construção de uma identidade coletiva, considerando que esse processo é indissociável da presença de “alter”, ou “aquele-que-não-pertence-ao-nós”. No nosso caso concreto, essa alteridade é representada pelo empreendimento da Petrobrás em sua quase aparição fantasmática para a população de Palhal e Lagoa do Aguiar. Procuraremos esclarecer os processos constituintes da relação entre “nós” e “outrem”, buscando demonstrar a interdependência dos termos e como tais processos estão marcados pelas posições assimétricas ocupadas pelos atores, buscando, ainda, analisar as distintas relações dos moradores com a alteridade de acordo com suas posições com relação ao empreendimento, nos remetendo aos quatro grupos apresentados na conclusão do capítulo anterior. Destarte, privilegiaremos uma abordagem construtivista, seguindo a coerência teórica proposta, mas sem perder de vista a estrutura social onde as elaborações dos sujeitos ocorrem. Com Bourdieu perceberemos que as distâncias das representações apresentadas nas seções 2.1 e 2.2, entre o “Palhal não existe” e a ameaça imaginada, estão implicadas as distâncias políticas posicionais entre os sujeitos de discurso.

3.1 - Do “eu” ao “nós”, identidade pessoal, identidade social e diferença

A questão sobre comunidade no debate sobre as relações assimétricas nos ajudará a identificar os atores que ocupam as distintas posições dentro da estrutura de poder. Mas devemos tomar alguns cuidados para, primeiramente, não obliterarmos as individualidades que, como vimos no capítulo anterior, se manifestam de maneiras virtualmente infinitas. Nosso esforço será no sentido de uma “dialética ascendente” sugerida por Frédéric Vandenbergue, que, partindo da observação das ações individuais, possamos compreender os símbolos que as conferem sentido e que também “permitem retificar a tendência à reprodução das estruturas de dominação” (VANDENBERGUE, 2006, p. 353). Com essa postura, podemos evitar um segundo problema, não desvinculado do primeiro, qual seja, essencializar as coletividades a serem aqui consideradas, ignorando

tanto as suas dinâmicas internas quanto as dinâmicas relacionais entre essas coletividades.

A primeira questão que se põe tange à nossa opção teórica. Por que recorrer às discussões da Psicologia Social enquanto o conceito de comunidade, bem como os esforços para a identificação de um “dentro” e um “fora”, têm origem e tradição na Sociologia? Mesmo se enveredarmos pela construção da “comunidade” com aspas, a Sociologia do Conhecimento aparece como alternativa quando Berger e Luckmann dizem da “construção social da realidade” (BERGER & LUCKMANN, 2004). Ocorre que essa perspectiva nos remete a uma sincronia e a um processo de institucionalização que reclama tempo para se concretizar. Na verdade, supondo que a “comunidade” esteja uma vez institucionalizada, ela exerceria, segundo tal perspectiva teórica, a força de um fato social (*choses*), com todo o peso que Durkheim dá à consciência coletiva⁴⁴ (BERGER, 1971, p. 14, nota de rodapé nº 2). Enquanto que o que vemos em campo são transformações desencadeadas pela presença quase que repentina de uma alteridade que é imediatamente representada enquanto tal pelos moradores locais, e nosso recorte temporal não permite sugerir o surgimento de uma “coisa” chamada comunidade. O caráter eventual - disruptivo – da chegada do empreendimento da Petrobrás é fundamental aqui, visto que sobre este evento se aglutinarão interpretações (representações) e posturas (fazer) dos atores⁴⁵. A Teoria das Representações Sociais oferece arcabouço teórico para essa construção transitória de um “nós” frente a um “eles”. Ainda que ao cabo tal transitoriedade se institucionalize, não é prudente que avancemos nossa discussão para além do que as observações de campo permitem. A abordagem que aqui apresentaremos assume que o

⁴⁴ Não cabe aqui desenvolver o ciclo de externalização-objetivação-intervalização sugerido por Berger (BERGER, 1971, pp. 14-21) e por Berger & Luckmann (BERGER & LUCKMANN, 2004, pp. 77-95). Para tanto teríamos que adentrar a discussão sobre socialização, o que de modo algum tem pertinência com as imposições do campo. A menção de tal perspectiva teórica deve-se não mais que à semelhança patente de tal alternativa com a escolha feita pela Psicologia Social, no tocante à atenção às construções do “senso comum” da realidade social.

⁴⁵ Obter-se-á: mas e se a existência da comunidade for anterior e independente do evento? Então retornaríamos às descrições exaustivas do estatuto “comunidade” oferecido pela perspectiva clássica e assim ignoraríamos as contribuições dos sociólogos contemporâneos mencionados há pouco. A maioria dos moradores de Palhal e Lagoa do Aguiar participam da vida virtual, transitam entre centros urbanos, fazem circular e refletem sobre as informações que recebem etc.. Ou seja, são indivíduos modernos, nos termos de Giddens. O que tentaremos aqui é justamente a construção de uma nova perspectiva sobre comunidade que não prescindia da potencialidade das reflexões individuais, mas que seja uma construção social contextual e relacional.

indivíduo, partindo de sua identidade própria, reconheça seus próximos (*autrui*, no original em francês (JODELET, 2005, p. 51) e desse reconhecimento seja construída uma “comunidade” que é a expressão da identidade coletiva em relação com a alteridade, escapando das definições descritivistas que a abordagem clássica elabora e que autores contemporâneos enxergam como em vias de desintegração. Assim, tentaremos dar uma nova perspectiva à noção de comunidade, repisando na importância que tem tal esforço para identificar as posições sociais envolvidas, indo para além da descrição das manifestações individuais de maneira fragmentária.

Para começar, vamos nos lembrar do que disse Castoriadis sobre a construção da individualidade histórica de um dado grupo social. A elaboração dos símbolos que circulam dentro deste grupo é o que o identifica e dá sentido de unidade ao mesmo. Em outras palavras, os sentidos que circulam dentro de determinadas relações é o que permite reconhecer um grupo enquanto tal (ver seção 1.2.1). Um exemplo didático, quando o merceiro de Palhal diz que o “riacho” feito pela chuva que passava no trilho dos piquetes da Petrobrás era um castigo divino, seus interlocutores pareceram compartilhar o sentido criado ao dizerem “bem feito”. Essa dinâmica de elaboração de sentido e a possibilidade de compreensão e partilha é uma amostra da constituição dos grupos sociais, que são sobretudo grupos simbólicos, a partir da perspectiva de Castoriadis. Como também já discutido em nosso primeiro capítulo, a questão que o autor procura lidar se assemelha com a que expusemos acima, qual seja, a concomitância das elaborações imaginárias – criativas e virtualmente infinitas – com a conformação das regiões de sentido coletivas – pertencente à lógica conjuntista-identitária. Como compreender as individualidades dentro do coletivo sem suprimi-las? E, inversamente, é possível identificar coletividades se o potencial criativo dos indivíduos é imprevisível?

A solução oferecida pelo autor francês nós já adiantamos. Ele defende que as construções simbólicas não são uma denotação em sentido próprio, mas apenas um uso identitário do sentido, a criação constrói a ipseidade do grupo. Atentos a essa lição, apresentamos em nosso segundo capítulo diversas representações assentadas na incerteza dos atores locais sobre o empreendimento em tela, na tentativa de mostrar justamente os processos de elaboração típicos do momento vivido. Mas a essa preocupação, que nos aproxima de Castoriadis, existe uma outra dimensão que nos remete à conjuntura específica em que tais processos se dão. Se é na contínua elaboração dos sentidos que a

individualidade histórica se faz, é necessário considerarmos que este processo não se remete somente à lógica conjuntivista-identitária, ao universo simbólico disponível numa região de sentido, mas, complementarmente, ele se refere a uma alteridade, e se desenvolve *na* relação com a alteridade. Em outros termos o que deve ser levado em conta é a complementariedade entre identificação e diferenciação.

Segundo diversos autores da psicologia social (DECHAMPS & MOLINER, 2008; DUVEEN, 1998; JODELET, 2002; JODELET, 2005; JOVCHELOVITCH, 2005) a díade identidade-diferenciação é verificada tanto ao nível pessoal (eu), em que os indivíduos reclamam e constroem a sua singularidade com relação ao próximo, quanto ao nível social (nós), em que categorias e símbolos são compartilhados por uma dada coletividade tanto na definição e valoração de “nós”, quanto de “alter”. “Isso porque o mesmo, ‘ego’, e o outro, ‘alter’, só podem opor-se no quadro de um ‘nós’. O outro como ‘não-eu’, ‘não-nós’, deve ser afastado ou tornar-se estranho pelas características opostas às daquelas que exprimem o que é próprio da identidade” (JODELET, 2005, p. 51). Lembrando que a elaboração dessas identificações/diferenciações se dá, inextricavelmente, tanto no plano do *fazer social* – vide o exemplo do filho mais velho do merceiro que mantém a criação do gado na área reservada à Petrobrás como enfrentamento à ameaça -, quanto no plano das *representações* que circulam nas trocas comunicacionais, representações estas que supõem afetividade e intenção daqueles que as manipulam (CASTORIADIS, 2007, p. 123). Mas detenhamo-nos um pouco mais na relação implicada entre identificação/diferenciação:

[...]deve-se partir da ideia segundo a qual todo indivíduo seria caracterizado, de um lado, por traços de ordem social que assinalam sua pertença a grupos ou categorias; e, do outro, por traços de ordem pessoal, atributos mais específicos do indivíduo, mais idiossincráticos [...] Como as identidades sociais são partilhadas por aqueles que ocupam posições semelhantes, que têm pertenças comuns, é exatamente ao polo da semelhança que é remetida a ideia de identidade social. No entanto, este sentimento de pertença e fenômenos de identificação não são possíveis, *a não ser em relação a outros grupos ou categorias de não pertença.* (DECHAMPS & MOLINER, 2008, p.23, grifo nosso).

Tipicamente, aqueles que ocupam posições semelhantes e têm pertenças comuns são tratados como “nós”, inimaginável sem um “eles” que lhe sirva de contraste. É por isso que “a comunidade nada seria se ela não abrisse quem nela se expõe ao infinito da

alteridade” (BLANCHOT in. JODELET, 2005, p. 52). Observemos, pois, os tratamentos oferecidos pelos sujeitos das comunidades aqui estudadas em referência ao empreendimento da Petrobrás:

- “*eles* não vieram negociar com a gente, não vieram discutir. Chegaram, apresentaram, montaram no helicóptero e foram embora” (“Z”, líder local, morador de Lagoa do Aguiar);

- “*eles* vinham e voltavam com a mesma proposta [para realocação da família]” (“N”, moradora de Palhal);

- “tá dando errado para *eles* porque Deus é justo e sabe o que faz (“N”, moradora de Palhal)

- “*eu* não quero sair daqui de jeito nenhum, mas *a gente* sabe que se *eles* quiserem tirar a gente, *eles* vão varrer todo mundo” (dono da mercearia de Palhal, morador de Palhal);

-“*a gente* vai andando e *eles* estão parados, graças a Deus” (dono da mercearia de Palhal, morador de Palhal);

- “só não entendi pra quê que *eles* tiraram a gente de lá, mas foi a vontade de Deus” (“A”, morador de Palhal);

- “se *eles* tivessem começado a obra logo nada disso tinha acontecido [referindo-se à ocupação do MST]” (“O”, moradora de Palhal);

- “*nós* temos que nos manter unidos, sempre unidos, unidos aos nossos irmãos, unidos à nossa terra para resistirmos à ganância do capitalismo que tenta tomar as nossas terras” (celebrador da missa católica, morador de Lagoa do Aguiar).

E os exemplos poderiam se multiplicar indefinidamente. Destacamos aqui o uso pronominal de uma maneira literal no tratamento da alteridade. Mas gostaríamos de marcar, ainda que seja óbvio, que as representações referentes àquela alteridade - o empreendimento da Petrobrás – não se resumem unicamente a esse recurso gramatical, e que outras construções foram verificadas na tentativa de defini-la. Ou seja, que as expressões conjugadas “nós/eles” apresentadas pelos psicólogos sociais são simplesmente uma metonímia das elaborações de identificação/diferenciação aí supostas.

Devemos considerar ainda que a definição negativa da alteridade como um “não-nós” não é suficiente para compreendermos o conteúdo das representações desenvolvidas, e que “alter” é objeto de construções positivas:

É levando em conta os processos simbólicos e práticos de marginalização que se pode estudar a alteridade como forma específica de relação social, superando sua definição puramente negativa de que o outro não é o mesmo (JODELET, 2005, p. 52).

Nesse sentido, em se tratando de nosso campo de pesquisa, o “eles” representado pelo empreendimento fantasma pode ser definido como uma ameaça inelutável, como um adversário político, como um parceiro ou como vetor de transformações indesejáveis no seio das comunidades de Palhal e Lagoa do Aguiar. A questão das divergências dessas visões será tratada em breve. Basta, para o momento, nos atermos à identificação imediata dos moradores de Palhal e de Lagoa do Aguiar no mesmo momento em que é identificada a alteridade, cujas decisões e ações são inescrutáveis, mas cuja influência no espaço e na dinâmica local é indiscutível e percebida de variadas formas. Essa identificação comum da alteridade é o que nos permite sugerir a existência da comunidade constituída de maneira relacional e não essencial.

Podemos sim encontrar elementos que servem como uma referência interna para os sujeitos de Palhal e Lagoa do Aguiar, isso é, práticas cotidianas, relações estabelecidas entre as pessoas e com o espaço que nos remetem a conceitos mais descritivos da comunidade, assentados na observação dos laços afetivos, do reconhecimento imediato (*Verständnis*), da internalidade etc..⁴⁶

Por exemplo, as ordenhas das vacas devem ocorrer duas vezes ao dia, logo no alvorecer e no fim de tarde. Sábado é dia do jogo de futebol no campo atrás da escola em que moradores de Palhal e Lagoa do Aguiar brincam até o escurecer. Como o horário da ordenha coincide com o horário da confraternização, moradores se auxiliam para logo findar a obrigação, de modo que dê tempo de todos participem da “pelada”. Comumente, quando fiz visita à casa de alguém, essa pessoa está abrigando, ao longo de uma manhã ou de uma tarde, o filho pequeno de algum parente ou conhecido do local,

⁴⁶ Mais uma vez temos em mente a distinção clássica entre relações comunitárias X relações associativas, com sua correspondência entre pessoalidade X impessoalidade, retomada de inúmeras formas pela literatura, e.g. BAUMAN, 2002; BAUMAN, 2004; MAFESOLI, 2006; SANTOS, 2005.

enquanto este resolve problemas em Linhares, Aracruz ou em Vitória, por exemplo. A mercearia, conforme demonstrações que trouxemos no capítulo anterior, está longe de ser um mero ponto comercial. Moradores se demoram por ali, a conversarem sobre os mais diversos assuntos e nem sempre gastam algum dinheiro antes de irem embora. Sem contar que presenciei uma ocasião em que o morador pegou certa mercadoria no estabelecimento para pagar posteriormente, e o merceeiro sequer se preocupou em anotar num papel o nome da pessoa e o valor devido. Os momentos de recreação à beira da Lagoa do Aguiar congregam diversos moradores, especialmente os jovens e as crianças. As cerimônias dominicais nas igrejas em que moradores de Palhal e Lagoa do Aguiar se encontram, muitas vezes chegando juntos de carona - de carro, moto ou cavalo – e, após as celebrações, se encontrando na casa um dos outros para tomarem um café antes de irem para casa fazer o almoço, também são momentos de integração e reforço dos laços internos. Enfim, tais descrições de caráter etnográfico poderiam se multiplicar sem jamais exaurir o conteúdo das relações pessoais desenvolvidas na localidade em tela, características de uma relação comunitária – sem as aspas-, segundo certa tradição teórica⁴⁷.

Podemos considerar que tais interações cotidianas constituem exatamente o espaço de construção das referências que, num momento posterior, quando estabelecida a interface com “alter”, “nós” será devidamente identificado. O compartilhamento do tempo e espaço de trabalho, as conversas nos “espaços ordinários”, os momentos compartilhados de lazer etc. são atividades em que os sujeitos que delas participam passam a reconhecer o seu próximo. No entanto não são os detalhes etnográficos que serão privilegiados na presente leitura. Pelas razões que já aventamos há pouco, corre-se o risco de encerrarmos a “comunidade” na enumeração de descrições que vimos fazendo, ou seja, de essencializar as dinâmicas locais à narrativa que vem aqui sendo construída. Ainda que reconheçamos a importância de momentos como os descritos acima para o reconhecimento do próximo, entendemos que é na relação com a alteridade, e através das representações que circulam sobre a mesma, que a “comunidade” é percebida enquanto tal, significada e sentida:

Relacionar-se com a diferença envolve desejo, e é a natureza dessa condição desejante que também define a forma como a sociedade se engaja na rede de rela-

⁴⁷ Cf. MOCELLIM, 2011a.

ções humanas que permite tanto a construção dos saberes como dos sentidos, eles próprios atividades cruciais para sustentar a formação de identidades, sentimentos de pertença e sentido de comunidade (JOVCHELOVITCH, 2005, p. 74).

Ante a presença de uma alteridade que, em última instância, detém o controle das decisões sobre o território e, como consequência, do destino mesmo do grupo, as diferentes representações sobre o empreendimento têm um ponto em comum que é a pronta elaboração da díade identificação/diferenciação. Mas, com o intuito de não subsumir as diferenças constatadas, devemos desenvolver uma reflexão acerca das próprias diferenças dentro do “nós”.

Finalizamos o segundo capítulo com uma análise feita a partir da observação dos dados de campo, em que vislumbramos quatro agrupamentos entre os moradores de Palhal e Lagoa do Aguiar, identificáveis segundo as suas posições e suas respectivas representações do empreendimento. Relembrando, **1)** moradores realocados; **2)** moradores em contenda jurídica com a empresa; **3)** moradores que investiram recursos desde o anúncio do empreendimento; **4)** moradores que não tiveram sua vida materialmente afetada pelo empreendimento, mas que realizam esforços cotidianos para sua significação, sendo que o líder local, o celebrador das missas de Palhal e moradores de Lagoa do Aguiar assumem um discurso de enfrentamento com relação à indústria.

Nos grupos (1), (2) e (4) vemos frequentemente evocados discursos e práticas que reforçam o chamado *in-group homogeneity effect*, em tradução livre, efeito de homogeneidade do endogrupo (DECHAMPS & MOLINER, 2008, p. 72). Esse fenômeno acentua uma identidade *social* positiva, em que as identidades *individuais* ficam conjuntamente num segundo plano. A conjuntura específica em que tal agrupamento se reforça internamente seria a percepção comum de uma ameaça à existência do próprio grupo, seja como resistência (2 e 4) ou como resignação (1) (idem, p. 74). Com isso, os “próximos” seriam imediatamente identificados e considerados como compartilhadores da mesma situação de risco. Exemplar é o discurso do celebrador da missa católica em que ele diz que para Palhal e Lagoa do Aguiar permanecerem livres do mal e da angústia do capitalismo é preciso que os moradores se mantenham unidos. Mas também podemos encontrar essa busca pela homogeneidade – ou seria melhor dizer construção da mesma – nas referências feitas pelos atores a eventuais “parceiros” ante a ameaça percebida. O caso mais nítido são as falas dos moradores que veem como positiva a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como força de resistência à

chegada do empreendimento. Referências positivas a essa presença foram feitas por membros dos três grupos ((1), (2) e (4)), o merceeiro (2) “está achando é bom” a presença do movimento; o sr. “A” (1) diz que “a terra é para trabalhar” e não para ficar parada; “Z” (4) queria que viessem “cem famílias” do movimento para ter certeza que o empreendimento não viria mais. Sem contar o acolhimento que a igreja católica ofereceu ao movimento ao realizar a festa junina conjunta com os acampados no terreno em frente à escola local. Esse efeito de homogeneidade do endogrupo é frequente, segundo estudos de Tajfel (TAJFEL in. DECHAMPS & MOLINER, 2008, p. 79) , quando os membros pertencem a grupos minoritários ao se compararem com a alteridade, minoria esta, que fique claro, não necessariamente quantitativa, mas sociológica (ibidem). Du-bois (2005) também se refere às posições sociais ocupadas pelos respectivos grupos ao constatar essa unidade conjuntural, em que a identidade social de um determinado grupo torna-se mais evidente com relação às identificações/diferenciações individuais. Essa questão posicional será retomada na próxima seção.

Mas o que podemos dizer do grupo (3)? Assim como os demais moradores, esse grupo também identifica o empreendimento como um “eles”, como uma alteridade inescrutável em vias de significação. No entanto, diferentemente dos outros grupos, aqui o “eles” é antes visto como um potencial parceiro para a obtenção do retorno nos investimentos do que como ameaça. Palhal e/ou Lagoa do Aguiar é positivamente valorado pelos sujeitos, como a sra. “O” que diz ter orgulho de ter criado sua filha na escola local, ou como “I” que busca paz e tranquilidade para a aposentadoria na nova morada em Lagoa do Aguiar, ou ainda como o filho do merceeiro que trata os investimentos em cursos mais como uma solução para o inexorável do que uma alternativa desejável. Valores como o “progresso” e o “desenvolvimento” são aqui evocados, em um alinhamento com o discurso construído por “eles”, como tentamos demonstrar no segundo capítulo, seção 2.1. Lembrando que tanto no grosso das informações circuladas pelas mídias, quanto pelas falas dos servidores da prefeitura e também pelos estudos elaborados para a obtenção da Licença Prévia, é exatamente a construção do discurso desenvolvimentista, centrado na prioridade do crescimento econômico, que ali se flagra. É a obra de De-champs & Moliner, uma vez mais, que nos auxilia a compreender a aproximação do

discurso deste grupo com o discurso “deles”, do exogrupo⁴⁸, o discurso desenvolvimentista elaborado desde a posição dominante do campo. Isso porque uma representação que se alinha com uma posição social de dominação, ou levando em conta nosso caso concreto, as representações que têm como valor positivo aqueles corporificados pelo empreendimento, tendem a elaborar representações heterogêneas sobre seu grupo de pertença (DECHAMPS & MOLINER, 2008, p. 125), ao contrário das representações que significam o projeto como ameaça ou fatalidade gerando o chamado *in-group homogeneity effect*. Por representações heterogêneas do grupo deve-se entender aquelas em que os sujeitos percebem seu grupo como composta por indivíduos essencialmente distintos entre si de modo que as categorias e valorações coletivizantes, aglutinadoras – “nós” – são menos frequentes. Os indivíduos estão num primeiro plano.

Aqui é importante observarmos a primazia das identidades individuais sobre a identidade social, expressa na escolha pelos investimentos individualizados em contraposição ao apelo e/ou tentativa de mobilização para a resistência. Para chegar a essa conclusão, basta contrastarmos os discursos de resistência e de apelo à comunidade elaborado nas missas (4), a resistência jurídica conjunta do grupo (2), a convivência do gado de “R” (2) com a lavoura do MST dentro do terreno da Petrobrás etc., com as preocupações com o retorno financeiro individual dos investidores de (3) . Sem contar os distanciamentos verbalizados em que marca essa distinção quando a sr. “O” diz que se todo mundo tivesse recebido a indenização e deixado o local, as obras já teriam começado, numa clara referência àqueles que resistem juridicamente no local, ou quando o jovem de Baixo Quartel diz que o povo da roça não entende que o desenvolvimento cedo ou tarde tem que chegar. A divergência torna-se também clara quando a esposa de “I” procura algum retorno dos investimentos feitos em um loteamento ao mesmo tempo em que vende a preços baixos “mais para ajudar o pessoal”, enquanto moradores veem com apreensão a chegada desordenada de pessoas desconhecidas de outras localidades.

Enfim, ainda que tenham em comum a identificação/diferenciação da comunidade com relação ao empreendimento, os grupos que analiticamente distinguimos apresen-

⁴⁸ O grupo (3) aguarda a chegada “deles” para que os retornos dos seus investimentos se realizem. Percebemos que ainda que exista o alinhamento dos valores desenvolvimentistas com as valorações positivas do empreendimento por parte do grupo, a identificação da alteridade permanece, o que, seguindo a terminologia da perspectiva teórica assumida, permite-nos falar do exogrupo.

tam representações/fazerem distintos entre si, destacando-se aí a flagrante divergência do grupo (3) com relação aos demais. Aqui, identificação/diferenciação opera primordialmente ao nível do “eu”, sendo que aquela identificação social torna-se apenas um pano de fundo. A percepção de heterogeneidade do grupo está ligada ao alinhamento do discurso com a posição dominante, em contraste com o efeito de homogeneidade do endogrupo de (1), (2) e (4). Que fique claro, não estamos dizendo que reivindicações de identidades pessoais não ocorram nestes grupos. Dizemos apenas que a percepção do empreendimento como uma ameaça ao *modus vivendi* presente reúne aqueles atores em torno de representações que prontamente os identificam coletivamente ante aos potenciais problemas oferecidos pela alteridade, sendo que esta reunião está diretamente relacionada com a percepção partilhada de condição ameaçada da “comunidade”. Por outro lado, uma vez que a alteridade é vista como potencial parceira para (3), ou seja, que categorias e valores estão alinhados com o discurso da posição dominante, a identidade social fica para o segundo plano em favor de fazerem/representações que correspondam à individualidade (ibidem).

Na próxima seção elaboraremos justamente uma reflexão a respeito das posições sociais que estabelecem o campo do desenvolvimento a partir do estudo de caso, procurando remontar as elaborações dos atores locais à estrutura social que as contextualizam.

3.2 Do esforço de dar sentido ao que se escapa o controle

Em nosso primeiro capítulo (seção 1.1) aludimos à noção de campo trabalhado no contexto do desenvolvimento tal como sugerido por Gustavo Lins Ribeiro. Vimos que este conceito nos auxilia a vislumbrar, mais do que as práticas e representações individualizadas dos agentes, o *locus* social onde estas práticas/representações são elaboradas, sendo que as diferenças posicionais constituem as tensões observadas na realidade social. As diferenças são marcadas pela distribuição desigual de poder, ou seja, os agentes têm maior ou menor capacidade de controle sobre o ambiente e sobre os eventos que o modificarão de acordo com a posição que ocupam dentro da estrutura social. Acrescentemos que tal controle está lastreado essencialmente na legitimidade do discurs-

so – ou na performance – elaborado(a), de modo que, ciclicamente, aquele que ocupa uma posição privilegiada de poder, funda a realidade social a partir da eficácia que goza o seu discurso, corroborando a estrutura disposta. Adiantando a conclusão da presente seção através de um exemplo, como não existe um decreto oficial que funde, consagre, “faça existir” Palhal, é legítimo que o servidor da prefeitura afirme que Palhal não existe e que sequer haja uma representação cartográfica daquele local, apesar de os moradores terem certeza do contrário.

Nesse espaço nos dedicaremos a uma reflexão sobre as diferenças discursivas apresentadas ao longo do segundo capítulo, nos interessa a disparidade de legitimidade de tais performances. Claro está que o que aciona e atualiza tal tensão discursiva é a manifestação do interesse econômico manifestado pelas autoridades⁴⁹ sobre o local, inserindo tal tensão dentro do campo do desenvolvimento, onde o discurso econômico goza de uma posição privilegiada⁵⁰.

Quando expusemos a invisibilidade⁵¹ da dinâmica existente em Palhal e Lagoa do Aguiar (seção 2.1), consideramos que tal subsunção é fundamental para o exercício do controle sobre o ambiente e as modificações do mesmo. Algo como o discurso legítimo – porque legitimado pelas paredes das escolas – de quando o Brasil foi “descoberto” em 1500, invisibilizando toda a história que por aqui se fazia e justificando as práticas coloniais já conhecidas. Permita-nos uma citação de Bourdieu quando discute as disputas regionalistas para a fundação social de sua existência:

Cada um está de acordo em notar que as “regiões” (língua, habitat, tamanho de terra etc.) nunca coincidem perfeitamente. Mas não é tudo, a “realidade”, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais “naturais” apoiam-se em características que nada têm de natural e que são,

⁴⁹ Cf. nota de rodapé nº 32.

⁵⁰ Ao desenvolver suas reflexões sobre a aplicação do conceito bourdieusiano ao desenvolvimento, Ribeiro entende o “desenvolvimento como a expansão econômica adorando a si mesma” (RIBEIRO, 2008, p. 109). O valor legítimo, porque legitimado historicamente, dentro do campo do desenvolvimento, portanto, é a expansão econômica que se impõe a outros valores e lógicas possíveis, tornando-os menos ou não legítimos.

⁵¹ Desculpem-nos o aparente paradoxo. Mas um dos objetivos do trabalho acadêmico aqui desenvolvido, considerando-o mais uma narrativa no bojo das tensões posicionais, é justamente trazer à tona, ou melhor seria dizer com Bourdieu (BOURDIEU, 2012, p. 114), disputar espaço para tornar realidade algo que até então inexistia de acordo com o discurso oficial dominante.

em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta [...] (BOURDIEU, 2012, p. 115).

Este é o primeiro plano de demarcação das posições de poder que podemos perceber a partir de nosso trabalho de campo. Quando o assistente social da prefeitura diz que ninguém sabe onde começa nem onde termina Palhal – reforçamos que este funcionário não funda a realidade, ele apenas a corrobora -, na verdade há quem saiba perfeitamente onde fica o centro de Palhal, onde começa o cacau, a Lagoa do Aguiar e o areal. Ocorre que o discurso elaborado por estes últimos sobre o próprio lugar que habitam não goza da eficácia do discurso oficial, sendo este o que pauta e autoriza eventuais modificações no ambiente, como por exemplo, transformá-lo numa zona industrial ou retirar as famílias estabelecidas do local. Em outras palavras:

[...] qualquer enunciado sobre a região funciona como um *argumento* que contribui – tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido – para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência (idem, p. 120, grifo no original).

Em nosso estudo de caso os efeitos concretos dessa invisibilização por parte dos enunciados oficiais podem ser percebidos de várias formas, desde a completa desinformação sobre o andamento do projeto por parte dos diretamente afetados até os resultados absolutamente imprecisos do Estudo de Impacto Ambiental – ao menos, no que aqui nos concerne, quanto aos chamados “impactos sobre o meio antrópico” - que servem como base para o prosseguimento dos ritos de licenciamento. Por outro lado, no bojo da “comunidade” que ocupa o outro polo do campo estabelecido, outros enunciados são elaborados – como as referências de modificação do território desde a chegada do empreendimento, a referência à união dos moradores ante a iminência da instalação da indústria - e outras práticas são desenvolvidas – como a criação de gado na propriedade da empresa, as confraternizações com moradores do acampamento do MST etc. – sem que sejam consideradas pelas instituições que, em última instância, controlam o destino daquele espaço. Aliás, a sugestão do EIA sobre a criação de “espaços sócio-políticos efetivamente participativos” é o reconhecimento de que uma dinâmica social concreta subjaz às instâncias de decisão, mas que só será considerada quando e se esti-

ver devidamente institucionalizada em “espaços participativos” estabelecidos segundo o discurso dominante⁵².

Também na seção 1.1 aludimos aos espaços hipertélicos e teleativos, segundo elaboração teórica feita por Milton Santos a partir das contribuições de Simondon e Moles. Por hipertelia entende-se a redução do espaço à sua dimensão instrumental, é o espaço tornado meio técnico para a realização de objetivos primordialmente de caráter econômico. Dentro do campo do desenvolvimento em que o valor chave é a expansão econômica, os espaços hipertélicos são fundamentais para a reprodução das estruturas do próprio campo, e não é outra coisa pretendida pelos atores hegemônicos em seu esforço para a concretização do projeto da UFN-IV, em que a memória e a relação afetiva dos moradores de Palhal pelo lugar onde vivem, por exemplo, não gozam da mesma legitimidade que o discurso instrumentalista, devido à decalagem das posições sociais ocupadas de parte a parte, nos termos que expusemos há pouco.

Reflitamos mais detidamente sobre a noção de teleação, dando continuidade ao raciocínio desenvolvido pelo geógrafo brasileiro. No contexto da globalização em que o ambiente é hegemonicamente formado por objetos, ações e normas segundo a racionalidade técnica-científica (SANTOS, 2005, p. 159), existem duas formas de integração do espaço geográfico, a que Santos chamou de *horizontalidade* e *verticalidade* (idem, p. 192). Por horizontalidade devemos compreender o espaço local concreto, percebido em sua continuidade e contiguidade entre os objetos e as ações que o constituem. É o tipo de integração onde podemos perceber a paisagem⁵³ em sua configuração histórica atual somada às interações pessoais diretas e as relações atualizadas cotidianamente entre os agentes e entre estes e o conjunto de formas ali dispostas. Aí, nesse entremeio, os moradores de Palhal e Lagoa do Aguiar jogam a “pelada” do sábado à tarde, aqui também está a cerca da Petrobrás com as placas de alerta para que ninguém adentre o terreno, aqui está o gado de “R” desafiando esta regra. Aliás, é na possibilidade do fortalecimento da horizontalidade, nas relações concretas constitutivas do cotidiano local, que Santos

⁵² O que nos remete mais uma vez à tese de Deborah Bronz *Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil século XXI*, 2011. Cf. nota de rodapé nº 30.

⁵³ “A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2005, p. 66)

entrevê a possibilidade de resistência aos comandos “teleacionados” e na elaboração das “contrafinalidades”⁵⁴.

A verticalidade se refere à integração do espaço com outros pontos que não constituem uma dada localidade, sendo esta integração de caráter meramente funcional. Os objetos técnicos e as ações estão conectados com outros objetos, ações e normas que não são regulados pela localidade e sua importância se dá na participação do mercado global. Retiramos um exemplo do Estudo de Impacto Ambiental do Complexo Gás Químico UFN-IV da dimensão verticalizada concernente à Palhal:

O Brasil é fortemente dependente de importações de fertilizantes e de insumos da indústria química, produzidos a partir do gás natural. Mesmo com a entrada em operação da nova Unidade de Fertilizantes que será implantada no Município de Três Lagoas, localizado no Estado do Mato Grosso do Sul, o país continuará importador de fertilizantes nitrogenados para atender sua demanda interna. Dessa forma, a uréia produzida no Complexo Gás-químico UFN-IV substituiria parte dessa importação [...]Dito isto, é de se esperar que a alternativa de não execução do empreendimento acarretaria uma dependência, cada vez maior, das importações destes insumos, mantendo o Brasil, em especial o setor agrícola, vulnerável à volatilidade do mercado externo. Sendo que o Complexo Gás-químico é peça indispensável para acabar com esta dependência. (ESPÍRITO SANTO [EIA], 2011).

Ora, não se fala em cercas, pessoas ou gado, mas da importância do potencial industrial dentro de um contexto global. São os índices (25% de déficit na balança comercial do setor químico, 74% da importação do consumo interno de ureia etc.) que vão basear as decisões sobre a modificação ou não do ambiente concreto, decisões essas tomadas por atores que, como diz o jargão popular, “nunca colocaram os pés” no local onde elas ganham eficácia, mas que ocupam uma posição de poder dentro da estrutura do campo:

O espaço propriamente político de dominação define-se pela relação que se estabelece entre a distribuição dos poderes e dos bens no espaço geográfico e a distribuição dos agentes neste espaço, sendo a distância geográfica em relação aos bens e aos poderes um bom índice de poder (BOURDIEU, 2012, p. 126, nota de rodapé nº 22).

⁵⁴ O termo contrafinalidade foi inspirado na *Crítica da razão dialética* de Sartre, que o elabora assentado na discussão sobre a resistência a possibilidade de revolução das coletividades em condição de escassez Cf. *Sartre et la raison dialectique*, de Alphonse De Waelhens, 1962. Na retomada de Santos, as contrafinalidades são significações elaboradas pelos menos favorecidos que se contrapõem, conscientemente ou não, à lógica dominante pautada pelas normas técnico-científico- informacionais norteada pela instrumentalidade e individualismo. Cf. SANTOS, 2011, p. 64.

A capacidade de gestão da vida local é transferida para instâncias inalcançáveis para quem constrói o cotidiano. A verticalidade, que nada mais é do que as interdependências funcionais do lugar com outros pontos do globo:

[...]tendem a ser hierárquicas e seu papel de ordenamento transporta um comando. A hierarquia se realiza através de ordens técnicas, financeiras, políticas, condição de funcionamento do sistema. A informação, sobretudo ao serviço das forças econômicas hegemônicas e ao serviço do Estado, é o grande regedor das ações que definem as novas realidades espaciais. Um incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes, impondo novos mapas ao mesmo território (SANTOS, 2005, p. 193).

O que o autor chama de fator de entropia, que mais à frente ele vai se referir como “forças centrífugas” (idem, p.194), está justamente relacionado à retirada da região de seus elementos de comando que a partir da integração verticalizada serão buscados longe dali. Não é outra coisa senão com esse “fator de entropia” que os sujeitos concretos com quem tivemos contato ao longo de nosso estudo tentam lidar, ao significar e corresponder praticamente às transformações prometidas pelo empreendimento, cujas concretizações – ou não - independem inteiramente de seus esforços. A ausência de controle sobre o ambiente em que se constrói a cotidianidade e a consequente “entropia” imposta à organização local demarcam a posição subalternizada da “comunidade” na relação estabelecida dentro do campo. A decalagem de poder torna-se clara logo que observada a condição imposta aos moradores locais de terem de lidar cotidianamente com o incerto, de buscarem construir sentido sobre este incerto – o empreendimento virá? O que mudará da rotina local? O que já está mudando? - e coordenar suas respectivas práticas – será que vendo meus terrenos? A que preço? Resisto até o último recurso? Resigno-me e deixo minha casa? - aguardando comandos que podem vir, virtualmente, de qualquer parte do globo, menos de Palhal ou de Lagoa do Aguiar, e a qualquer tempo.

Considerações finais

As mudanças impostas pelo caso estudado moldaram, a todo o tempo, tanto nossa postura em campo, quanto a forma de apresentação dos relatos colhidos e também o percurso teórico delineado.

Em nossa primeira proposta de pesquisa, quando a chegada do empreendimento era tida como certa não obstante os atrasos no cronograma do projeto, consideramos basear nossas reflexões dentro de uma literatura, digamos, mais canônica da Sociologia do Desenvolvimento e suas interfaces com a Sociologia Ambiental. Nesse sentido seria-nos útil as discussões sobre risco e vulnerabilidade, que se referem tanto às populações alvo das atividades de um grande empreendimento – como os nossos exemplos sobre a UHE de Aimóés e das minas de Ok Tedi (seção - 1.1.1) – quanto à suscetibilidade das populações aos efeitos gerados por um projeto desenvolvimentista, condição ensejada tanto pela redução da capacidade do Estado da gestão de conflitos ante a pressão do mercado (ACSELARD, 2003 a; ASCELARD, 2006), quanto pelo alinhamento do Estado com as práticas desenvolvimentistas (HENDERSON, 2011; RIBEIRO, 2013; THERBORN, 2001). Outrossim, inevitavelmente teria preponderância as discussões levantadas pelos estudos pós-coloniais em sua elaboração histórica das matrizes ocidentais de promoção do desenvolvimento (CASTRO-GÓMEZ, 2005; MIGNOLO, 2002; QUIJANO, 2005), bem como das proposições dos chamados pós-desenvolvimentistas (ESCOBAR, 2012; RIST, 2007), ao pormenorizarem as construções discursivas históricas que naturalizaram o desenvolvimento econômico como um valor positivo, ocultando a reprodução das práticas de dominação e subjugação intrínsecas à sua estrutura.

Não que tais posições sejam alheias às discussões que apresentamos no presente trabalho, especialmente nas passagens em que analisamos as disposições estruturais de poder percebidas em nosso estudo de caso (seções 1.1 e 3.2). Não ignoramos que tal retomada genealógica circunscreva o nosso objeto, se o enxergarmos dentro de um contexto teórico mais amplo. Mas a escolha de um caminho teórico pouco ortodoxo para a Sociologia do Desenvolvimento se deveu à tentativa de conjugar as elaborações construtivas dos atores com a estrutura social, e esperamos ter dado conta da síntese entre espaço de criatividade e os condicionamentos sociais mais amplos. De fato os ator transformam ativamente sua realidade, ainda que a voz de comando – se aqui deixará de ter uma escola para passarem os caminhões numa estrada asfaltada, se aqui deixará de ter massapê para ter uma planta industrial – independam de suas decisões cotidianas.

Preocupados em não propor uma imagem de um ser passivo mesmo aos atores menos empoderados, reconhecemos as ações positivas dos mesmos e suas criações simbólicas cujas possibilidades de elaboração são virtualmente infinitas. Ou seja, ao mesmo tempo em que vislumbramos uma estrutura de poder definida, não endossamos as antecipações deterministas que tal perspectiva pode supor. De Castoriadis retivemos basicamente duas contribuições. Primeiro aquela que diz da fundação imaginária do sentido, cuja gênese é individual, mas cuja plausibilidade é “autorizada” pela coletividade onde ele está inserido, tornando-se social a partir do momento de sua circulação e reelaboração. “Bem feito”, disseram o jovem e o indígena que ouviram do merceeiro que o a água que corria sobre os piquetes instalados pela Petrobrás era um castigo divino. A Sra. “N” e sua comadre tiveram o mesmo prenúncio através de sonhos sobre a chegada de gente de fora para explorar a riqueza do chão. Segundo, uma vez fundados os sentidos, jamais apartados de fazeres correspondentes, estes constituem a individualidade (heccediade) e a necessidade (ipseidade) histórica da coletividade, sua originalidade, pois, o que permite a sua identificação.

Da Teoria das Representações Sociais, especialmente de Moscovici, Jodelet e Dechamps & Moliner, obtivemos a dimensão relacional das construções simbólicas, inclusive da construção da própria noção de “comunidade”, expressa na metonímia nós/eles do par identificação/diferenciação. A apresentação do não-familiar, ou melhor, a percepção do que não é familiar pelos sujeitos, desencadeia esforços para significação que são permanentemente atualizados pelas trocas simbólicas do cotidiano. Na seção 1.2.1 apresentamos a complementariedade dos raciocínios de cada uma das duas contribuições teóricas, e na seção 2.2 trouxemos exemplos de campo da forma concreta que estes processos ganharam em Palhal e Lagoa do Aguiar. Foi também analisando os relatos de 2.2 que pudemos responder negativamente à pergunta sobre se a suspensão do projeto deixaria gerar mudanças na dinâmica local.

Aliás, parcela considerável da dinâmica local passou a ser referenciada pelo “não-familiar”, pela quase presença do “fantasma” do empreendimento indefinidamente adiado. Efeitos bastante concretos gerados pelas especulações que circulam em Palhal e Lagoa do Aguiar foram, assim esperamos, devidamente apresentados. Foram identificados quatro efeitos, agrupados segundo os significados e as decisões práticas dos respectivos atores, os realocados; moradores que resistem judicialmente; moradores que inves-

tiram recursos desde o anúncio do empreendimento; moradores que não tiveram sua vida materialmente afetada pelo empreendimento, mas que realizam esforços cotidianos para sua significação. Seja como parceiro, seja como ameaça, seja uma ameaça ao “estilo de vida da comunidade” ou como ameaça direta às condições materiais presentes, o projeto se impõe como referente inescapável, como variável fundamental a ser considerada pelos sujeitos em suas práticas cotidianas.

O caráter impositivo do referente anuncia a posição de poder ocupada pelos agentes que o administram – o Estado e a empresa em suas conexões com o mercado global -, e, sendo o poder uma força que se realiza relacionalmente, temos no polo subjugado justamente aqueles atores que criativamente elaboram soluções para o que lhes é imposto. Para que fique evidente a assimetria aí estruturada, basta que façamos o exercício de inverter os autores dos referentes. Se os moradores locais são obrigados a considerar o empreendimento como uma variável para suas decisões, em nada mudará os planos dos atores hegemônicos se a sra. “N” deixou de ter acesso ao massapê, ou que as crianças não possam mais brincar no areal, ou que, simplesmente, “Z” não queira ter o empreendimento como vizinho. Sobre essa tensão, trouxemos com Bourdieu o conceito de campo, nos aproveitando da adaptação que Gustavo Lins Ribeiro faz para o contexto do desenvolvimento.

Mas esse não é o único sintoma da decalagem entre as posições dentro do campo do desenvolvimento. Desde o anúncio do interesse do estado e da empresa sobre o local em 2007, passando pela narrativa conclusiva de importância legal e administrativa do Estudo de Impacto Ambiental, transitando pelas reuniões de PDM onde ficou decidido que Palhal se tornaria uma Zona Industrial, considerando as realocações realizadas com as subseqüentes instalações de cercas e placas, pensando até mesmo na implantação da torre de telefonia até chegarmos à decisão pela indefinida suspensão do empreendimento, nenhuma dessas decisões contaram com o protagonismo daqueles que vivem e realizam a cotidianidade do local onde tais comandos presentificam sua eficácia. Afinal, para a cartografia oficial Palhal nem mesmo existe. Por mais que sujeitos ali criem seu gado leiteiro, cuidem de suas plantações, joguem aos sábados as partidas de futebol, conversem por sobre o balcão da mercearia, concordem, discordem, orem aos domingos, visitem amigos e familiares, confiem seus filhos aos vizinhos, construam alojamentos, galpões, loteamentos, vendam, aluguem e comprem imóveis, gostem do

lugar em que foram criados, criaram e criam seus filhos, para as decisões administrativas Palhal não existe, senão como uma mancha indistinguível no mapa como parte de uma zona de potencial econômico. É segundo esse valor – expansão econômica –, caro ao campo do desenvolvimento, que as ações dos atores hegemônicos são coordenadas, atores estes que, lembremos, estão em algum lugar do mundo, menos “aqui”. O controle sobre o ambiente é, pois, evidenciado pelos resultados concretos sobre a horizontalidade do espaço – se por aqui passará um gasoduto ou se o empreendimento deixará de existir e aí ficarão apenas as cercas e as placas. A verticalidade do espaço tal como discutida por Milton Santos nos auxiliou a vislumbrar este importante índice de poder, identificado pela distância das instâncias de decisão do local onde se realizam, quando gestão e controle dos sujeitos locais transformam-se, no máximo, em resistência.

Assumindo tanto leituras teóricas construtivistas quanto objetivistas, intentamos reconhecer dos atores sua força criativa e ativa, sem deixar de entrever em que contexto essas forças têm lugar, por mais que os discursos midiático e oficial, e mesmo os levantamentos técnicos, tornem invisíveis tais tensões e dinâmicas. Mesmo que seja comum a verificação de condicionamentos estruturais em estudos envolvendo realidades locais no contato com Projetos de Grande Escala, uma nova questão, dentro da mesma problemática, foi imposta por nosso campo quando da indefinida suspensão do Complexo Gás-químico. Estariam sanadas as eventuais suscetibilidades da população local, uma vez que o empreendimento deixasse de existir com seus muros, com seu volume de pessoal, com sua maquinaria? A resposta sugerida, a partir das observações de campo, é negativa, e nossa proposição é que problemas com uma outra textura daquela apresentada pelos estudos de risco e vulnerabilidade foram postos às populações de Palhal e Lagoa do Aguiar. Tais problemas não são assim tão “palpáveis” quanto a destruição de um rio (como em Ok Tedi) ou de uma cidade (como em Itueta), mas tem uma origem mais abstrata, de natureza especulativa, e aqui acreditamos que existe uma importante contribuição das reflexões desenvolvidas no presente trabalho. As relações de poder definidoras do campo do desenvolvimento se estendem ao *antes* da materialização efetiva do projeto empreendido desde a posição dominante, e ainda assim desencadeia efeitos bem perceptíveis na vida local. Nossa contribuição, pois, reside nas reflexões sobre um *momento* específico da disposição estrutural de poder (e isso tentamos esclarecer na seção 1.1.1), momento este raramente atentado pela literatura. Já aqui as

ações constitutivas/reprodutivas do campo se tornam visíveis. O próprio processo de elaboração das respostas simbólicas/práticas ante o problema posto a partir do anúncio do projeto indica uma suscetibilidade dos sujeitos locais que ao cabo se descobrem sem a capacidade de controle sobre o ambiente em que vivem, gestão que ora passa a ser pautada pelas variáveis do mercado global. Isso fica claro em algumas falas, como a do jovem filho do merceeiro, “Eu não quero sair daqui de jeito nenhum, mas a gente sabe que se eles quiserem tirar a gente, eles vão varrer todo mundo”, e de “Z”, quando diz que “eles chegaram com a coisa toda pronta”, se referindo à ocasião de apresentação do projeto pela empresa de consultoria. O controle é substituído pela resistência, como aqueles que disputam judicialmente sua permanência e os que apoiam o acampamento do MST. Quando apresentamos o *antes* como o *momento* escolhido para observação e análise, quisemos dizer que o anúncio de um Projeto de Grande Escala provoca, invariavelmente, aquilo que o EIA chamou de “expectativas sociais”, fomenta especulações, interpretações, referencia sentidos e lastreia práticas que modificam, por si só, as dinâmicas locais.

Mas nossa sugestão não se resume simplesmente na observação de uma “nova textura de problemas”. O conteúdo do nosso estudo de caso, claro, é de caráter específico. Mas o recorte proposto constitui um “caso particular do possível” (BOURDIEU, 2012, p. 32), e os raciocínios analíticos e as escolhas teóricas que nos utilizamos podem ser extensíveis a outros contextos similares, em que sujeitos locais expectam comandos vindos de fora dali e, por isso mesmo, veem transformada sua realidade. O “antes”, como aqui configurado, é comum a todo “projeto âncora”, principalmente em áreas ainda não industrializadas, e os estudos vindouros que venham se debruçar sobre este momento poderão se aproveitar criticamente de nossa contribuição para análise e reflexão sobre os contextos históricos dos respectivos casos.

O antes foi bem ilustrado por aquele caso em que o anúncio da chegada do máximo pontífice a um vilarejo uruguaio modificou profundamente a realidade de vidas ordinárias, mesmo que tais efeitos tenham sido meticulosamente invisibilizados pelos promotores do evento santo. “O papa não faz nenhuma ideia do que se passou hoje em Melo”, esbraveja Beto, protagonista de *O banheiro do papa*, quando o repórter da televisão clama pelo retorno de Sua Santidade, ignorando as perdas, os danos, as tensões e as clivagens que a visita frustrante provocou para toda a população local.

ANEXOS

ANEXO I –

Cronologia dos acontecimentos concernentes ao Complexo Gás-químico UFN-IV

Data	Evento	Aparecimento na mídia	Observações
2007	Assinatura de protocolo de intenções entre Petrobrás e estado em que a empresa se compromete a fazer diversos investimentos, dentre os quais uma unidade de fertilizantes	-	
19/08/2010	Anúncio da Diretoria de Investimentos da empresa sobre a instalação da UFN-IV em Linhares	-Site da Secretaria de Desenvolvimento do Espírito Santo	A unidade seria instalada na localidade de Cacimbas
12/2010	Início dos trabalhos de campo para o Estudo de Impacto Ambiental	-	-
02/2011	Assinatura de protocolo de intenções entre estado, município de Linhares e Petrobrás para instalação da UFN-IV	- Site da Secretaria de Desenvolvimento do Espírito Santo - A Gazeta (circulação estadual) - Site de Linhares (abrangência local)	Localidade de Cacimbas é descartada por possíveis prejuízos e afirma-se que a unidade fabril será ao sul do Rio Doce
02/2011	Audiência pública para aprovação do Termo de	-	Observe-se que o início dos trabalhos se deram

	Referência para o EIA		antes da discussão pública do TR
09/2011	Finalização dos trabalhos de campo para o EIA	-	Previsão para início de operação em 2015
04/2012	Publicação do Plano de Negócios e Gestão da Petrobrás para o quinquênio 2012-2015 e do balanço trimestral do Plano de Aceleração do Crescimento 2	-	O empreendimento aparece como PNG como “em avaliação” e como “em ação preparatória” no balanço do PAC 2
08/2012	Fechamento de contrato com as empresas Esteio e Foster Wheeler para projeto de engenharia e construção dos dutos	-	-
11/2012	Audiências públicas nas sedes dos municípios de Aracruz e Linhares para apresentação do projeto do empreendimento para a população em geral	- Folha do Litoral (impresso e virtual de abrangência local) - Site de Linhares (abrangência local) -Site Linhares em Dia (abrangência local)	O projeto é apresentado preven-do-se a conclusão para julho de 2017
12/2012	Audiências públicas nas sedes dos municípios de Aracruz e Linhares para apresenta-	- Folha do Litoral (impresso e virtual de abrangência local)	-

	ção do EIA		
01/2013	Constituição dos Grupos de Trabalho temáticos para tratativas de dimensões afetadas pelo empreendimento	-	-
12/09/2013	Concessão da Licença prévia	- Século Diário (portal de abrangência estadual) - Folha do Litoral (impresso e virtual de abrangência local) - Site de Linhares (abrangência local) -Site Linhares em Dia (abrangência local)	-
02/2014	Cancelamento de contratos com as empresas Esteio e Foster Wheeler	- Site Agência Congresso (abrangência nacional) - Site de Linhares (abrangência local)	A justificativa do cancelamento dos contratos está na incapacidade das empresas em realizarem os serviços contratados. O site de Linhares diz que a prioridade da empresa foi para unidade em Uberaba.
06/2014	Publicação do PNG		A UFN-IV não

	2014-2018 e do balanço trimestral do PAC 2 (jan – abr)		aparece mais nem no PNG nem no balanço do PAC 2
09/2014	Senador Ricardo Ferraz cobra da Petrobrás e retomada de investimentos. Jornal A Gazeta publica matéria relacionando suspensão de investimentos à Operação Lava Jato	- A Gazeta (impresso de abrangência estadual)	
19/10/2014	A recém-eleita senadora Rose de Freitas se compromete a fazer reunião com diretoria da empresa no Rio de Janeiro e diz que o projeto “vai sair”	- A Tribuna (impresso, abrangência estadual)	
28/04/2015	O presidente da estatal anuncia que a empresa priorizará investimentos na área de petróleo e que a usina de fertilizante não era uma prioridade	- A Tribuna (impresso, abrangência estadual) - A Gazeta (impresso, abrangência estadual) - Portal G1 Espírito Santo - Site Século Diário (abrangência estadual)	
02/05/2015	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ocupam área da Petrobrás em Palhal e inauguram o acampamento	- Site de Linhares (abrangência local) - Site Linhares em Dia (abrangência local)	

	Paulo Damiano-Palhal	- Site Século Diário (abrangência estadual)	
--	----------------------	--	--

Referências bibliográficas

A TRIBUNA. “Gás-químico vai sair”, 19 de outubro de 2014, p.32.

ABEGÁS. **Adiamento de obras da Petrobrás atinge engenharia nacional.** Disponível em <http://www.abegas.org.br/Site/?p=35770>. Acessado em 23/11/2014.

Acsehrad, H. **Cuatro tesis sobre políticas ambientales ante las coacciones de la globalización.** Nueva sociedade, nº 188, pp. 87-99, 2003

_____. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações.** Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Vulnerabilidade%20Ambientais%20Proce%20ssos%20Rela%E7%F5es%20Henri%20Acsehrad.pdf>. [PDF], 2006

AGUÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papirus, 2005.

BANHEIRO DO PAPA, O. Direção de César Charlone e Enrique Fernández. Produção de Andrea Barata Ribeiro, Bel Berlinck, Serge Catoire, Fernando Meirelles e Elena Roux. Uruguai, Brasil, França, Chaya Films, O2 Filmes, Laroux-Ciné, 2007. DVD (97 min) Dolby SR, color.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERGER, Peter. **El dosel sagrado, elementos para una sociologia de la religión.** Buenos Aires, Amorrortu, 1971.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 2005.

BODART, Cristiano. **Identidade e resistência: os auto-reconhecidos “tupiniquins” da Chapada do A.** Comunicação ao III Congresso Internacional - UFES/Université Paris-Est/Universidade do Minho, XVIII Simpósio de História da UFES: Territórios, poderes identidades. Vitória, 07 a 10 de novembro de 2012.

BOUMARD, Patrick. **O lugar da etnografia nas epistemologias construtivistas.** Revista de Psicologia Social da Universidade de Londrina, vol. 1, nº2, nov., 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2012.

_____. **Le mort saisit le vif :Les relations entre l'histoire réifiée et l'histoire incorporée** In, *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 32-33, avril/juin 1980. Paternalisme et maternage. pp. 3-14.

BONFIM, Vinícius Silva. **Gadamer e a experiência hermenêutica**. Revista CEJ, Brasília, Ano XIV, n.49, p.76-82, abr/jun. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto, Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo, Saraiva, 1990.

_____. **3º Balanço do PAC 2 – Eixo 5 energia**. [pdf], 2011.

_____. **Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acessado em 15/04/2015.

_____. **Decreto nº1175, de 8 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm. Acessado em 15/04/2015.

BRIDI, Rita; SEIXAS, Beatriz; TOMAZELLI, Rondinelli. **Projetos parados e menos 12 mil empregos no estado**. Disponível em <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2014/09/noticias/dinheiro/1498243-projetos-parados-e-menos-12-mil-empregos-no-estado.html>. Acessado em 23/11/2014

BRONZ, Deborah. **Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil século XXI**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2011.

BUSINESS WIRE. **Foster Wheeler Awarded Contract by Petrobras for World-Scale Gas-to-Chemicals Complex in Brazil**, 23 de agosto de 2012. Disponível em http://www.businesswire.com/news/home/20120823005606/en/Foster-Wheeler-Awarded-Contract-Petrobras-World-Scale-Gas-to-Chemicals#.VS1cqfnF_xU. Acessado em 08 de abril de 2014.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007.

CASTRO-GOMEZ, S. *Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”*. In LANDER, E. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, p.169-186, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, vol. I, 2007.

CORRÊA, Josilene Cavalcante. **Territorialidades e resistências da comunidade de pescadores de Ubú e Parati ao polo industrial de Anchieta, ES**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2013.

CRAPANZANO, Vincent. **Horizontes imaginativos e o aquém e além**. Revista de Antropologia, S]ao Paulo, USP, v. 48, nº 1, 2005.

DECHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Moliner. **A identidade em psicologia social, dos processos identitários às representações sociais**. Petrópolis, Vozes, 2008.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

_____. **Représentations individuelles et représentations collectives**. in. Revue de métaphysique et de morale, tome VI, mai, 1898. Electronic version to Macintosh, 2002b. [PDF]

ESCOBAR, Arturo. **Encoutring Development – The making and Unmaking of the Third World**. Princeton, Princeton University Press, 2012.

ESPÍRITO SANTO. **Estudo de Impacto Ambiental do Complexo Gás-químico UFN-IV**. Cariacica, Instituto Estadual de Meio Ambiente, 1734p. 2011.

_____. **Investimentos anunciados para o Espírito Santo 2013-2018**. [pdf] Instituto Jones dos Santos Neves, Vitória, 2014. Disponível em <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/attachments/article/4111/Investimentos-Anunciados-2013-2018.pdf>. Acessado em 15 de abril de 2015.

ESTEIO. **Petrobrás – projeto básico da faixa de dutos do Complexo Gás-químico UFN-IV**, s/d, http://www.esteio.com.br/?pagina=servicos/executados/projeto_dutos/ufniv.php. Acessado em 08 de abril de 2014

FABIAN, Johannes. **A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação**. Mana, vol. 12, nº2, p. 503-520, 2006

_____. **O tempo e o outro**. São Paulo, Martins Fontes, 2012.

GARCÍA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1996.

GAZETA ONLINE. **Polo gás-químico de Linhares está fora dos planos da Petrobras**. Disponível em <http://www.gazetaonline.com.br/conteudo/2015/04/noticias/dinheiro/3895616-polo-gas-quimico-de-linhares-esta-fora-dos-planos-da-petrobras.html>. Acessado em 01 de outubro de 2015.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis, an essay on the organization of experience**. Boston, Northeastern university press, 1986.

_____. **Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

GOLDWASSER, Maria Júlia. “**Estudos de comunidade**”, teoria e/ou método? Revista de Ciências Sociais, vol. V, nº 1, pp. 69-81, 1974.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

HENDERSON, Jeffrey et. ali. **Global production networks and the analysis of economic development.** Review of International Political Economy, v.9, n.3, p. 436-464, 2002.

HOBBS, Thomas. **Leviatã – Ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** São Paulo, Ícone Editora, 2004.

JODELET, Denise. **Representações sociais , um domínio em expansão.** In, JODELET, D. (org.). *As Representações sociais.* Rio de Janeiro, Eduerj, 2002, p.17-44.

_____ **A alteridade como produto do processo psicossocial.** In, A. Arruda org. Representando a alteridade. Petrópolis, Vozes. p.83-108, 1998

JOVCHELOVITCH, Sandra **Re(des)cobrando o outro** In, A. Arruda. org. Representando a alteridade. Petrópolis, Vozes. p.83-108, 1998.

KIRSCH, Stuart. **Indigenous movements and risks of counter globalization, tracking the campaign against Papua New Guinea's Ok Tedi mine,** vol. 34, issue 2, p 303-321, may, 2007.

LEROY, Jean Pierre. **Flexibilização de direitos e justiça ambiental.** In. ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (Orgs.). Formas de matar, de morrer e de resistir, limites da resolução negociada dos conflitos ambientais. Belo Horizonte, EdUFMG, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude, **As estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis, Vozes, 1982.

LINHARES. **Lei complementar 11/2012,** disponível em <http://www.legislacaoonline.com.br/linhares/images/leis/html/C112012.html>, acessado em 05/03/2015.

LINHARES EM DIA. **Após serem expulsas, famílias Sem Terra continuam acampadas em estrada de Linhares,** 24 de agosto de 2015. Disponível em <http://linharsemdia.com.br/noticias/geral/21649-apos-serem-expulsas-familias-sem->

terra-continuum-acampadas-em-estrada-de-linhares.html. Acessado em 21 de setembro de 2015.

LOPES, Jaime ; TRIGUEIRO, Aline; CICCARONE, Celeste. **Atingidos pelo futuro, perspectivas e debates na instalação da UHE Aimorés/Itueta-MG, Brasil**. Revista Sinais, vol. 1, nº 11, junho 2012.

MATTOS, Sônia Missagia. **O desenvolvimento como discurso, um estudo sobre Anchieta-ES**. Habitus, v. 12, nº1, jan/jun. 2014, pp. 97-124.

MIGNOLO, Walter D.. **Prefacio a la edición castellana “Un paradigma otro”: Colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico**. In. _____. (2002). Historias locales /diseños globales. Colonialidade, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madri, Ediciones Akal, 2002.

MOCELLIM, Alan Delazeri. **A comunidade, da sociologia clássica à sociologia contemporânea**. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p.105-125, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1978.

_____. **Representações sociais, investigações em psicologia social**. Petrópolis, Vozes, 2004.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1955 [PDF].

O GLOBO. **Petrobras e governo do ES estudam instalação de complexo químico**, 08 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/petrobras-governo-do-es-estudam-instalacao-de-complexo-gas-quimico-2825069#ixzz3yeWCvpyM>. Acessado em 08 de abril de 2014.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e filosofia**. São Paulo, Cultrix, 1975.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In LANDER, E. (Eds). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, p.227-278, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento**. *Novos Estudos CEBRAP*, n° 80, p. 109-125, 2008

_____. **A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.25, n°74, out/2010.

RIST, Gilbert, **Le Développement – Histoire d’une croyance occidentale**. Paris: Presses de la Fondations Nationale des Sciences Politiques, 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O paradigma comunicacional, histórias e teorias**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

ROVETTA, Gustavo Pereira. **Produção da Cultura e mediação social do ambiente nas pescas artesanais das comunidades vizinhas de Ubú e Parati no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da governação neoliberal, o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n°72, out/2005, pp. 7-44.

SANTOS, Milton, **A natureza do espaço**. São Paulo, Edusp, 2005.

_____, **Por uma outra globalização**, do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record, 2011.

SECULO DIÁRIO. **Vale volta à carga e pede licença para construir siderúrgica em Anchieta**, 17 de março de 2015. Disponível em <<http://seculodiario.com.br/21699/10/vale-volta-a-carga-pede-licenca-para-construir-siderurgica-em-anchieta-1>>. Acessado em 22 de abril de 2015.

SITE DE LINHARES. **Prioridade de investimentos da Petrobras em Linhares está indo para Uberaba MG**, 27 de março de 2014. Disponível em <http://www.sitedelinhares.com.br/noticias/economia/prioridade-de-investimentos-da-petrobras-em-linhares-esta-indo-para-uberaba-mg>. Acessado em 08 de abril de 2014.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y sociedade**. Buenos Aires, Losada, 1974.

TUAN, Y-Fu, **Topofilia**, um estudo da percepção. Londrina, EdUEL, 2011.

VANDENBERGHE, Frédéric. **Construção e crítica na nova sociologia francesa**.in
Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n.2, p.315-366, mai/ago, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, Editora da UnB, vol.I, 2004

_____;. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.